

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

OLAVO HENRIQUE VIEIRA VEIGA

ENTRE O EITO DA CANA E OS CAMINHOS DA CIDADE:
MODOS DE VIDA, NARRATIVAS E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE
TRABALHADORES DE JABOTICABAL-SP

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

OLAVO HENRIQUE VIEIRA VEIGA

ENTRE O EITO DA CANA E OS CAMINHOS DA CIDADE:
MODOS DE VIDA, NARRATIVAS E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE
TRABALHADORES DE JABOTICABAL-SP

Texto apresentado à banca para Defesa de
Dissertação, no Programa de Pós-Graduação
em História, nível Mestrado, como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre em
História, pela Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Marechal Cândido
Rondon.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sheille Soares de
Freitas

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Vieira Veiga, Olavo Henrique

Entre o eito da cana e os caminhos da cidade: modos de vida, narrativas e espaços de sociabilidade de trabalhadores de Jaboticabal-SP / Olavo Henrique Vieira Veiga; orientadora Sheille Soares de Freitas. -- Marechal Cândido Rondon, 2024. 147 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Trabalhadores. 2. Experiência . 3. Narrativas. 4. Cidade. I. Soares de Freitas, Sheille , orient. II. Título.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA
DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA,
DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof^ª. Dr^ª. Sheille Soares de Freitas, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado do candidato **Olavo Henrique Vieira Veiga** deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado: **APROVADO** na banca realizada na data de 02 de agosto de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho foi aprovado pela banca, que parabeniza o pesquisador pelo empenho teórico- metodológico na produção da dissertação.

Atenciosamente,



Sheille Soares de Freitas
Programa de Pós-Graduação em
História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA
DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Carlos Meneses de Sousa Santos, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Olavo Henrique Vieira Veiga, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO, na banca realizada na data de 02 de agosto de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho cumpre com as exigências esperadas de uma dissertação, com tematização relevante e abordagem significativa à historiografia recente, destacando pautas entremeadas à dinâmica da sociedade atual.

Atenciosamente,



Carlos Meneses de Sousa Santos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Mateus Marchesan Pires** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Mestrado em História do(a) candidato(a) Olavo Henrique Vieira Veiga, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) **APROVADO** na banca realizada na data de 02 de agosto de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **MATEUS MARCHESAN PIRES**
Data: 02/08/2024 15:30:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mateus Marchesan Pires
Colegiado de Geografia/UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO PARA BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE
FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Olavo Henrique Vieira Veiga, declaro que realizei a minha DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: ENTRE O EITO DA CANA E OS CAMINHOS QUE LIGAM CAMPO E CIDADE: MODOS DE VIDA E NARRATIVAS EM ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DE TRABALHADORES, JABOTICAL-SP, para banca examinadora realizada na data de 02 de agosto de 2024.

Atenciosamente,



Olavo Henrique Vieira Veiga
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Reitoria
CNPJ 78.680.337/0001-84
Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário
Tel.: (45) 3220-3000 - www.unioeste.br
CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701
Cascavel - PARANÁ



Programa de Pós-Graduação em História

DECLARAÇÃO

Declaramos que os Professores Doutores: **Mateus Marchesan Pires, Sheille Soares de Freitas, Carlos Meneses de Sousa Santos**, participaram em 02/08/2024 às 14h00min, como membros titulares da Banca Examinadora da Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, do(a) aluno(a) Olavo Henrique Vieira Veiga, intitulada "Entre o eito da cana e os caminhos que ligam campo e cidade: modos de vida e narrativas em espaços de sociabilidade de trabalhadores, Jaboticabal-SP.", na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

Marechal Cândido Rondon, 2 de agosto de 2024

*À Theo, à Bertoca e à Marta:
cada uma, à sua maneira, me tornou quem eu sou hoje.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado por muitas mãos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos trabalhadores que se dispuseram a conversar comigo. Sem essas mulheres e esses homens, este trabalho não existiria. Suas lutas, dores e angústias me impulsionaram ao longo de todo esse processo. A partir de suas trajetórias, me tornei mais ciente de quem sou dentro desse universo que compartilhamos. Em especial, agradeço à Dona Vera, Dona Aparecida, Dona Dalzira, ao Seu Ademir, Seu Dejair e Seu Rogério.

Aos meus pais, Seu Carlos e Dona Theo, não agradeço apenas pela ajuda emocional e financeira, mas por fazerem parte desta pesquisa. Ao me atenderem tarde da noite para tirar dúvidas, ao compartilharem suas vivências e percepções sobre o processo estudado, contribuíram não só com a pesquisa, mas também me fizeram perceber que eu nunca estaria sozinho. Nós conseguimos!

Este trabalho não existiria sem uma pessoa: a Sheille. Por isso, fica difícil de explicá-la para aqueles que não a conhecem. Inúmeras vezes, deparei-me com alguém que me orientou muito além da orientação, transformando profundamente meu olhar, minhas percepções sobre o que é um orientador em uma pós-graduação. O graduando que enviou um e-mail despretensioso, em 2021, buscando uma vaga em um curso de pós-graduação, jamais imaginaria encontrar alguém como você. Obrigado por estar comigo nas derrotas, nos erros, nos acertos e nas glórias. Obrigado por tudo e por tanto!

À Luiza, minha companheira mais fiel nesta etapa, "a menina com quem dividi o apartamento", muito obrigado. Sem você, o Oeste seria sem cor, o beijo sem sabor e o abraço sem afeto. O fardo que carreguei teria sido infinitamente mais pesado. Te amo!

Ao Vanderson, agradeço pelas conversas, cafés, cigarros e drinks. Sem você, minha estadia em Marechal, minha pesquisa, minhas tardes e noites teriam sido solitárias, e os debates acalorados não teriam existido.

Agradeço àqueles que ouviram sobre esta pesquisa quando ela ainda era apenas uma ideia: à Casa De Praia (eterna morada dos desgarrados), ao Bruno (eterno "Duzovo"), ao Alisson (o "Anão", que fez todos os mapas desta pesquisa) e àqueles que não cabem nessas linhas. "Por vezes, caminhos diferentes levam ao mesmo castelo."

Aos membros da banca, Carlos e Mateus, obrigado! Vocês analisaram o trabalho com um carinho e uma humanidade que raramente se vê.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado discute as experiências, as redes de sociabilidade e a presença de trabalhadores na produção da cana de açúcar, no município de Jaboticabal-SP, a partir da década de 1960. A problemática que norteia essa pesquisa foi compreender como esses sujeitos se fizeram enquanto trabalhadores durante o processo de ocupar a cidade. Diante disso, ative-me em analisar como os modos de vida que estavam em disputa, nessa temporalidade específica, eram permeados de uma historicidade que acabava por delimitar e dar os contornos para essas relações. Assim, busquei analisar, como os valores, as interpretações e as estruturas montadas nessa dinâmica econômica foram observadas, identificadas e construídas pelos próprios sujeitos na medida em que esses se faziam enquanto trabalhadores. Para tanto, utilizo de entrevistas orais realizadas com os próprios trabalhadores, fotografias cedidas pelos entrevistados e documentos produzidos pelo Poder Público Municipal e órgãos estatísticos para compor a cartografia social que marcou a presença desses sujeitos no campo e na cidade.

Palavras-chave: Trabalhadores; Experiência; Narrativas; Jaboticabal; Cidade.

ABSTRACT

This master's thesis discusses the experiences, social networks, and presence of sugarcane workers in the municipality of Jaboticabal-SP, starting from the 1960s. The main issue guiding this research was to understand how these individuals constituted themselves as workers during the process of urban occupation. Therefore, I focused on analyzing how the ways of life that were in contention during this specific period were imbued with a historicity that defined and shaped these relationships. Thus, I sought to examine how the values, interpretations, and structures set up in this economic dynamic that were observed, identified, and constructed by the individuals themselves influenced their identity as workers. To achieve this, I used oral interviews conducted with the workers, photographs provided by the interviewees, and documents produced by the Municipal Government and statistical institutions to depict the cartography that mark the presence of these individuals in the rural and city.

Keywords: Workers; Experience; Narratives; Jaboticabal; City.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – Entre Carreadores, leiras e ruas: o “tem que ir” como confronto dos modos de vida.....	32
CAPÍTULO 2: Entre a igreja, o bar e o baile: valores, famílias e transversalidades nas memórias de trabalhadores na cana.....	74
CAPÍTULO 3: Entre Santas e Cohab’s: “se Deus permitir, que eu sei que vai ser isso mesmo, daqui vai ser a morada última”, trabalhadores pela cidade.	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
FONTES	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa buscou discutir experiências de trabalhadores que se vincularam a trabalhos rurais, em especial aqueles que teceram relações com o corte de cana-de-açúcar, em Jaboticabal-SP, município localizado no interior paulista.

Por mais difuso e conflituoso que seja, o recorte temporal privilegiado inicialmente compreendia os anos de 1975 a 1995. No entanto, ao longo do percurso fui compreendendo que minha pesquisa não abarcava apenas o período em questão. Afirmando isso, por entender meus sujeitos históricos e as narrativas produzidas nas entrevistas tratando de um processo contínuo de constituição social. Nesse sentido, o revisitar o passado por meio das memórias não é apenas um retorno ao que perpassou o antes, mas é uma reflexão (e um diálogo) que se promove entre o passado com vistas ao presente (Cruz et al., 2006, p. 19-20).

Ao mesmo tempo, busco entender como os sujeitos históricos privilegiados se posicionaram, se organizaram e se constituíram frente aos novos arranjos da vida no campo, no interior paulista, após a implementação do Proálcool e determinadas alterações iniciadas na década de 1970, que perduram de forma mais ou menos significativas até os dias atuais.¹

Esse intervalo de análise, que se estende inicialmente por esses 20 anos, justifica-se por considerar que ele compreende, também, um período profícuo de mudanças ocorridas em Jaboticabal – crescimento populacional urbano, alteração nos modos de viver – particularmente de trabalhadores, recolocando modos de trabalhar e viver no campo e na cidade. Nesse sentido, as minhas demandas e percepções se voltaram para entender quem são esses trabalhadores. Atentando-me ao modo como esses sujeitos se organizaram nessas frentes de trabalho, quais as condições e relações de trabalho experimentaram, principalmente ao permanecerem e contribuírem para a construção dessa territorialidade social em que tomavam parte no campo e na cidade. Que homens e mulheres eram esses, que trajetória os mobilizaram para Jaboticabal?

Pensar essas questões implica, também, lançar perguntas sobre onde e como morar, com quem e como trabalhar e quais as relações e laços estabelecer estando em Jaboticabal nesse tempo e com essas condições. Essas interrogações nortearam grande parte do caminho da pesquisa e organização da dissertação até o momento.

¹ O Proálcool – Programa Brasileiro de Álcool – foi criado com base no Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, sendo o maior investidor na expansão de usinas e cultivo de cana-de-açúcar para a produção de combustível e derivados. Esse incentivo foi responsável em grande medida pelo crescimento do trabalho de diaristas rurais no interior paulista entre 1975 e 1995. Para acessar maiores debates sobre as relações tecidas entre o Proálcool e o trabalho rural ver: Fischer (1992).

Para tanto, devo deixar explícito que os meus incômodos como morador de Jaboticabal e residente dos bairros em que muitos desses trabalhadores viveram (e vivem) dialogou diretamente com as decisões de investigação para essa dissertação. Nesse sentido, algumas indagações, estabelecidas como sujeito que experiencia essa cidade, surgem ao tratar tal repertório, tentando associar questões objetivas da pesquisa à minha subjetividade e tempo histórico a que pertenço: como uma dinâmica social, que perpassa mais de 50 anos, apresenta-se hoje para mim, ao pensar como certos trabalhadores vivem em Jaboticabal desde então? Como esses trabalhadores influenciaram e influenciam a dinâmica social que tomo parte? Como Jaboticabal se constituiu a partir dessa dinâmica de viveres e modos de morar que produzem a cidade, experienciada com mais intensidade por eles a partir de meados da década de 1970?²

Escrever uma dissertação não é uma tarefa fácil, agora, escrever sobre o lugar no qual você nasceu e mora, torna essa atividade uma prática política nascida da subjetividade e que alcança a investigação empírica. A afirmativa ser “nascido e criado” em Jaboticabal tem muito pouco a acrescentar no debate acerca da realidade em que se insere esses trabalhadores. Parto do suposto que a “Cidade das Rosas” não tem o mesmo aroma para todos os moradores.³

Nessa medida, acredito que a afirmativa, “nascido e criado na COHAB” defina melhor e acabe por explicitar como Jaboticabal se apresenta para mim, deixando os questionamentos e as indagações que possuo dialogarem com os sujeitos da pesquisa, seus valores e demandas; um encontro que se expressará ao longo dessa dissertação, tanto como aproximação quanto percepção das singularidades e modos de ser e ver desses sujeitos.⁴

² O meu suposto nesta pesquisa, a percepção que trato tanto com as minhas fontes, como também o debate político que norteia essa produção historiográfica, atravessa aquilo que sou, como percebo Jaboticabal e como entendo os sujeitos históricos aqui presentes. Assim, ao tratar dos meus vizinhos, dos meus parentes e toda uma gama de relações que aparecem nessa dissertação, reflito perguntas e questionamentos que remetem diretamente quem eu sou, como entendo e como percebo ser trabalhador e morador de Jaboticabal. As reflexões contidas aqui embrincam em uma relação dialética entre passado, presente e um futuro que almejo e desejo viver enquanto trabalhador e morador de Jaboticabal. Assim, essa relação subjetiva que nasce de historiar os seus, é também uma relação de historiar a si. (CRUZ et al., 2006; CALVO et al., 2005; KHOURY, 2009).

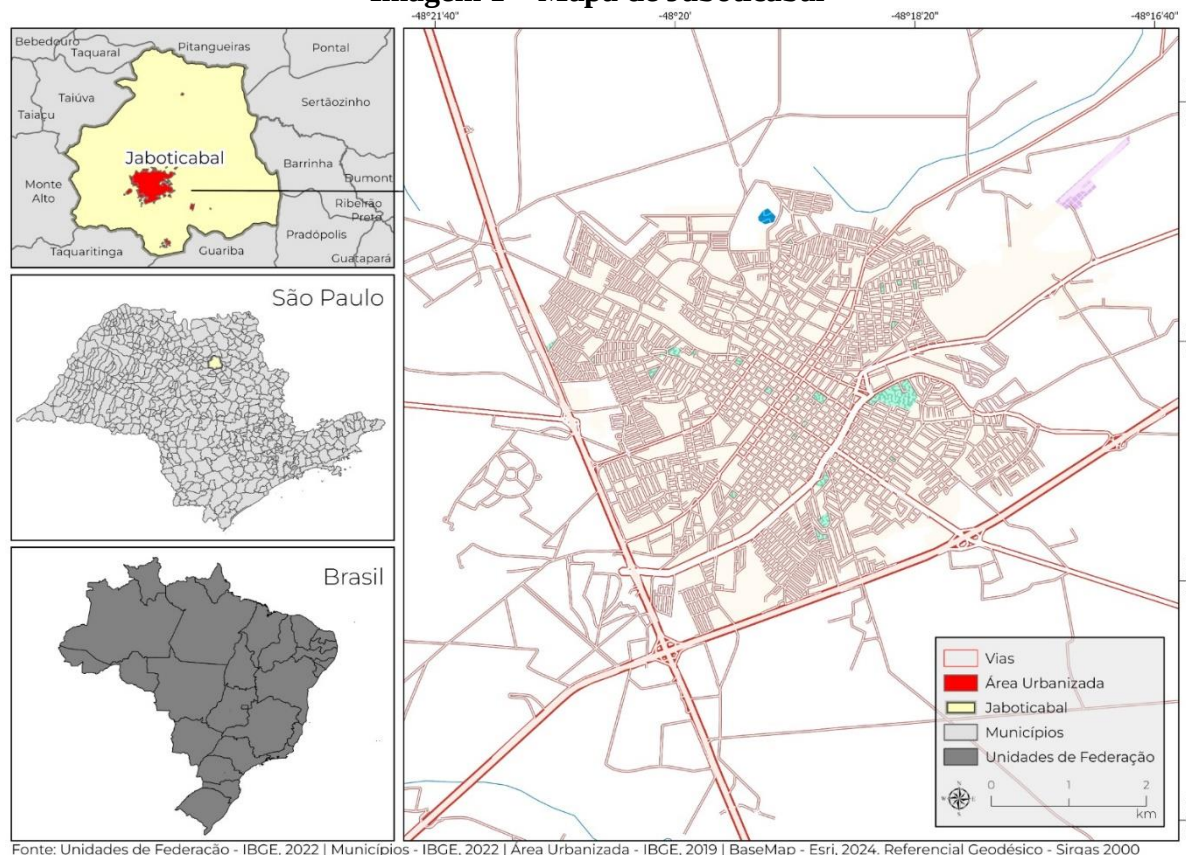
³ Ao longo da constituição de Jaboticabal, muitos foram os títulos atribuídos, esses títulos são muito representativos para pensarmos e problematizarmos a dinâmica jaboticabalense e a relação tecida em especial com o espaço urbano. Assim, o título de Cidade das Rosas, que foi atribuído devido às roseiras presentes nos passeios públicos no início do século XX, têm a nos falar sobre como o espaço urbano era e é palco de disputa e projetos em torno de valores hegemônicos, no qual por vezes acaba por produzir leituras fragmentadas do que é e como se experiencia esse lugar, construindo imagens excludentes de demandas e presenças de muitos dos que estiveram no eito da cana.

⁴ O meu bairro, a *minha* COHAB, é a COHAB 1 – o primeiro dentre os vários conjuntos habitacionais populares formados em Jaboticabal a partir da década de 1970, surgidos em diálogo, inclusive, com o adensamento populacional causado pela dinâmica agrária paulista vivenciada na época. Assim, a COHAB 1 é quase que por excelência um bairro de “velhos”, um bairro de senhores e senhoras trabalhadores aposentados – um bairro encantador para os historiadores, mas um tanto quanto solitário para as crianças. Foi nesse lugar, cercado de aposentados que, ao final da tarde, sentam-se em cadeiras e bancos em frente às suas casas e onde cresci e vivo até os dias atuais. Para avaliar o papel das políticas de habitação popular no interior paulista e como COHAB se engendra nessa proposição, ver as considerações de Santos (2017), Yoshimura (2004) e Garcia (2021).

Dessa forma, se o cartão postal da cidade apresenta Jaboticabal como imponente, lar do progresso consensual, dedicada às artes e à música, “da ponte pra cá” é diferente.⁵ Após a crescente populacional mais expressiva desde a década de 1960, a expansão do centro para as extremidades da cidade se deu de maneira quase orgânica e contínua. Em razão da presença de um contingente significativo de trabalhadores na cidade.

A seguir, trago o mapeamento urbano da cidade, para observarmos tal constituição:

Imagem 1 – Mapa de Jaboticabal



Organizado pelo autor

Jaboticabal não contém vias rápidas o suficiente para a mobilidade urbana nos territórios que compõe suas regiões (isso quer dizer, vias envolvendo o centro comercial, bairros

⁵ Trago a referência da música “Da ponte pra cá” do grupo de rap “Racionais MC’s”, para que seja possível dialogar sobre as contradições presentes na cidade ao pensarmos os bairros populares, frequentados por grande parte da classe trabalhadora. Assim, titular Jaboticabal como “a Cidade das Rosas”, estabelece uma relação com as rosas *deles*, com a criação de um espaço de sociabilidade que é de difícil acesso pela classe trabalhadora; se Jaboticabal recebe o título de “Athenas Paulista”, devido a sua inclinação à educação e à cultura (principalmente com a criação da faculdade no começo do século XX, que viria a ser estadualizada como UNESP), é a educação *deles*, eram as o projeto desses sujeitos que estudavam e viviam em condições desiguais de muitos outros. Assim, “da ponte pra cá” é um debate de como a narrativa acerca de Jaboticabal foi criada e gestada por um “eles” que muito pouco tem a falar sobre “nós”, que majoritariamente expressam Jaboticabal. Sobre o debate nós e eles, ainda que pensando trabalhadores da ilha britânica, ver as considerações de Hoggart sobre como esse sentimento de desigualdade, identificação e dissidência é produzido pelos trabalhadores na dinâmica social. (HOGGART, 1973, p. 87-122).

populares, áreas de expansão recente etc.). As vias rápidas que existem, favorecem a mobilidade urbana da classe média e alta, ou certos percursos visualizados como “casa-trabalho” – vide que a principal avenida que liga a região Oeste ao centro da cidade (principal percurso bairros-centro realizado por trabalhadores), é feito em um corredor comercial. Enquanto as ciclovias existentes foram instaladas apenas em bairros de classe média-alta e o seu uso é destinado prioritariamente para o lazer nos finais de semana.

Quando precisava sair da minha casa em direção ao centro comercial de Jaboticabal (cerca de 3 km), levava em média 30 minutos de ônibus. Nesse sentido, um trabalhador que decida utilizar o transporte público para se locomover da região Oeste à região Leste fará em um trajeto de 6 km, levar cerca de 1 hora – um desgaste a mais em sua rotina ordinária.

Em contrapartida, não há como falar sobre a presença dos trabalhadores em Jaboticabal, especialmente os que se envolveram com o trabalho rural que analiso, sem expressar a complexidade dessa dinâmica urbana frente às constantes ambivalências experimentadas no campo, pois isso, essa leitura da cidade e de sua territorialização pelos sujeitos, diz muito sobre as formas como eles veem e usam a cidade. Isso significa falar sobre o agronegócio, falar sobre os modos de viver desse contingente de pessoas que saem do campo e rumam para a cidade, ou mesmo daqueles que tentam permanecer e estabelecer vínculos mais contínuos aqui, além, é claro, daquilo que diz respeito sobre como o campo também foi palco de inquietações para minha família ao longo desse processo histórico, colocando em contato contínuo o espaço urbano e rural no fazer-se desses homens e mulheres em Jaboticabal e região.⁶

Ao fazer essas avaliações e construção do meu campo de investigação, busquei situar as relações de poder empreendidas historicamente, procurando discutir possíveis motivações que fizeram esses trabalhadores se envolverem com o trabalho no eito da cana, definindo determinadas tarefas e rotinas de trabalho, atentando-me aos significados que atribuem a essas ações na promoção do seu modo de viver. Somado a isso, interessou-me destacar a construção de novos campos de possibilidade e alternativas – como reorganizam suas práticas frente a

⁶ Início essa inflexão apontando um suposto de Arrais (2017, p.81) “É preciso sempre lembrar que a forma de ocupação não apenas qualifica os espaços, mas também os sujeitos que os ocupam”. Portanto, olhar para esses bairros de Jaboticabal, assim como as regiões rurais que percorreram, não exprimem apenas um traçado de circulação espacial, mas como imprimiram e se viram marcados por essas territorialidades em que tomaram parte. Pensar Jaboticabal é reconhecer não só seus limites, mas de qual universo faz parte. Nesse sentido, Santos (2012, p. 138-139) auxilia na percepção das distinções e aproximações entre cidade e região, no caso uma região marcada pela presença da exploração de diaristas rurais ao longo do processo de alteração dos modos de se relacionar com a terra, com a produtividade e presença de trabalhadores e pequenos proprietários no campo. O horizonte urbano, como destacado por Carlos et al (2016, p. 131) se faz nessa conjugação controversa e na “complexidade dos papéis urbanos das cidades [nesse caso, diferenças e desigualdades regionais que pressionam o modo no qual irá se compor a rede urbana, fazendo com que observemos como] seus moradores se apropriam mais ou menos de seus espaços urbanos [ao buscarem novas referências para os seus modos de viver].

determinadas pressões – mudar de trabalho, mudar de onde viviam, lidar com laços afetivos construídos e desfeitos, promoverem e se satisfazerem com o tempo livre, construir expectativas em Jaboticabal.

Nesse sentido, busquei responder algumas perguntas ao longo dos capítulos que apresento nessa dissertação: quais motivações (e pressões) os trabalhadores possuíam para que se dirigissem ao trabalho nos carreadores de cana? Como veem hoje essa dinâmica de trabalho? Em quais bairros e de que maneiras viviam (e vivem) esses trabalhadores em Jaboticabal? Quais eram seus espaços de sociabilidade e o que almejavam ao decidirem entre permanecer e partir após o período de empreita e experiência no trabalho da cana – como reorganizaram seus modos de viver ao se estabelecerem na cidade?

Com essas indagações, a dissertação tem como propósito destacar e analisar a dinâmica de alguns desses trabalhadores ao viverem em Jaboticabal e como se vincularam aos trabalhos no corte de cana em determinados momentos de sua vida, uma prática experienciada por eles, ao mesmo tempo em que ocupavam a cidade e o campo, imprimindo valores e traduzindo outros com os quais tiveram que se debater durante a construção de sua permanência na região.

Dessa forma, o intuito dessa investigação foi problematizar essa presença expressiva de trabalhadores na cidade que mantiveram relação com a dinâmica sucroalcooleira, refletindo, em que medida tanto a expansão agroindustrial capitalizada nas décadas em questão quanto esse movimento de ocupação da cidade, experienciado pelos trabalhadores investigados, em grande maioria advindos do campo, permite associar tais ações e processos históricos às alterações e permanências explicitadas nos modos de viver e produzir no campo, que se desenrolaram pelo país desde aquele momento, visto que esse foi um processo que tensionava a permanência de trabalhadores e pequenos produtores no meio rural e provocava no meio urbano um novo modo de se fazer e ver esses sujeitos como parte da cidade.⁷

⁷ Na dissertação de Marçó (2010), ele analisa o processo de implementação dos Complexos Agroindustriais na região de Andradina (cerca de 380Km de Jaboticabal), é possível notar uma diminuição das pequenas propriedades entre 1970 e 1980. Na região estudada havia 75 propriedades de até 10 ha em 1970, sendo que em 1980 contabilizavam apenas 25 propriedades. Por mais que esse estudo tenha se atido a outra região do estado de SP (uma região sem histórico com a cana-de-açúcar, como a Alta Mogiana onde Jaboticabal se localiza), é possível compreender alguns elementos muito significativos e partilhados entre as regiões: as tensões geradas de como e onde trabalhar e aferir renda pelos pequenos e médios proprietários e trabalhadores. Assim, as tensões que pressionavam os trabalhadores a reformular os modos de vida, eram sentidas em muitas frentes, desde a alteração de como se inserirem na dinâmica do que se produz ao modo como se deram as contratações e discussões sobre a manutenção (ou não) de moradias para trabalhadores nas propriedades rurais. Tudo isso, além do incentivo a maior produtividade e uso mais intensivo das áreas produtivas para certas atividades. Para acessar outras leituras acerca dessa relação entre pequenos e médios proprietários e a expansão canavieira ver, particularmente, Roviero (2014) e Szmrecsányi et al. (2008).

Ao destacar tal enredo histórico, outras perguntas se somam ao eixo inicial de problematização; como a acumulação de terras, pelos grandes proprietários e a mecanização do campo, promovida nesse momento da dinâmica agrária brasileira se apresentou frente às demandas e propósitos de vida desses trabalhadores investigados? Como esses sujeitos se posicionavam diante dessas mudanças na dinâmica de trabalho e de onde/como viverem? Em que medida, essas novas relações e condições de trabalho influenciaram nas tomadas de decisão em que se viram envolvidos?

Foi diante desse conjunto de questões que as fontes orais se colocaram como uma proposição importante para evidenciar tal processo e leitura que fazem dessa experiência. Ao longo da dissertação, parti do princípio que a memória se apresenta como uma construção nascida do enfrentamento – tanto do passado pelo presente como do entrevistado pelo entrevistador (COUTINHO, 1997).

Nesse sentido, a memória produzida pelos sujeitos entrevistados é construída a partir das percepções que eles estabelecem no presente, como observam, compreendem e retomam o passado no momento da entrevista, sendo que esse passado-presente associado diz muito da sua realidade e como as suas percepções e compreensões sobre o presente-futuro se colocam à sua frente (PORTELLI, 1996). Assim, o modo como apresento a transcrição de nossa conversa e o como realizamos tal diálogo indica muito desse suposto de garantir a percepção do caminho de produção dessa memória e de avaliação dessas experiências.

Nessa direção, se a memória é fruto de um enfrentamento entre entrevistado e entrevistador, a memória também expõe cerceamentos e é construída na medida que meu entrevistado vê, compreende e me interpreta para decidir o que e como narrar as suas memórias naquela relação. Por essa razão, a memória não é estática, ou algo que confirme ou descreva o passado, mas ela confirma e descreve o presente em contraste com o passado, ao mesmo tempo que é contornada pelo confronto entre duas pessoas, como destaca Coutinho (1997) ao se remeter às suas experiências de entrevista na produção de documentários.

Para localizar a produção das minhas entrevistas e dialogar sobre o confronto anteriormente indicado, acredito que seja importante situar como eu me apresentava aos sujeitos que entrevistei, na mesma medida que dialogo sobre como eles se apresentavam para mim. Eu não era apenas o Olavo-historiador-pesquisador, aquele sujeito que invade “espaços de

pesquisa” e busca entender a realidade e relações que estão inseridas ali; eu era também o “filho-da-professora-Theo”, ou o “Neto-da-Bertoca”, ou, ainda, o “Olavo-filho-do-Nê”.⁸

Meu lugar como pesquisador, com a imposição do gravador e de todo o aparato para a produção das entrevistas, ainda se colocava como um estranhamento, mas a minha presença, por mais difusa e conflituosa que fosse, era comum para os meus entrevistados – eu era familiar, ao mesmo tempo que não era.

Por essas razões, acredito que a interpretação acerca da memória produzida na fonte oral funcione tal como um muro. Assim como um muro necessita de tijolos, de argamassa e de um pedreiro para ser construído, buscando sempre manter o prumo, o alinhamento e a estrutura, a memória necessita de alguns condicionantes na sua produção. O pedreiro não é o historiador, no máximo somos os ajudantes, que preparam a argamassa para ser utilizada na obra, o pedreiro é o próprio entrevistado, que constrói a memória a partir do seu enfrentamento subjetivo. Os tijolos são as memórias que, uma a uma, são utilizadas para se erguer o muro da produção de suas narrativas na entrevista. A argamassa é o elemento que liga os tijolos, que cola, transforma e segura um desorganizado conjunto de pedaços de barro queimado para se tornarem uma parede. Um muro sempre será uma construção que se baseia na vontade do construtor de construir, na qualidade da argamassa e na noção que o pedreiro tem em definir e escolher os tijolos para construir o muro naquele singular momento e naquelas condições determinadas.

Longe de buscar dar uma aula sobre construção civil, acredito que essa seja a forma mais fácil de entender que a produção de memória na entrevista é uma construção e deve ser compreendida e analisada a partir desse suposto teórico-metodológico. Não deveríamos analisar uma fonte oral, por mais simples que elas se apresentem a nós, de uma forma rasa, buscando enxergar um testemunho fiel do passado, o máximo que compreenderemos delas ao utilizarmos dessa tática é encararmos uma parede pré-moldada, preenchida com visões prévias a serem confirmadas. No entanto, quando encaramos essa parede (que expressa o processo de produção de memórias), buscando compreender quais as decisões firmadas e que imagens se produz com tal recordar – temos um convite à reflexão acerca dessas memórias, analisando como expressam e instigam em nós certos debates e evidênciação histórica sobre um conjunto de histórias calcificadas ao longo do tempo como único modo de ver e contar sobre tais processos.

Nesse sentido, interessa entender esses sujeitos não apenas como ajudantes na construção do “muro” da História, mas sim como os construtores. Pois, isso é o que sustenta a

⁸ Esses apelidos realmente foram citados pelos meus entrevistados ao longo do processo da produção das entrevistas – indicando a aproximação com minha fala e a partir de que lugar situavam aquela relação que estava sendo produzida.

relação entre as fontes orais com a História Social a meu ver. Pensar as memórias dos sujeitos a partir das fontes orais, dialogando com o constante “fazer-se” desses trabalhadores acaba por reavivar as reflexões entre passado e presente construídas por esses trabalhadores – uma reavaliação de toda a vida, de marcas e afetos de um percurso em andamento.

Cardoso (2010) traz uma importante visão acerca daquilo que acredito como primordial para estabelecermos certas relações nessa dissertação acerca do trato das fontes orais:

Os diálogos que estabelecemos com as pessoas são portadores de sentidos, de subjetividades que necessitam ser analisados como indícios de memórias individuais sobre o vivido, que são, ao mesmo tempo, evidências das relações sociais no hoje e no ontem (CARDOSO, 2010, p. 39).

A advertência que faz nos coloca o desafio de lidar com o que é peculiar daquele sujeito e o que nos remete à sua experiência social, percorrendo tempos e espaços movimentados por eles no diálogo que estabelecemos na produção de entrevistas. Da mesma forma, acredito que as proposições de Portelli (1997, p. 31), dialogam com esse suposto, principalmente ao dizer que: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.

Nessa direção, a memória que subsidia as fontes orais não expressa a totalidade, a realidade dos acontecimentos perpassados pelos sujeitos que fizeram parte dessa dissertação, mas evidenciam o confronto que realizam (do passado pelo presente e do entrevistador e entrevistado) para a composição das memórias ao longo do diálogo estabelecido.

Nesse sentido, essa prática historiográfica, própria do trato de fontes orais, nasce do “encontro entre pessoas dispostas a dialogar sobre questões que interessam a ambas, embora de maneiras diferentes” (KHOURY, 2001, p. 80), acaba por reposicionar os trabalhadores no debate histórico, compartilhando com eles o papel principal na construção historiográfica, baseada na relação. Assim, buscamos a partir do social, das tensões e campos de força sociais, extrair sentido e legitimidade histórica do que há nas nossas entrevistas e na problemática que propusemos investigar em diálogo com os demais materiais.

Ao procurar tratar tais problemáticas, utilizei entrevistas de trabalhadores que em alguns momentos, ou em grande parte da vida, dirigiam os seus esforços ao trabalho no corte de cana-de-açúcar em Jaboticabal-SP. Dessa forma, procurei discutir a partir dessa proposição analítica, os sentidos e significados atribuídos por esses sujeitos no processo de produção de memórias acerca de como o trabalho na cana se apresenta na integralidade de sua experiência social.

A pesquisa contou com seis entrevistas – três mulheres (Vera, Aparecida e Dalzira, mulheres brancas e com idades entre 67 e 74 anos) e três homens (Dejair, branco, e Ademir,

negro, respectivamente com 72 e 68 anos, e por último Rogério, 38 anos). Excluindo Dona Aparecida, os demais são de cidades que compõem a grande região de Ribeirão Preto (região com um histórico marcante da produção da cana-de-açúcar).⁹

Há a necessidade de apresentar as relações e as dinâmicas que me fizeram deparar com esses sujeitos, de refletir as suas demandas e escolhas, que me fizeram conhecê-los e os validarem para tornarem-se meus entrevistados (Seu Ademir, Dona Aparecida, Seu Dejour, Dona Dalzira e Dona Vera). A seguir, discorro um pouco sobre quem são essas pessoas a partir do meu olhar.

Ademir é meu vizinho (um bom vizinho, diga-se de passagem), nos tornamos amigos após a entrevista, é um bom papeador, cheio de orgulho sempre que fala sobre os filhos, netos, bisnetos e tataranetos (e afirma, todas as vezes em que tocamos no assunto, que são 12!). Com a morte de sua esposa, uma companheira de vida e de labuta, reside de forma transitória entre a casa dos filhos.

Ademir tem as mãos duras e um sorriso fácil, características que por vezes destoam para um homem que teve uma vida tão difícil. Nasceu em Igarapava-SP (186 km de Jaboticabal) em 1954, mudou-se para Barrinha (22 km de Jaboticabal) em 1980. Em 1992 mudou-se para Jaboticabal, local onde fixa residência até hoje.

Ademir, ou Nancias, não foi convidado para a entrevista, ele se convidou¹⁰. No processo de produzir fontes, buscando trabalhadores com experiência no eito da cana, era comum perguntar aos meus vizinhos, amigos ou conhecidos se teriam de alguém para me indicar, que havia tido tal experiência. Em uma dessas investidas, na qual minha mãe se dirigia a um vizinho,

⁹ Um elemento que necessita ser percebido nessa dissertação é como os sujeitos destacados aqui percebiam na cana um meio de conseguir renda frente a temporadas de instabilidade de trabalho e laços afetivos. Nesta medida, as tomadas de decisões desses sujeitos ao se dirigirem à cana, não são efetivadas apenas por pressões econômicas, mas oriundas de toda uma gama de relações (sociais e econômicas) que se configuravam nessa localidade no período em questão. Assim, é possível compreender com a dissertação de Carvalho (2014), que a estrutura econômica que havia sido forjada na região de Ribeirão Preto no final do século XIX (com a instalação de polos industriais e da ferrovia, tal como a da Mogiana, que ligava o nordeste paulista ao porto de Santos), em conjunto com um histórico nível de produção em torno da cana-de-açúcar, acabou por fomentar uma relação de proximidade dos trabalhadores para com essa atividade. Ao mesmo tempo, essa estrutura acabou por possibilitar o crescimento e desenvolvimento desse polo agrícola a partir da década de 1960 na região. Assim, Jaboticabal, Pitangueiras e Igarapava (locais de nascimento dos meus entrevistados), eram circunscritos por linhas férreas, que possibilitaram uma maior vinculação desses municípios com o cultivo de cana-de-açúcar e a dinâmica produtiva, visto que havia um escoamento facilitado da produção por esse trajeto. Por essa razão, o “*cair na cana*” toma sentidos sociais complexos (o trabalho com a cana-de-açúcar já era conhecido pelos trabalhadores daquela região), uma inserção pensada e traçada para o enfrentamento da realidade. Para ver mais sobre o desenvolvimento da região de Ribeirão Preto e vinculação da passagem do trem da Mogiana à dinâmica social ver: Carvalho (2014).

¹⁰ De todas as entrevistas, a realizada com Seu Ademir foi a única produzida na minha casa. Seu Ademir atualmente mora com a filha em um condomínio, localizado em frente à minha casa, devido a essa proximidade e por ele não ser de fato o dono da casa, a entrevista ocorreu em outro lugar – conforme seu próprio interesse e disposição.

Ademir passava e acabou ouvindo a conversa, interveio e narrou episódios da sua presença como trabalhador na cana e se prontificou a “contar a sua história”.

Aparecida, ou a Cida, é uma mulher de baixa estatura, nas palavras da minha mãe: “*miudinha*”. Diferentemente dos outros entrevistados, não a conhecia, mas Aparecida me conhecia. Minha mãe havia sido professora de um dos seus filhos. Então, a ocasião que me fez tomar contato com ela foi pela relação com a minha mãe.

No começo dessa pesquisa, quando essas linhas eram ainda um desafio a ser superado, minha mãe saiu para buscar pão pela manhã e se deparou com um grupo de mulheres no ponto em que o ônibus da turma (diaristas rurais) passaria. Após uma conversa rápida a entrevista foi marcada. Aparecida se prontificou a ser entrevistada, correspondendo ao vínculo anterior com a minha mãe.

Aparecida nasceu em Valentim Gentil (cerca de 247 Km de Jaboticabal) em 1952, mudou-se para Jaboticabal em 1971, aos 19 anos. Pouco depois de se casar, Dona Aparecida mudou para a Usina São Martinho, o ex-marido foi contratado pela usina como soldador e recebeu uma casa para residirem na zona rural de Jaboticabal. Nessa época Dona Aparecida começou a trabalhar na roça como diarista, dirigia-se aos carreadores nas empreitas de plantação e limpeza de cana-de-açúcar, assim como limpava as plantações de laranja. Teve essa rotina até 1988, vivendo na casa cedida pela usina, quando então se mudou novamente para a área urbana de Jaboticabal.

Dejair, ou o Tio Jair, talvez seja aquele tio-avô que menos tenho proximidade espaço-temporal, mas, talvez, aquele que eu mais tenha ouvido histórias ao longo da vida. É irmão do meu avô paterno, o tio que meu pai mais gosta e o sujeito mais reservado da família. Conheci Dejair no velório da minha avó (lugar não muito propício para se marcar uma entrevista, diga-se de passagem, portanto, fiz esse convite em outra oportunidade).

Dejair nasceu em uma colônia de cultivo de laranja na divisa de Pitangueiras com Lusitânia (distrito de Jaboticabal) em 1951, onde permaneceu até 1966. Após serem mandados embora do sítio, mudou-se com a família para Jaboticabal (cerca de 30Km de onde residiam) para trabalhar em outro sítio. Em 1973, já casado e morando na cidade de Jaboticabal, trabalhou como garçom em um restaurante de um posto da cidade, em 1975 se tornou ceramista na Stéfani e em 1988 abriu o bar que tem até hoje e que foi ponto de parada das turmas de trabalhadores da cana.

O Tio Jair tem mãos grandes, braços fortes e pernas finas, é aquele tipo de pessoa que se pode conversar por horas a fio, da mesma forma que pode expulsar um cliente indesejado no bar aos pontapés. Esses traços do Tio Jair, muito me dizem da sua atividade profissional – o

Bar (espaço muito importante para a pesquisa) é conhecido na cidade inteira como o bar da cerveja mais barata para se levar.

Dalzira, ou a Tia Zira, é, de longe, a pessoa que eu mais gostava dentre todos os meus entrevistados. Tia Zira consegue narrar a história de cada um dos familiares em detalhes, apontando quando nasceu, onde nasceu, quando morreu, quando veio para Jaboticabal, quando se mudou de Jaboticabal, indicando, inclusive, aquelas questões que muitos tentam desviar da narrativa – confusões, amores, desamores etc.

Em minha infância, adorava ouvir suas histórias, que são em grande parte as minhas histórias também, além de nadar na sua piscina. Dona Dalzira nasceu em 1949, na mesma colônia que Dejair, afinal, são irmãos. Dalzira é a quinta irmã em sete (Dejair é o sexto), ela se casou em 1975 e logo veio para Jaboticabal. Naquele mesmo ano se mudou para a Fazenda dos Irmãos Sanches em Jaboticabal e depois foi para a Fazenda do Balbo, em Ribeirão Preto (cerca de 57 Km de Jaboticabal), onde permaneceu até 1980.

Nesse período inicial do casamento, manteve-se como dona de casa, o marido tinha um bom trabalho na destilaria, era químico, mas, após sair da destilaria e retornarem a Jaboticabal nesse mesmo ano, ela se dirigiu aos carregadores de cana com o seu filho, permanecendo nessa atividade até 1986. De 1986 até 1992 trabalhou como empregada doméstica na casa dos donos do posto de combustível, onde Dejair foi garçom anteriormente.

Dona Vera, foi por muitos anos apenas Vera para mim. Ela é esposa do meu avô paterno e as condições que me fizeram conhecê-la na minha infância não foram as melhores (para não se dizer outras coisas). Vera nasceu nas proximidades de Jaboticabal, no sítio do Brumado em 1956, uma antiga colônia nas proximidades limítrofes de Jaboticabal e Barrinha (21 Km de Jaboticabal). É a segunda filha de 10 irmãos. Casou-se em 1972, realizando diversos deslocamentos pelas áreas rurais da região, mudou-se para Barrinha em 1975 com o marido, em 1978 voltou para Jaboticabal, para morar com os sogros na zona rural. Em 1982, mudou-se para a cidade de Jaboticabal e em 1984 o ex-marido faleceu.

Dona Vera tem 67 anos (e sempre tem sorvete de creme no congelador de casa), carrega as marcas do trabalho na roça pelo corpo. A pele branca queimada pelo Sol e as mãos calejadas explicitam como a vida nos carregadores foi árdua e intensa. Após a nossa primeira entrevista, que aconteceu no começo de 2021, a Vera se tornou a Dona Vera. Compreendi e entendi que

aquela mulher, que por muitos anos se apresentava para mim como “a outra”, era apenas mais uma sobrevivente de uma realidade tão dura e cruel.¹¹

Diante de todos esses entrevistados, com características, como idade e trajetórias muito parecidas e ligadas e ao mesmo tempo tão particulares, em certa medida, a mim, um dos entrevistados dessa pesquisa se diferencia um pouco mais: Seu Rogério. Conheci Rogério de uma maneira diferente, por um post no Facebook para angariar fotografias para a pesquisa. Mesmo não conhecendo a sua trajetória, suas dores e angústias de forma personalista, os elementos que o liga a essa pesquisa, já me eram familiares. Minha mãe havia sido professora do seu irmão mais velho, na destilaria na qual a sua família morava em Barrinha. Durante a época que minha mãe dava aulas para o irmão mais velho de Seu Rogério, em 1992, uma fatalidade ocorreu-se sobre a família do mesmo – o pai de Seu Rogério, Seu Altino, morreu queimado enquanto trabalhava botando fogo em um canavial.

Seu Rogério tem 38 anos, é um homem solteiro (“*na rua a 2 anos*” – como disse na entrevista), mora com a mãe na COHAB II e é vigilante em uma empresa terceirizada em Jaboticabal. Devido a distância que nos separavam, ele em Jaboticabal e eu Toledo-PR, a nossa entrevista aconteceu de maneira remota, via ligação de áudio pelo WhatsApp, após a rápida conversa que tivemos no Facebook. Seu Rogério, foi muito aberto a dialogar e me narrar suas experiências, assim, descobri que Seu Rogério havia trabalhado com o meu pai em um posto de gasolina – mesmo os sujeitos mais distantes da pesquisa se aproximam de nós de alguma forma.

As narrativas desses sujeitos muito se aproximam, pois comungam de experiências compartilhadas; todos eram filhos de meeiros, foram inseridos no trabalho desde muito novos e fixaram moradia em Jaboticabal no ir e vir entre o campo e a cidade. Sendo assim, surgem perguntas motivadoras para esse conjunto de sujeitos: até que ponto essas trajetórias comuns

¹¹ Por mais condescendente que possa parecer ao leitor, não atribuo os tratamentos de Seu e Dona, aos meus entrevistados, por respeito, nem o faço por perceber uma diferença estruturante entre nós (entrevistado/entrevistador). Muito pelo contrário, faço isso, pois, percebo que durante as entrevistas esses sujeitos não são apenas o Ademir ou a Vera, eles são todo um emaranhado de sentidos e sentimentos que são construídos, reformulados e pensados acerca de uma experiência muito expressiva socialmente. Durante o processo de produção da entrevista, em que esse emaranhado de sentidos se desenrola, em um movimento que parte dos meus entrevistados, cada um deles se tornou diferente ao meu olhar desde então. Por essa razão, tratá-los como os tratava antes não fazia e não faz sentido para mim. Vera, deixa de ser apenas a Vera, ela é também a esposa do meu avô, ela é também uma mãe, uma avó, uma irmã, uma filha, uma trabalhadora da cana, ela é, essencialmente, a Dona Vera.

aos trabalhadores foram de fundamental importância para o “cair na cana”¹²? Como os trabalhos desempenhados no seio familiar, antes mesmo da inserção nos carregadores, foram significativos para a sua posterior inserção nessa relação de trabalho na cana?

Novamente o meu posicionamento como sujeito histórico se faz necessário, essas entrevistas foram feitas, de início, com pessoas próximas a mim, vizinhos e familiares, pessoas que conhecia a trajetória e me intrigavam com a expressividade de suas experiências. Acredito ser necessário explicitar, de antemão, alguns elementos pertinentes às fontes que subsidiaram essa pesquisa, todas as entrevistas foram realizadas com sujeitos que permaneceram em Jaboticabal, mesmo que alguns tenham vindo de outras cidades, ou ido e vindo em algum momento. Acho relevante destacar que, por coincidência, ou falta de uma seleção mais minuciosa diante dos prazos da dissertação, os entrevistados que fomentam a construção dessa pesquisa, são entrevistados exclusivamente oriundos do Estado de São Paulo.

Por motivos que envolvem desde a passagem do tempo e a minha dificuldade em encontrar trabalhadores que se mudaram de Jaboticabal frente à queda nas contratações no corte cana, a dissertação se baseou no trato das memórias e histórias daqueles sujeitos que permaneceram em Jaboticabal ou, ainda, dentre esses os que se disponibilizaram a conversar comigo e serem entrevistados.

Por mais que esse texto reflita um momento de análise e investigação, aponto que outras fontes e outras perguntas poderiam ter ganhado novos rumos na produção da dissertação. Contudo, o que privilegiei para essa escrita vem carregado desses encontros de experiências em associação com os dados oficiais, estatísticas populacionais, fotografias, um conjunto de evidências que auxilia a compor o terreno no qual se desenrolavam as disputas sociais, seja pelo que se expressa nos ofícios e leis, que demonstrem a presença dos trabalhadores no espaço urbano de Jaboticabal seja nas imagens que esses sujeitos registraram do seu percurso na cidade – em suas memórias ou em outras marcas que pude evidenciar.

Dessa forma, a minha pesquisa e as minhas indagações, além de buscarem destacar a experiência desses trabalhadores como sujeitos históricos, também propôs discutir um problema que é muito caro a mim: como eu, um jovem nascido em 1996 me relaciono com a

¹² Dawsey (1997), em “Caindo na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e “boias-frias””, faz um estudo antropológico no qual busca analisar e descrever os modos de vida daqueles trabalhadores que denomina como “boias-frias”. Percebe, analisa e compreende aquele espaço como um lugar de tensões, de pressões e de vivências que acabam por gerar quase que uma cultura própria, aquilo que compreendo como a “dinâmica da cana”. Assim, o processo do “cair na cana” não é só o movimento do trabalhador que sobe no caminhão, ônibus ou pau-de-arara em busca de serviço, mas sim um processo social que acaba por dinamizar motivações peculiares para experienciar esse processo de ida aos carregadores.

dinâmica campo/cidade dos trabalhadores em Jaboticabal e com essa memória sugerida como do “tempo da cana” em Jaboticabal?

Por mais que o título da dissertação seja “Entre ruas e avenidas: modos de vida, narrativas e espaços de sociabilidade de trabalhadores de Jaboticabal-SP”, estabelecendo uma ligação direta entre os sujeitos presentes nessa dissertação e a cana-de-açúcar (ruas do eito da cana e avenidas da cidade), ainda assim, os canaviais não são e nem nunca foram o único pilar agrícola da cidade ou a única relação de trabalho estabelecida por esses sujeitos que permitia aferir renda, moradia, ou seja, compor seu pertencimento social.

Isso não quer dizer que não seja prevalescente, uma vez que não é possível percorrer o interior paulista e não se deparar com o predomínio dos canaviais, quase que como um manto que cobre a terra. De acordo com Martins et al. (2018), o estado de São Paulo lidera desde 1950 a produção de cana-de-açúcar nacional, sendo essa a responsável por ocupar cerca de 55,5% de todo o território agricultável do estado e, atualmente, a presença da cana está distribuída em 78,3% dos municípios paulistas. Isso por si só já é um elemento a se levar em conta sobre a influência desse setor nos postos de trabalho e na ocupação de muitos trabalhadores do interior paulista ao longo das décadas que atravessaram a segunda metade do século XX e esse início do século XXI e por indicarem em suas memórias traços dessa experiência na constituição de quem são e como se veem.

Nesse processo histórico, Jaboticabal sofreu um adensamento urbano gigantesco, principalmente na década de 1980. Um crescimento populacional constante e alto desde a década de 1960 – o que iremos aprofundar ao tratar da experiência dos entrevistados ao longo da dissertação.

Vemos assim, em 1960 uma Jaboticabal com 33.772 mil pessoas, divididas em 61% vivendo na cidade e 39% no campo, sendo que em 1980 contaria oficialmente com 46.985 mil pessoas onde 87% morava no meio urbano. Algo que pode ser configurado da seguinte forma:

Tabela 1 - Crescimento populacional de Jaboticabal (1945-2000)

Ano	Habitantes	Crescimento em relação ao censo anterior
1945	29.988	-
1950	30.870	3%
1960	33.772	9%
1970	38.779	13%
1980	46.985	17%
1990	59.133	21%
2000	67.408	12%

Fonte: Organizada pelo autor com base nos dados do IBGE

Tabela 2 - Porcentagem da população de Jaboticabal vivendo no campo e na cidade (1945-2000)

Ano	Urbanos	Rurais
1945	46%	64%
1960	61%	39%
1970	76%	24%
1980	87%	13%
1990	91%	9%
2000	95%	5%

Fonte: Organizada pelo autor com base nos dados do IBGE

Esses comparativos entre o crescimento da população urbana de Jaboticabal atrelado ao seu crescimento populacional absoluto é um indicativo de algumas variantes que devem ser relacionadas e questionadas com o trabalho desenvolvido aqui. De que forma o trabalho nos canaviais dialoga com o crescimento urbano de Jaboticabal e no crescimento absoluto da cidade? Como Jaboticabal se organizou com políticas públicas a fim de receber esse fluxo de pessoas? Quais as motivações que fizeram, ou não fizeram, esse contingente de pessoas se fixar em Jaboticabal? Como as novas formas de se relacionar com o campo são entendidas pelos trabalhadores?

Acredito que para abarcar a compreensão da experiência desses sujeitos, um dos condicionantes seria a compreensão do processo de ocupação do espaço urbano de Jaboticabal por esses trabalhadores – responsável pelo maior contingente populacional urbano. Nesse sentido, existe a possibilidade de entendermos a ocupação da cidade pelos trabalhadores como um indicativo que possibilita, em certa medida, compreender as maneiras e as motivações, os laços de sociabilidade e solidariedade que os trouxeram e os mantiveram em Jaboticabal, as formas de se organizarem e resistirem à realidade que se colocava frente ao que almejam e entendiam como necessidades.

Portanto, a análise contida nessa dissertação se deterá aos bairros de Jaboticabal que foram ocupados pelos entrevistados. Percebendo elementos que por ora demonstrem a ocupação da cidade por esses trabalhadores, detendo-se desde a primeira fixação desses trabalhadores na cidade, acompanhando a movimentação desses sujeitos ao longo das territorialidades que se tornaram referência para eles em Jaboticabal. Sendo assim, há alguns questionamentos que acabam por serem recorrentes e que foram mobilizadores dessa pesquisa: de que maneiras as escolhas de onde e como morar pressionaram as decisões desses sujeitos por Jaboticabal? Quais as redes de apoio e de sociabilidade que permitiram a permanência

desses sujeitos em Jaboticabal? De que maneira os territórios ocupados estabeleciam relações para firmar postos de trabalho e onde morar?

Para situar como a pesquisa se apresenta para mim, como sujeito-pesquisador e pesquisador-sujeito, torna-se necessário narrar uma memória infantil sobre a minha relação com os cortadores de cana-de-açúcar em Jaboticabal.

Era meu aniversário, voltava com a minha mãe de uma festa na escolinha em que estudava. Ao chegar em casa, topamos com o meu pai saindo para pegar o ônibus da “turma”. Meu pai era safrista, trabalhava como encarregado do corte mecanizado de cana-de-açúcar em Jaboticabal, por essa razão quando estava em casa e acordado – que eram poucos os momentos – era quase uma celebridade. Minha mãe o convenceu a ficar um tempo a mais para que eu pudesse mostrar os presentes que havia ganho de aniversário, sendo assim, ele não pegaria mais o ônibus na esquina da minha casa, mas em outra parada.

Então, foi no banco de trás de um Chevrolet Monza 92, junto aos meus pais, que me vejo confrontar, pela primeira vez, com a realidade dos cortadores de cana. Alto com um chapéu de feltro preto e envolto em um agasalho marrom, meu pai se destacava frente àqueles homens e mulheres que se cobriam até os olhos com camisetas coloridas desbotadas, com facões encostados nas pernas e galões de água no chão.

O imaginário fantástico de uma criança ao ser confrontado com a realidade se esfarelou ao ouvir a explicação de que esses sujeitos trabalhavam nos mesmos postos de serviços que meus vizinhos, conhecidos e amigos, pessoas próximas da minha realidade e da minha convivência – que não estavam atrelados àquela imagem até então. Nesse sentido, perceber, registrar nas memórias, os modos de viver e morar da classe trabalhadora de Jaboticabal é falar sobre os meus modos de viver e morar. Pensar os laços de sociabilidade e afetivos que acabaram por fixar os trabalhadores em Jaboticabal, ora com motivos mais parecidos com aqueles que acabaram por fixar a minha família no bairro no qual moramos, ora envoltos em outros enredos. Por mais que a pesquisa contida aqui não seja sobre mim diretamente, ela é sobre muitos daqueles com os quais me relaciono e tenho vínculo nessa cidade, meus vizinhos e minha família.

Sendo assim, este é um questionamento latente na construção do meu lugar epistemológico no desenvolvimento dessa dissertação, pois, até que ponto sou parte da minha pesquisa e até que ponto a minha pesquisa é parte da minha realidade, da minha visão, do meu olhar? Nesse sentido, entender, analisar e dialogar acerca do quanto sou fruto ou a árvore, ou se sou os dois ao mesmo tempo, fica como um indicativo para que ao longo da leitura da dissertação averiguemos tal complexidade, restando ainda a possibilidade de que, ao final, eu

seja apenas aquele que tira um cochilo sobre a sombra da árvore da história e se alimenta do seu fruto.

Sendo assim, é possível questionar: um trabalhador rural corta cana-de-açúcar, colhe amendoim ou apanha algodão, por quê? A cana, ou o trabalho no corte dela, é a única alternativa para esses sujeitos? Como a relação presente e passado se apresenta a esses sujeitos modulando seu prosseguir e tomadas de decisões? Como é rememorar o tempo da cana hoje? Em Jaboticabal, frente a que atividades e circunstâncias o trabalho no corte de cana-de-açúcar ganhou destaque para a sobrevivência desses trabalhadores? Se o trabalho rural não é a única alternativa, quais as motivações e as demandas que fizeram os sujeitos se dirigirem à cana? Se viram como a única alternativa, como e por que explicitaram tal tomada de decisão e visão?

Dessa forma, houve, e ainda há, uma necessidade de me aprofundar em três temáticas, muito sensíveis à essa pesquisa: o trabalho, a família e a moradia. Por mais que esses elementos sejam o tripé daquilo que compreendo como os modos de vida dos trabalhadores, podendo ser reorganizado e pensado em um movimento diferente daquele proposto nesta dissertação, percebo que essa organização acabe por ser o resultado de uma obstinação pregressa, uma reflexão nascida ao ouvir as narrativas dos meus familiares e amigos, em momentos no qual esse trabalho não existia nem enquanto possibilidade.

Então, diante desse suposto, o primeiro capítulo, “Entre carreadores, leiras e ruas”, analisa o processo ocorrido no interior paulista que influi nos modos de viver e trabalhar desses sujeitos. Assim, ative-me à vida pregressa de alguns trabalhadores, para compreender como essas experiências acabaram por firmar as ações e decisões desses sujeitos frente às tensões vividas e o dirigir-se à cana naquele momento específico, essencialmente, busquei o *fazer-se* dos trabalhadores em meio aos processos históricos vividos quando se depararam com o trabalho na cana.

Ao mesmo tempo, discuti como as pressões de classe e as dinâmicas de exploração foram sentidas por esses sujeitos no trabalho na cana, logo, como essa dinâmica de trabalho (o esforço físico, a instabilidade do trabalho, a má alimentação – ou fome, os riscos à saúde) era sentida e experimentada pelos sujeitos, em conjunto com outras questões e anseios que tangenciavam sua vida.

O segundo capítulo, “Entre o bar, o baile e a igreja”, busca entender como as práticas sociais que estavam imbrincadas nesses três espaços, se apresentavam e se modificavam frente às dinâmicas vividas pelos trabalhadores. Neste segundo momento, busco pensar os valores que perpassam as práticas e condutas desses sujeitos, a família e o que compreendi como comunidade. Dessa forma, ao me atentar aos valores presentes nas tomadas de decisões dos

sujeitos, acredito ser possível captar de maneira mais sensível e dialógica a experiência desses trabalhadores na integralidade de suas vidas – para além das práticas e relações que margeiam o trabalho. Entendendo como as suas escolhas, as suas construções como sujeitos estavam e estão em constante diálogo com a comunidade, com anseios e aspirações individuais de manter ou de superar essa condição inicial que se apresentava a eles, explicitadas nos espaços de sociabilidade e vínculos afetivos que estabelecem.

O terceiro capítulo, intitulado de “Entre Santas e COHAB’s”, buscou se ater no processo de *fazer-se* dos trabalhadores, entendido como visualização do modo como esses sujeitos fazem valer as suas demandas na cidade e a partir dessa movimentação social se percebem e se constituem com identificações e dissidências nesse processo de busca por pertencimento. Assim, o capítulo pretende se ater aos convívios nos bairros desses trabalhadores, entendendo como e onde esses sujeitos moravam/moram, quais as redes de sociabilidade e laços afetivos que os faziam se reconhecer nesses territórios sociais, como a cidade se apresentava/apresenta a esses sujeitos e como morar em Jaboticabal nessa temporalidade (da chegada aos dias atuais) é um elemento importante nesse *fazer-se* desses sujeitos como trabalhadores¹³.

A partir de fotografias (que compõe um escopo de memórias acerca desse processo), aliadas às entrevistas e demais documentações locais, pertinentes à discussão, foi possível mapear e construir a cartografia social que se apresentava/apresenta a esses trabalhadores, buscando relacionar as construções do *fazer-se* desses trabalhadores e o processo de ocupar a cidade.

¹³ Essa noção do *fazer-se* foi inspirada nos procedimentos de análise de Thompson (1988, 1997), particularmente quando em suas obras defende o suposto de que há um processo em que os trabalhadores se percebem, se avaliam e se concebem nesse lugar de classe, particularmente quando se veem nas relações desiguais e classistas em que se tomam parte e que essa dinâmica de *fazer-se* é social e está em movimento.

CAPÍTULO 1 – ENTRE CARREADORES, LEIRAS E RUAS: O “TEM QUE IR” COMO CONFRONTO DOS MODOS DE VIDA

*“Terra fértil e uma bocada a cada esquina,
 Tráfico é um grande negócio
 E eu preferi mandar umas rimas.
 Ribeirão Preto terra do agronegócio,
 Aonde os meninão tão envolvido até os ossos.
 Sorte de quem tem incentivo pra virar engenheiro
 Da onde eu venho os menorzim vira homem mais cedo
 Isso é tudo consequência do governo
 Lá nos boy é escorraçado e vem descontar a raiva aqui no gueto”*
 (Mc Menor da DS)

Ao indicar que proponho falar sobre o meu bairro, sobre as demandas que me anseiam como sujeito e as dinâmicas que atravessam a vida dos trabalhadores que se apresentam nessa dissertação, isso torna quase necessário iniciar o primeiro capítulo com essa música “Terra Fértil”, do funkeiro ribeirão-pretano Mc Menor da DS (cerca de 57Km de distância entre Ribeirão Preto e Jaboticabal). Acredito que a música seja capaz de apresentar nuances importantes tanto acerca da dialética que permeia a realidade social existente no interior paulista, como também aquilo que busco analisar nesse capítulo: como os sujeitos percebem a realidade que se apresenta para eles.

O trecho “*Lá nos boy é escorraçado e vem descontar a raiva aqui no gueto*”, demonstra como a exploração é sentida e vivida pelos sujeitos que se veem na cidade. A tomada de consciência e a forma como ela é traduzida pelos sujeitos enquanto sentimento de desigualdade não é uma reflexão mecânica, mas, oriunda de toda uma dinâmica relacional experimentada pelos trabalhadores – não é a estrutura que dá forma ao modo com que os sentiram e sentem a exploração, mas toda uma gama de sentimentos e sensações que permeiam pressões de classe, que acaba por fazer com que esses sujeitos se percebam em meio a relações de poder.

Ao mesmo tempo, a música nos sugere os indícios de como se constroem caminhos e alternativas para a superação dessa condição/pressão, ao apontar o “*Tráfico é um grande negócio*”, explicita certa visão de como muitos sujeitos traçam e almejam a superação dessa condição com base nas dinâmicas sociais que são apresentadas a eles – inclusive o tráfico.

E, por fim, quando aponta “*Ribeirão Preto terra do agronegócio*”, dialoga com a caracterização da prática dual que envolve grande parte dos trabalhadores do interior paulista, principalmente ao indicar a rede de postos de trabalho e de atividades ligadas ao agronegócio.

Desse modo, quando destaca que “*Sorte de quem tem incentivo pra virar engenheiro*”, o Mc tenta apontar como a partir da perspectiva do agronegócio, o motor da organização do campo e da cidade, bem como das expectativas de muitos sujeitos dialoga com essa presença produtiva, que acaba por criar postos de trabalho, projetar modos de vida e instigar certos sonhos e aspirações naqueles que experienciam aquela dinâmica. Em contrapartida, quando notamos o trecho “*Da onde eu venho os menorzim vira homem mais cedo*” destaca como o trabalho se coloca desde muito cedo para grande parte das famílias de trabalhadores, que tem nessa rede de negócio vinculada ao *agro* a grande frente de contratação.

No caso dessa dissertação, trataremos daquelas experiências que se vincularam a esses postos de trabalho onde, muitas vezes, essa ação se transforma em um sistema que mói (se não na plenitude desse termo) mas que desorganiza a saúde e as conquistas de homens, mulheres e crianças, recolocando grande parte das expectativas que movem esses corpos (cansados e desgastados) que se embrenharam no eito da cana; mesmo quando essa ação permitiu estabelecerem renda frente ao que elegeram como necessidades.

O amadurecimento dos *menorzinho* se vendo enredado na condição de trabalhador, coloca-os imersos em disputas desleais – ausência escolar, cuidados limitados, riscos alimentares, além de iniciar no trabalho e nos riscos que ele traz. Assim, a dinâmica projetada pelo *agro* é entendida como uma força hegemônica na região, mantenedora/motivadora de concentração de renda, permitindo a alguns e limitando para outros a superação ou a confrontação da realidade que experienciaram no interior paulista.

A pesquisa produzida aqui procura dialogar com essas reflexões. Neste capítulo, em específico, quero me ater em como determinados trabalhadores, que se vincularam ao trabalho nos canaviais, rememoram e associam modos de viver no campo e na cidade, tanto entre as décadas de 1970 e 1990, quanto no decorrer desse percurso até os dias atuais. Para tanto, proponho indagar: como o trabalho se apresentava (e se apresenta) para essas mulheres e homens? Como as ambivalências dos valores desses sujeitos se apresentavam (e se apresentam) diante da tomada de decisão sobre onde e como trabalhar e constituir seus modos de viver? Como rememoram seus campos de possibilidade e estratégias ao se estabeleceram em Jaboticabal?

As pessoas que se colocaram como interlocutoras na minha dissertação não são apenas sujeitos de uma pesquisa acadêmica, na qual ao final do processo de angariar e produzir as fontes – relacionei-me, adentrei em seus espaços domésticos, apreendi suas significações e valores, acessei e fiz uso da linguagem e condutas que trouxeram para nossa conversa – sendo que, ao final da pesquisa, retirei-me dessa relação, indo analisar as evidências em meu gabinete.

Mas, ainda assim, esses sujeitos continuam à minha vista, são meus vizinhos, outros são meus familiares (meu tio-avô e minha tia-avó), ou seja, são pessoas da minha convivência, conhecidos e, alguns, até bem íntimos.

Essas experiências, expressas parcialmente em suas narrativas, em muitas ocasiões não foram ouvidas em primeira mão no dia das entrevistas. Partilhamos do mesmo universo social, entendemos uns aos outros por identificarmos uma condição de classe e certas moralidades – não aprendi uma linguagem nova, não conheci uma realidade diferente, ao contrário, reconheci-me enquanto sujeito nessa partilha, que sugeriu espaços e dinâmicas aproximadas na constituição de quem somos.

No entanto, o que não há de se deixar escapar é o desconhecimento do conhecido. Portelli (2001) ao narrar a entrevista com Santino Cappanera, metalúrgico italiano, aponta que a presença da filha do metalúrgico durante a entrevista foi um indicativo de como a organização da narrativa (para quem, com quem e quando fala) influi no modo como ela é percebida (e recolocada) pelos sujeitos. Aquele amontoado de histórias, por vezes contadas de formas isoladas e anedóticas, fez com que a filha (que ouviu durante anos essa narração do pai) se deparasse, na espreita, com uma nova ordenação àquela lógica de produção de memórias, trazendo novas roupagens àquelas práticas acionadas e traduzidas naquela conversa com Portelli.

Comigo ocorreu algo parecido. Ao passo que era o entrevistador – aquele que escuta, questiona e direciona as perguntas –, muitas vezes, também era como a *filha de Santino* (o observador olhando do cantinho da sala algumas histórias conhecidas), atentava-me às novas memórias e à forma como eram construídas e organizadas pelos meus entrevistados, inclusive, de maneiras como eu nunca havia escutado antes.

Não tinha ciência, por mais que esses sujeitos estivessem próximos a mim, da realidade da vida cotidiana desses sujeitos, suas dores, suas angústias, suas alegrias e suas reflexões no hoje sobre a experiência na cana.¹⁴ Não sabia que o mancar do meu vizinho era decorrente de um acidente de trabalho, não sabia que a minha tia-avó havia se dirigido aos canaviais para não passar fome e nem que a segunda esposa do meu avô levava a filha, que ainda nem falava, para a roça, por não ter onde deixar e como organizar o cuidado dos filhos.

¹⁴ O que compreendo como “vida cotidiana” é muito daquilo proposto por Willians (1979) e Thompson (1998). Assim, a vida cotidiana desses sujeitos se compõe como um campo de disputa no qual se desenrolam valores e significados, que compõem os modos de viver, que entrelaça ordinariamente modos de morar, trabalhar, conviver etc.

Esse desconhecimento do conhecido, essa percepção que foi gestada com as entrevistas e amadurecida durante a produção desse trabalho, acredito ser fundamental não só para a dissertação, mas para a tomada de consciência de quem eu sou, de como percebo esses sujeitos e a mim mesmo, bem como foi de fundamental importância para o desenrolar da pesquisa ao recolocar a problemática investigativa, observando onde e como ela se sustentava nesse enredo de questões e experiências.

Assim, essa pesquisa foi desenvolvida em um duplo processo¹⁵. Acredito que as reflexões acerca do que me proponho neste capítulo sirvam para pensar os modos como percebo a realidade a partir de considerações subjetivas que atravessaram nossas conversas – tecidas e projetadas em momentos que antecedem em muito o desenrolar do ponto inicial dessa investigação – coadunadas a uma vida de longas jornadas de trabalho árduo, pagamento quase sempre mediante produção, horizontes de possibilidades criados e ceifados com o andar da vida, influenciando na manutenção e alteração de modos de viver estabelecidos por esses sujeitos, inclusive tomando rumo para a cidade de Jaboticabal.

Esse duplo processo, que nasceu de me reconhecer nos meus entrevistados – seja pelas condições de classe que partilhamos, seja por perceber o quão complexa e, por vezes, contraditórias foram as trajetórias (deles assim como a minha), bem como as escolhas firmadas por eles frente à materialidade da vida – o que acabou por me tornar mais atento sobre como me constituo (não só como pesquisador, mas como filho, trabalhador, morador da COHAB 1 – como essencialmente um *Seu* – ser eu).¹⁶

Esse reconhecimento entre mim e os meus entrevistados se desenrola quando confrontamos os modos de vida que elegemos frente ao que entendemos como possível e valoramos como necessário – seja em uma perspectiva de um rural idealizado e saudosista que ora ou outra ainda paira sobre mim e minha família, seja nas formas como os meus entrevistados

¹⁵ Alistair Thomson (1998), dialoga muito acerca de suas angústias, e o peso da subjetividade nas suas produções historiográficas acerca dos “*Anzac*” – refletindo o seu papel como neto de um ex-combatente da primeira guerra mundial, revelando não só as suas angústias e motivações acerca do tema (relação com a sua memória familiar, com a construção nacional acerca dos Anzac) mas, também, as suas demandas psicológicas, acerca da sua relação com o pai e com o vazio em relação à memória do avô paterno. Aponto esse escrito, para refletir que a pesquisa contida aqui, as reflexões e análises decorrentes dela muito refletem, também, as angústias e problemáticas que enquanto filho de um trabalhador, que em um momento muito significativo da sua vida também trabalhou na dinâmica da produção da cana em Jaboticabal, retoma certos sentidos desse universo social.

¹⁶ Ao utilizar essa menção quero indicar a complexidade de experiências que informam a minha tomada de consciência como sujeito-pesquisador, meus olhares sobre o mundo, que conseqüentemente se expressam quando me deparo com os meus entrevistados e as questões que privilegiei discutir em relação às suas experiências. Assim, quando tomo ciência que meus entrevistados (assim como eu e possivelmente aqueles que lerem essa dissertação), são pessoas de carne e osso, contraditórias, ambíguas e não ídolos para serem adorados e colocados em pedestais, tomo ciência não só das suas condutas e das suas estratégias acerca do viver e trabalhar, mas a integralidade de toda uma gama de aspectos que permeiam a construção desses sujeitos que fizeram de Jaboticabal sua morada.

percebem essa dinâmica experienciada por eles. Assim, o que está em jogo neste momento da dissertação é pensar os trabalhadores abarcados aqui – entendendo como os novos modos de vida que emergem quando eles mudam para a cidade e se dirigem ao campo em busca de trabalho, se chocam e se confrontam como o que traziam de repertório ao se estabelecerem em Jaboticabal (para muitos deles entre as décadas de 1960 e 1970).

Esse confronto de permanências e mudanças nos modos de viver acabam por abrir brechas e debates muito caros para essa investigação, para tanto, trago a narrativa de Seu Dejair (2023) para que percebamos parte dessa tensão:

Olavo: Onde cê nasceu?

Dejair: Pitangueiras

Olavo: Quando cê nasceu tio?

Dejair: 19/09/1951

Olavo: Faz tempo hein...

Dejair: Vai fazer só 72 anos só [sorriso]

Olavo: Aí quando você nasceu em Pitangueiras, veio pra cá [Jaboticabal] quando tio?

Olavo: Dejair: Meu pai trabalhava lá na fazenda [Pitangueiras], aí mandou todo mundo embora aí viemos pro sítio que tinha no Tremendão, logo que teu pai nasceu (1967), teu pai era novo ainda e viemos pra cá... viemos pra cá em 66 (DEJAIR, 2023).

Acredito que a narrativa de Seu Dejair, seja a mais representativa para abordarmos a historicidade que permeia essas mudanças no que diz respeito à ida para a cidade. Por mais que os sujeitos presentes nesta dissertação tenham suas peculiaridades, que cada um tenha estabelecido dinâmicas próprias para o enfrentamento da realidade, há elementos comuns nessas trajetórias. Elementos esses que demonstram a historicidade que permeia muitas das decisões que tomaram, como deixar o campo e ir para cidade? Acredito que entender esse processo seja fundamental nesse momento.

Seu Dejair, tinha 15 anos quando os pais foram mandados embora da fazenda onde nasceu. Incontáveis vezes ouvi as narrativas sobre esse período – meu bisavô e minha bisavó tinham 7 filhos e se viram à deriva quando o dono da fazenda decidiu vender as terras – uma antiga colônia de café – que naqueles finais da década de 1960 daria lugar às novas frentes de plantação de cana-de-açúcar, que emergiam na região. Por essa razão, os funcionários foram mandados embora, dentre eles meu avô e, por decorrência, toda a família.

Esse processo, que acomete a família de Seu Dejair, fazendo-os sair de Pitangueiras para Jaboticabal, não se deu apenas em 1966, mas também em 1973 – quando moravam no Sítio do Tremendão, já no novo município, cerca de 32 Km de Pitangueiras.

O Sítio do Tremendão, que fez parte das narrativas de Seu Dejair, produzia laranja e encerrou as atividades destinando-se, também, aos carreadores de cana-de-açúcar – uma sinalização das mudanças que estavam se processando, paulatinamente, e tornando-se hegemônicas na produção agrícola da região. Com essa nova experiência de serem mandados embora, este foi o fim da presença no campo para os Veiga. Seu Olavo (meu bisavô) e Dona Maria (minha bisavó) se mudam definitivamente para a cidade de Jaboticabal, com o dinheiro do acordo para deixarem o Sítio do Tremendão, mais as economias de uma vida, conseguiram comprar uma casa pequena na Samba (novo Jardim Perina), na qual viveram até o falecimento de Seu Olavo em 1995.

A historicidade que permeia essas experiências compartilhadas – que afligem não só Seu Dejair, mas todos os meus entrevistados – se devem a processos muito específicos, acometidos no interior paulista, no momento no qual todos eles eram jovens e se viam envolvidos nessa mudança não só da rede de postos de trabalho e negócios, mas na dinâmica de relações e modos de vida na região. Essa movimentação (campo-cidade) que acaba por tornar a vida na cidade como elemento dominante e a vida no campo como residual – marca significativamente a vida e as escolhas desses sujeitos.¹⁷

Os elementos presentes nas trajetórias de Seu Dejair e de sua família não são casuais, são oriundos de um processo muito significativos para essas pessoas. A diminuição da quantidade de sujeitos residentes no campo, as movimentações do campo para a cidade, o trabalho na cana, o aumento do uso de maquinário no campo, as mudanças do modo de produzir, são características do que estava acontecendo no campo brasileiro e com as pessoas que viviam nesse lugar – em especial em São Paulo. Todas essas alterações acabam afetando e influenciando em novos arranjos dos modos de viver, de conseguir renda, de como e onde morar desses trabalhadores¹⁸.

Essas transformações se deram em um processo que se demonstrou mais efetivo desde a década de 1950, intensificado até a década de 1980, desencadeando novos contornos ao que

¹⁷ Muitas produções elegeram esse percurso sucro-alcooleiro como mote de abordagem das transformações na região, inclusive atestando o deslocamento da população e alteração nos postos de trabalho como resultado dessa nova dinâmica econômica (BACCARIN, 2016; VERONEZZI, SERRA, 2012). O que observamos como algo de difícil decisão para os sujeitos e que não se dá apenas diante das novas frentes de produção, mas porque ela desorganiza todo o modo de vida daqueles que se estabeleciam no campo a partir de outras bases de parceria e contratação.

¹⁸ Visualizo o processo vivido por esses sujeitos a partir de uma dinâmica que envolve relações hegemônicas, emergentes e residuais, como proposto por Willians (1989, 1979). O processo dinâmico que perpassa o campo paulista, no período em questão, acaba por resultar nos sujeitos um confronto entre os antigos modos de viver e novos modos emergentes. Na presente pesquisa, trato a presença dos meus entrevistados na cidade e o modo como eles lidam com esses referenciais residuais, acerca dos seus modos de vida no campo, que estavam/estão em constante confronto e que reelaboram no presente ao produzir suas memórias.

acabou por corroborar com os municípios do interior paulista no que são hoje. Assim, o que pode ser pensado é um movimento que tem como base alterações tanto produtivas no campo e a regulamentação do trabalhador rural quanto alterações na dinâmica da vida nas cidades – que começam a receber um grande contingente populacional – seja de áreas rurais próximas seja seguindo para frentes de trabalho e expectativa de uma vida melhor nas cidades que se colocavam como polos dessas redes de trabalho integrado à produção agroindustrial. Isso está em diálogo com as intenções de constituir novos modos de produzir e relacionar-se com o meio rural e urbano.

Silva (1999) ao debater com Verena Stolkes, dialoga profundamente com esse processo ao estudar a construção do sujeito “boia-fria”, em seu clássico livro “Errantes do fim do século”. Nessa obra, a autora propõe que havia uma emergência político-econômica para a revitalização desenvolvimentista do campo paulista, oriunda de pressões que se baseavam no aumento da produtividade como também na criação de novos Complexos Agroindustriais (CAI). Assim, as pressões hegemônicas em busca de alterações nas dinâmicas agrárias acabam por inserir (em conjunto) modelos econômicos do que deveria ser o campo e como as cidades se posicionaram frente a tal fluxo e intenções. Essas pressões e disputas acabam por favorecer grande parte dos arranjos daquilo que se almejava, permitindo observar nessas cidades como esses trabalhadores acabam por perceber esses e outros postos de trabalho, assim como onde/como conseguem morar e responder ao que elegeram como necessidades e expectativas.

Em um momento que antecede essa pesquisa, as Usinas (que acabam por ser a materialização dos CAI's), eram uma temática muito sensível a mim – tanto pela sua importância no momento histórico que desejava abordar, quanto pela sua influência para a cidade de Jaboticabal. Isso torna muito difícil falar sobre a dinâmica agrária de Jaboticabal sem falar sobre como as usinas se mostraram preponderantes na movimentação produtiva e laboral de quem vivem ou busca viver em Jaboticabal.

Como filho de um ex-trabalhador de “usina” e amigo de trabalhadores que estão vinculados à “usina”, percebo com certa sensibilidade os sentimentos que permeiam a busca por postos de trabalho que girem em torno desses complexos agroindustriais. Assim, por mais que as usinas não sejam os únicos postos de trabalho disponíveis em Jaboticabal, a predominância construída em torno das Usinas acaba por fazer com que esses locais sejam tidos como referências de estabilidade e, muitas vezes, vislumbrados como correspondente às aspirações e desejos dos trabalhadores de Jaboticabal. A segurança aparente, os benefícios atrelados a essa vaga de trabalho (o plano de saúde, o vale alimentação, a estabilidade diante dos direitos trabalhistas, a possibilidade de ascensão e o plano de carreira), além da possível

leitura de mudança na condição de classe explicitada ao adentrar nesse trabalho (vide possibilidade de outros cargos e funções e aumentar o salário frente a essas novas vagas). Tudo isso, acaba por sugestionar certo referencial positivo da presença e atuação usineira em Jaboticabal e região há mais de meio século.

Então, o sentido que quero atribuir às usinas vai além de uma condição estrutural que impõe domínio na dinâmica da cidade, mas, essa percepção indica como os CAI's – que em momentos passados se apresentavam como elemento emergente e hoje se apresenta como dominante – eram e são frente de atuação patronal mobilizadora de sentimentos, vontades e disputas entre os trabalhadores em torno destes postos de trabalho – principalmente em cidades interioranas, com menos de 100 mil habitantes como Jaboticabal, em que permanecer como trabalhador é lidar com uma margem limitada de possibilidades para alterar sua condição tanto de empregabilidade quanto de alçar uma vida melhor – percorrendo o rural e o urbano desse entorno do interior paulista.

Assim, interessa entender os modos de vida desses homens e mulheres, avaliando que práticas estão em construção e em confronto com outras proposições e alternativas. A intenção é pensar como esses novos arranjos acabam por dialogar com os caminhos trilhados por esses trabalhadores que chegam e ainda vivem em Jaboticabal. Afinal, essa dinâmica agroindustrial se apresenta de que modo no repertório desses sujeitos e no modo de vida que estabeleceram na cidade?

Para tanto, trago uma passagem de Dona Aparecida (2022) para recolocarmos essa discussão:

Olavo: Por que a senhora veio pra Jaboticabal?

Aparecida: Ah... porque meu irmão achava que aqui tinha mais serviço...

Olavo: Entendi

Aparecida: Aqui tinha as coisas pra trabalhar, lá nós plantava pra comer.

Olavo: Aham

Aparecida: Entendeu?

Olavo: Entendi.

Aparecida: Lá [Valentim Gentil-SP] nós plantava arroz, plantava feijão, plantava... se nós colhia nós comia... se não...

Olavo: Aí era colonato ou era meeiro?

Aparecida: Meeiro

Olavo: Aí o pai da senhora, a mãe, todos trabalhavam na roça?

Aparecida: Tudo trabalhava na roça (APARECIDA, 2022)

Além de demarcar como se articularam esse trabalhar e morar na roça, acredito ser necessário demonstrar como esses modos de vida residuais, em confronto com os novos modos que disputavam práticas de viver e trabalhar no campo se colocam como aspectos fundamentais

para o entendimento das possibilidades e das estratégias que sujeitos como Aparecida traçam nos seus horizontes de perspectivas na cidade.

A fala de Dona Aparecida traz indícios de como horizontes de possibilidade são criados e formulados pelos sujeitos. Observar a cana como um elemento socialmente rentável para aferir renda, não parte do pressuposto da cana como único meio para a sobrevivência, mas sim, de uma leitura e da formulação de estratégias para sobreviver à dinâmica desigual de mudanças que afligem suas condições de vida. Assim, a compreensão e leitura social que a família de Dona Aparecida fez a ponto de se dirigissem de Valentim Gentil à Jaboticabal, seguindo outros familiares que já se dedicavam a trabalhar nos carreadores, não é a compreensão que a cana os atraiu, mas que diante dos limites que possuíam para permanecerem como meeiros, a decisão por se colocarem como trabalhadores da cana se apresentava mais rentável e mais estável para a família em diálogo com consultas realizadas a outros trabalhadores – um caminho de pressões e desigualdades para permanecer no campo que os colocavam frente às possibilidades de Jaboticabal (para morar na cidade), mesmo que ainda se mantivessem com trabalhos no campo.

Assim, ser meeiro, colono, entre outros modos dos trabalhadores residirem e trabalharem no meio rural, acabou por se confrontar com a proposição para a maior produtividade e melhor uso da terra. Uma tensão que foi, aos poucos, recolocando a emergência e predomínio da cana, indicando a esses homens e mulheres que a concorrência por postos de trabalho no campo vai se forjando por outros meios e a cidade vai sugerindo como alternativa.

A residualidade que quero explorar nessas linhas não parte da compreensão que o trabalho na cana se torna dominante e, assim, impõe o trabalho nos carreadores aos sujeitos. Quero que o leitor perceba que, por vezes, o trabalho na cana (ou em outras atividades agrícolas – vide Dona Aparecida ou o caso de Seu Olavo, que permanecem no campo o máximo que conseguem replanejar e se deslocar para outras regiões e fazendas), explicita o entendimento acerca dessas relações de trabalho; o que pode indicar como a manutenção de um modo de vida expõe a forma como eles significam e atribuem valor àquele espaço, relações e convívio – vinculações que, muitas vezes, fez com que esses sujeitos saíssem ou permanecessem em postos de trabalho no campo, além de não os colocarem, pelo menos não de imediato, com o que reconheciam como um lugar com mais dificuldades (e desigualdades), que foi se dirigirem às cidades.

De outro ângulo, é necessário perceber essa mudança nos modos de trabalhar, observando a emergência do trabalho temporário e a residualidade dos demais trabalhos que, em alguma medida, permitiam significativas alterações na condição de vulnerabilidade desses trabalhadores frente aos contratantes e/ou proprietários das terras. Assim, é possível, a partir de

Silva (1999), perceber as demandas de grupos ligados à esquerda, aos trabalhadores rurais e às ligas camponesas pela demarcação dos direitos dos trabalhadores rurais.¹⁹

Nesse sentido, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 ao criar medidas protetivas aos trabalhadores rurais permanentes, potencializou o encarecimento desse modo de contratação pelos proprietários, facilitando a adesão e expansão do trabalho temporário, visto que o ETR não protegia a maioria desses trabalhadores (Silva, 1999). Assim, antigos colonos e meeiros (como os pais de muitos dos entrevistados nessa pesquisa e até mesmo alguns dos próprios entrevistados), em fazendas que produziam laranja, café, algodão e cana-de-açúcar foram substituídos em sua presença e ação por trabalhadores temporários, ou eles mesmos se colocaram nessa nova condição, procurando garantir postos de trabalho já conhecidos e do seu leque de relações.

Essa compreensão do trabalho na cana como mais uma das atividades exercidas frente ao conjunto de urgências e percepção do seu lugar social na correlação de forças que estava em movimento é algo apontado por Dona Aparecida (2022) na avaliação que traz de sua experiência (ainda em curso) no trabalho rural, mesmo vivendo na cidade desde 1989:

Olavo: Entendi, uma coisa que eu gosto muito de falar é que hoje em dia tem medo do desemprego, ser mandado embora tal e você? Na conversa que eu tive com a esposa do meu avô a gente falou muito sobre essa percepção dela... não sei se é a sua, essa é a ideia que ela tem, que sempre tinha emprego... nunca ia ter uma época sem emprego, senhora acha isso também ou não? Como que a senhora vê isso?

Aparecida: Tem gente que num... fala “eu não gosto de fazer isso”, não é o problema de não gostar, é o problema de você precisar... vamos supor, eu não gosto de cortar cana, mas não tem... essa época não tem nada, só tem cana, tem que ir! (APARECIDA, 2022).

Por mais que os CAI's tenham quase que suprimido o trabalho manual no campo, essas práticas laborais, essas empreitas em torno de alguma cultura ainda se mantêm vivas. Essa narrativa de Dona Aparecida é representativa em torno de um elemento que a partir desse ponto será fundamental para a dissertação: as pressões de classe e o papel desses sujeitos ao atuarem sobre essas pressões (agindo e definindo o que preservar e o que alterar no seu modo de viver e encarar a vida).

¹⁹ Fernando Teixeira da Silva (2012) ao demonstrar os debates em torno da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores rurais paulistas acaba por salientar esse processo. Logo, é possível compreender como a Justiça do Trabalho é encarada por muitos trabalhadores rurais como uma “justiça de classe”, por ser atrelada aos valores dos grupos hegemônicos, ao mesmo tempo isso também permite perceber como os grupos ligados à esquerda, tal como o PCB e as lideranças católicas, organizam e disputam a busca pela efetivação de direitos trabalhistas pouco efetivo na realidade de grande parte dos trabalhadores, ainda na segunda metade do século XX.

A fala de Dona Aparecida, “*não é o problema de não gostar, é o problema de você precisar*”, é quase uma afirmativa mobilizadora de vida diante desse processo de vulnerabilidades que reconhecia na vida de quem é trabalhadora como ela. Apesar da *miudeza* de Dona Aparecida, que até pudesse à primeira vista indicar uma mulher frágil e sem grandes possibilidades de enfrentar a vida; o destaque que faz à conquista de sua aposentadoria, à sua casa própria no Jardim Angélica, ou ao encaminhamento de seus filhos e netos para rumos “melhores” que o seu; apontam-lhe que as suas tomadas de decisões – ainda que sentidas na carne e na saúde limitada – foram tecidas enquanto resistência ao sucumbir às pressões de classe, presentes durante toda a sua vida.

Assim, a busca por postos de trabalho como os ocupados por Dona Aparecida (seja como trabalhadora temporária nas empreitas do tomate, da cebola, seja como empregada da horta, ou até mesmo como trabalhadora da cana), são percebidos não apenas como de manutenção dos modos de vida que valora – ela percebe nesses trabalhos, tanto a preservação de traços importantes do que se tornou e do que reconhece como conquista em sua vida (não só no hoje, mas como uma reflexão de suas experiências ao longo dessa árdua dinâmica vivida como trabalhadora). Ela sugere em pequenas expressões e na sua imagem o peso que essa prática teve (e tem) enquanto desgaste, cansaço, frustração e reconhecimento da desigualdade de possibilidades, inclusive em ter dificuldade em dizer não em muitos momentos.

Depois de avaliar certos elementos que perpassam a narrativa de Dona Aparecida, acho importante retomar as considerações de Silva (1999) sobre como ela percebe todo esse processo subjetivo e de revisão que perpassa a experiência desses trabalhadores. Assim, tratemos de ver a sua indicação a respeito:

Surge o "boia-fria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O "boia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a denominação de "boia-fria", sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. (SILVA, 1999, p.66).

Quando Dona Aparecida afirma “*Tem que ir!*”, essa expressão é utilizada em um sentido muito mais amplo e complexo do que o empregado por Silva (1999). Dessa forma, apesar do trabalhador ser arrancado do campo, desprotegido legalmente, ele não é conduzido pelo processo – Dona Aparecida e Seu Dejair (assim como os demais entrevistados) passam

firmente a ideia de estarem lutando, articulando-se e construindo estratégias constantes para enfrentar (quando não se contrapor) a essa dinâmica e uma certa ordem de “ajuste das coisas”.

A saída do campo para a cidade não tem como ser lida apenas como uma fuga da pobreza, por mais que dona Aparecida dialogue com tal indicação, ao falar que “*Aqui tinha as coisas pra trabalhar, lá nois plantava pra comer*”. As pressões de classe que acometem esses sujeitos, fazendo com que eles se dirijam a esses novos postos de trabalho e de moradia é tão expressiva e tão sensível, que o processo de tomada de decisão na tensão social, muitas vezes, é perdido ou suprimido por sínteses estruturais migratórias.

As urgências da vida, em grande medida, não permitem que esses sujeitos escolham postos de trabalho – o aluguel, a alimentação (elementos novos nesse mundo que emerge e se instaura como dominante na vida cidadina), não lhe dão muita margem para o que e como aferir renda para custear essa vida. Essas pressões de classe, em conjunto com esses novos modos de viver e custear a vida na cidade, acabam por significar e traçar o que define a ida para o trabalho da cana para Dona Aparecida “tem que ir”.

O “*tem que ir!*” não é uma imposição que expressa apenas o preciso trabalhar, mas é uma resposta planejada e alicerçada com base nas projeções, percepções e demandas que Dona Aparecida traçou em torno de quem era e é. Assim, o “*tem que ir!*” acaba por retirar a *miudeza* de Dona Aparecida. Pois, se em determinadas leituras acadêmicas, Dona Aparecida possa ser vista como vítima de um processo, nessas linhas que tento construir ela é agente de sua própria mudança, contrabalançando-se nesse emaranhado de relações de poder que atravessam sua experiência social.

Apesar da exploração, apesar da separação do marido e do acúmulo de responsabilidades com a família, apesar dos limites físicos e da idade e de uma gama de dificuldades que se irrompem no decorrer de sua vida, Dona Aparecida se mostra como sobrevivente indolente perante uma dinâmica de exploração acometida àqueles que se reconhecem como ela no enfrentamento do “*tem que ir*”.

A seguir, vemos a continuidade daquele trecho em que conversávamos:

Olavo: Aí é assim, sai da cana já entra em outra?

Aparecida: Entra em outra coisa

Olavo: Aí agora a senhora falou que tá no tomate e na cebola e depois?

Aparecida: Aí depois vem plantar cana, catar mato de amendoim, vem goiaba, só que a goiaba esse ano falou que não tá muito boa, aí nós entra na safra da goiaba

Olavo: Aí como que é a senhora recebe por dia ou por produção? Ou por colheita que a senhora faz?

Aparecida: É por caixa, tomate é por caixa, cebola é por caixa, aí... aí a goiaba é por caixa

Olavo: Aí a senhora sempre trabalhou desse jeito?

Aparecida: Não, tem por dia também

Olavo: E qual que a senhora prefere?

Aparecida: Por empreita você ganha mais né?! Só que você trabalha mais, você não pode chegar lá na roça e ficá sentado na sombra (APARECIDA, 2022).

“*Aí depois*”, é toda a organização orquestralmente pensada e refletida às luzes de uma gama de relações e custos (econômicos, físicos e emocionais) que acabam por fazer com que Dona Aparecida se mantenha nestes postos de trabalho – onde o que é temporário, ganha tom de contínuo e estabelece para ela as fragilidades de suas contratações, ao mesmo tempo que visualiza vagas a ocupar em atividades que avizinham o domínio da cana.

Para compor a trajetória e a historicidade que permeia a narrativa de Dona Aparecida, trago uma formulação importante na composição dessa imagem de trabalhadora:

Olavo: Quanto tá.. a senhora começou a trabalhar?

Aparecida: Comecei nova né? Porque só que eu não comecei muito nova porque eu olhava meus irmãos, que minha mãe tinha um filho por ano. [risos]

Olavo: Quantos irmãos a senhora tem?

Aparecida: A gente era em nove

Olavo: Vish, bastante.

Aparecida: Aí eu comecei com uns 14 anos

Olavo: Com 14 anos já trabalhando lá no sítio?

Aparecida: Trabalho no sítio catando algodão, catando algodão, fazendo de tudo (APARECIDA, 2022).

O que está em evidência e o que eu quero demonstrar, desde a inflexão do “*aí depois*”, o cuidado para com os irmãos, aliado ao trabalho na lavoura, são os processos de *fazer-se* de Dona Aparecida como trabalhadora. As experiências com o trabalho na roça, aliada à sua condição de mulher, que acabou por lhe atribuir a responsabilidade do cuidado com os irmãos, em conjunto com uma estrutura agrária que permeava a vida de sua família na década de 1960, acabam por explicitar e demonstrar como as experiências dessa mulher se apresentam a nós hoje.

Assim, essas características, presentes não só em Dona Aparecida, mas quase que em todos os meus entrevistados, são evidências que nos levam a compor o palco que mobilizou esses sujeitos aos carreadores. Assim, entender e compor os modos de vida que fizeram com que Dona Aparecida (e tantos outros sujeitos) observassem a cana como uma prática laboral social e economicamente possível, observada dentro de seus campos de possibilidades, como um elemento para conseguir e aferir renda, é de extrema necessidade nessa dissertação. Assim,

quando falamos que os antigos modos de vida se confrontam com modos de vida emergentes, destacamos como que a vida desses sujeitos acaba por se confrontar com mudanças, dinâmicas próprias dos momentos vividos. Assim, conseguimos vislumbrar como Dona Aparecida, no hoje, compreende e vislumbra esse processo vivido.

Nesse sentido, se retomarmos a leitura estruturante que coloca a emergência e dominância dos CAI's e a sua materialização como protagonistas do processo histórico, culminando com a presença das usinas – que de fato acabam por alterar a forma de produzir e organizar o trabalho no campo, particularmente no interior paulista – o que devemos ter disposição para entender nesse momento é como as relações sociais que atravessam a experiência desses trabalhadores é muita mais difícil de traduzir do que apenas posicioná-las na rede de trabalhos dos CAI's.

Nesse sentido, ao refletir e questionar que Dona Aparecida se mantinha/mantém em trabalhos menos rentáveis (como ao dirigir-se ao campo para colher goiaba) até ser escalada para a próxima empreita sugere uma certa avaliação e tentativa de intervir nessa dinâmica de trabalho. Pois, permanecer com o mesmo empreiteiro, pode fortalecer os laços entre “empreiteiro-trabalhadora”, poderia fazer com que fosse convocada na próxima empreita – desde que não haja nenhum entrevero, ou mesmo que sua produtividade seja considerada, ainda, algo a preservar – portanto, não é um cálculo sem risco, mas disso trabalhadoras como Dona Aparecida bem sabem. Essas decisões são baseadas em reflexões com certa margem de risco, que, por vezes, acabam constituindo estratégias que são constantemente reformuladas, pensadas tanto para o que veem como uma necessidade imediata, quanto aquelas projetadas para o futuro.

Trabalhos realizados na safra de alguma cultura ou trabalhos na diária de alta temporada sempre foram práticas comuns no campo, não é o surgimento dos CAI's que inauguram o trabalho temporário com diaristas ou safristas no interior paulista. Nesse sentido, acredito que o ponto principal dessa discussão, aliado a constante movimentação dos trabalhadores em busca

de postos de serviço e uma vida melhor, tem a nos dizer que esses sujeitos não estavam encapsulados em modos de ser e de trabalhar.²⁰

Acredito que seja importante dialogar acerca da manutenção dos modos de vida que esses trabalhadores almejam para si. A seguir trago um trecho da entrevista com Dona Vera (2021) para explorar essa questão e como esse planejar e buscar alternativas se faz entremeado por questões nem sempre mensuráveis apenas na atividade de trabalho:

Olavo: Uma coisa que eu fico pensando é o desemprego, não tinha perigo por exemplo da senhora ficar sem emprego ou não?

Vera: Não tinha isso. Sempre tinha serviço. Tinha que vez que chovia trabalhava na Alpes[fazenda] o caminhão levava a gente, nós pegava na pista, levava a turma aqui da cidade, nós trabalhava por dia essa época, tinha dia que chovia o dia inteiro. Nós ficava no caminhão o dia inteiro conversando, só descia pra ir no mato fazer necessidade né?! Porque não tinha parado de chover...

Olavo: E recebia?

Vera: Recebia, porque era por dia, mas não trabalhava. (VERA, 2021)

A indicação de que “*Nós ficava no caminhão o dia inteiro conversando*” traz à tona diálogos profundos e, por vezes, conflitantes e desafiadores para a pesquisa. Levando-me a questionar: como essas práticas de sociabilidade, nos momentos “livres”, apontam o reconhecimento de identificações e condições comuns? Como essa rede de sociabilidade, que é criada no trabalho e nesse percurso de ir e vir, é significativa para esses sujeitos? Até que ponto essa sociabilidade expõe os desencontros entre a experiência compartilhada e os valores e expectativas de muitos desses sujeitos?

Novamente me insiro na pesquisa, agora não mais como mero pesquisador, mas como sujeito dessa história. Assim como já aponte na introdução, meu pai era safrista, trabalhava como encarregado do corte mecanizado de cana-de-açúcar na usina Santa Adélia entre 1996 e 2001.

²⁰ Para poder traçar e correlacionar as relações de trabalho estabelecidas nos canaviais considero necessário subdividir a prática laboral em duas frentes: o trabalho na diária, destinado à limpeza e plantação, e o trabalho na safra, exclusivo para a colheita. Na região sudeste, o trabalho dos safristas se estende de abril a novembro e o trabalho dos diaristas de dezembro a março. Atualmente, o trabalho de plantação e de limpeza dos carreadores são práticas que ainda não foram totalmente mecanizadas, só são realizadas por meio da diária e por alguns trabalhadores registrados, que são destinados a essas atividades neste período. Em contrapartida, o trabalho na colheita foi quase que totalmente mecanizado na região de Jaboticabal, sendo utilizada o trabalhador no que ainda é manual, em regiões de declive ou aclave muito acentuado, onde as máquinas não conseguem operar. Nesse sentido, as demandas e as organizações dos trabalhadores em torno do trabalho na diária ou do trabalho registrado eram e são diferentes daqueles estabelecidos pelos trabalhadores safristas, por isso, importa avaliar as alterações processadas ao longo do período histórico em análise nessas frentes de ocupação vendo como os trabalhadores as manejam. Tentarei explorar tal processo ao longo da dissertação a partir da experiência dos trabalhadores pesquisados e debate com a bibliografia. Na mesma medida, para ver como o trabalho no corte de cana-de-açúcar se estabelecia em Jaboticabal, a partir de outras perspectivas e em outros momentos históricos, ver as análises de Baccarin (1985, 2016).

Conforme suas narrativas e de minha mãe, era uma quinta-feira, até então rotineira para ele e seus colegas de trabalho. Era 11 de setembro de 1996 e meu pai reuniu a turma de trabalhadores e se dirigiram para a região do canavial da Usina. Contudo, devido a uma intensa chuva que atingia a região naquele dia os trabalhadores retornaram à usina e, como de costume, foram dispensados – trago aqui a narrativa que comumente me foi passada sobre essa experiência.

As demasiadas horas de serviço – em torno de 12h por dia, em turnos de 6 por 1 no período de safra – que acabavam por reduzir os momentos de lazer de grande parte dos trabalhadores nesse período seriam recompensadas em dias de chuva como aquele. Então, um churrasco haveria de ser feito!!

Minha mãe, grávida de mim, estava no hospital, fazendo exames de rotina, mas o obstetra decidiu: “vamos fazer a cesariana amanhã, o bebê não vai crescer mais”. A Dona Theo, chegando em casa, por volta das 11h da manhã, deparou-se com a turma de trabalho do meu pai. O churrasco em prol do dia de descanso, que não havia sido planejado, tornou-se também comemorativo de um filho que viria a nascer no outro dia (muita das críticas da minha mãe sobre o meu estilo boêmio são pautadas nesse episódio!!!).

Trago essa passagem para tentar demonstrar como os sujeitos se posicionam, dialogam e refletem seus lugares como trabalhadores, observam e pensam a exploração que vivem e a processam em suas vidas. Para Dona Vera, assim como para o meu pai e os seus colegas, essas formas de lidar com as intempéries do tempo, por mais conflitantes e dialógicas que pareçam a nós, são formas por vezes de se posicionarem frente a esse processo, desfrutar de um dia de semana com um bate papo ou uma festa, eram, essencialmente, dias de descanso muito valorosos frente a tantos outros trabalhados arduamente.²¹

Ao mesmo tempo, é possível compreender outros elementos que permeiam essas narrativas: a valorização desses momentos de sociabilidade. Seu Carlos (meu pai), fazia um churrasco com os amigos da cana enquanto a esposa estava grávida e no hospital – uma atitude relativamente ambígua. Pois perceber como os amigos do meu pai representam não apenas

²¹ Por mais que pareça conflitante ao leitor pensar as implicações de ficar um dia parado, no caso dos safristas – aquele que trabalha e recebe mediante produção, muitos têm nos dias de chuva pelo menos duas impressões – hoje não tem trabalho, mas será que tem pagamento? Com a chuva, a safra se estende, alongando o tempo de estadia desses sujeitos na cana. Já cheguei a ouvir relatos de que quando chovia em lavouras de cana-de-açúcar, que já havia sido feita a queimada, o valor pelo metro cortado aumentava – visto que se a cana queimada não for cortada com certa rapidez (acaba azedando e fermentando, tornando assim inviável a sua utilização e, por decorrência, subindo o preço do produto em falta). De outra perspectiva, a chuva acabava por facilitar o trabalho, a palha da cana-de-açúcar quando molhada não é tão cortante, como quando está seca; com a umidade mais alta, a temperatura nos canaviais tende a diminuir, ao mesmo tempo que melhora o ar respirado nos canaviais; esses elementos acabam facilitando o corte e consequentemente o trabalho nos canaviais.

colegas de serviço reunidos na folga, mas uma rede fundamental para o andamento dos dias de trabalho, pensando na sua manutenção como encarregado e, essencialmente, os modos de vida que meu pai valorava e que estavam em disputa com as longas jornadas sofridas na usina e em risco caso se colocasse a pensar que a possibilidade de ser mandado embora se fazia como um fantasma constante para grande parte dos trabalhadores, principalmente com o filho a nascer.

Essas análises nos levam a outras questões: o historiar feito a partir de trabalhadores que estavam na cana é um exercício muito complexo. Esses sujeitos passavam horas a fio dedicadas a um trabalho exaustivo, perigoso, por vezes mal remunerados, que acabam fazendo com que não vejam grande parte da vida passar (são momentos de lazer perdidos, momentos perdidos com os filhos, e outros tantos problemas advindos desse frágil enlace afetivo) – só esses elementos acabam por gerar um exercício de reflexão árduo para nós. No entanto, o que quase sempre acaba escapando, acaba fugindo dessas análises é entender e tratar o que é inesperadamente imprevisível na vida.

A seguir trago um trecho da entrevista de Dona Dalzira (2022), onde é possível perceber essa condição:

Olavo: Mas aí você trabalhou na roça e depois você trabalhou na cidade?

Dalzira: Trabalhei na cidade...

Olavo: O que você fez aqui?

Dalzira: Faxineira

Olavo: Quanto tempo?

Dalzira: Quatro anos trabalhei como faxineira, quatro anos **[1985-1988]**. Depois **[em 1988]** fui trabalhar como doméstica, trabalhei na casa dos Barbieri, seu Alexandre e a Dona Maria, que são os donos do restaurante Guanabara, trabalhava na casa deles, que era enorme a casa deles, trabalhava lá por mês. Lá foi meu último serviço...

Olavo: Aí você aposentou lá?

Dalzira: Não aposentei lá, daí quando eu descobri que eu tava com câncer **[1989]** e eu tinha só 15% de vida, aí eu tive que parar de trabalhar, aí eu fui pra Ribeirão **[Preto]**, fiz a cirurgia, eu fiquei um mês em Ribeirão **[Preto]** e voltei pra cá, aí com dois meses eu tava na Dona Mariquinha...

Olavo: Quando que foi isso tia?

Dalzira: 1989 eu tive câncer. Aí quando eu vim embora do hospital...

Olavo: Eu não sabia disso...

Dalzira: Aí quando eu vim embora do hospital eu fiquei em casa dois meses, no terceiro mês, que foi o retorno, os médicos falaram pra mim que era pra mim trabalhar e eu falei “Meu Deus!! como é que eu vou trabalhar? Vocês me operam de um câncer e já tão me mandando trabalhar? Eu vou morrer!” Aí eles falaram “não vai”. Aí quando eu cheguei lá **[na casa dos Barbieiri]** eles não aceitaram.

Olavo: Os patrões?

Dalzira: Eles falaram “Não Dalzira, cê tava com câncer, com 15% de vida como que eles te dá alta?”. “Ah Dona Maria, mandaram eu trabalhar que eu já tô normal”, Deus mesmo que fez tudo encaminhadinho na minha vida, sabe Olavo?

Olavo: Aham...

Dalzira: Aí eu voltei lá em Ribeirão **[Preto]** e eles falaram que eu posso trabalhar normal e eu voltei a trabalhar normal... e eu voltei e trabalhei mais uns 5 anos na casa dela **[dos Barbieri]**. Depois **[1994]** eu parei e não trabalhei mais **[como faxineira]** e trabalhei por conta **[começou a vender roupa]**. (DALZIRA, 2022)

Nesse sentido, ao tentar responder as indagações já feitas surgem novas questões: Como os acontecimentos que atravessam inesperadamente a vida dessas pessoas, como o câncer de Dona Dalzira, acabam por sinalizar como esses sujeitos experimentam a desigualdade? Os limites de renda para conseguir se tratar e se manter em recuperação, ou mesmo de alterar postos de trabalho e, quem sabe, parar de trabalhar. Isso sugere pensar como esses sujeitos percebem, experimentam e refletem a exploração a partir de um sentimento de desigualdade vivido a partir de uma capilaridade social muito pouco sensível àqueles que não viveram ou refletiram acerca desses solavancos da vida.

Nesse sentido, quando Dona Dalzira afirma ter de voltar a trabalhar mesmo após um câncer, operada e fragilizada pela doença, ela não rememora com sobriedade, ou com satisfação por ter resistido àquele período. Ela o faz retomando um passado, construído e em constante construção, que assinala e demonstra a desigualdade sofrida – não só na lida da cana, mas como trabalhadora em Jaboticabal. A indignação, que é reflexo do sentimento de desigualdade, recai não só sobre os empregadores, mas sobre os médicos que não possibilitaram um atestado, não possibilitaram que ela ficasse em casa e se recuperasse da doença. A fala de Dona Dalzira, conserva as pressões de classe sofrida por aquela mulher, que mesmo em tratamento de uma doença terminal se dirige a casa de outrem para conservar o emprego, para manter o vínculo empregatício e assim garantir o salário e as possíveis benesses oriundas daquele emprego.

Por mais que não seja possível mapear dentro da entrevista realizada com Dona Dalzira, é possível propor, frente às percepções e do contraste do antigo para com o novo serviço, as benesses vividas como empregada doméstica. Assim, se o trabalho nos canaviais a fazia acordar cedo, dispendar tempo tanto no transporte como para se dirigir ao ponto no qual o ônibus da turma passaria, como empregada doméstica esse tempo de transporte seria reduzido, visto que a cidade de Jaboticabal na época em questão (1989-1994) não se apresentava tão dilatada como hoje, e o tempo despedido de sua casa ao local de trabalho seria diminuto frente ao tempo no caminho de turma.

Ao mesmo tempo, as jornadas árduas de trabalho nos canaviais, trocadas pelo trabalho como empregada doméstica caíam melhor ao corpo de uma mulher de 40 anos – desgastada pelo trabalho rural; a instabilidade do trabalho como cortadora de cana-de-açúcar seria superada

pelos afazeres domésticos nas casas urbanas – uma mudança onde tal trabalho doméstico com remuneração certa era mais vantajoso e mais seguro, principalmente após o câncer. Assim, as motivações que a fizeram se dirigir a casa dos Barbieri, na qual trabalhou por mais de 5 anos, foram motivações muito latentes, muito alicerçadas em como Dona Dalzira percebia a si própria e a realidade na qual estava inserida quando se colocava tal ponderação.

No entanto, Dona Dalzira sai desse trabalho em 1994 – motivos não explicados ao longo da entrevista, por ser, acredito eu, muito claros tanto para mim quanto para minha mãe e não ter lhe indagado a esse respeito. Pois, o pai de Dona Dalzira, em 1994, fora acometido por um câncer na garganta, sua mãe já carregava os sintomas iniciais de uma demência que a impossibilitava de cuidar efetivamente do marido. Assim, Dona Dalzira, que morava aos fundos da casa dos pais (a pequena casa da Sombra), passa a morar na casa da frente e a cuidar do pai até o seu falecimento, no mesmo ano. Com o falecimento de seu pai, no fim de 1994, Dona Dalzira em parceria com a sua irmã mais velha Daura, começa a vender roupas como ambulante em Jaboticabal.

Essa trajetória de Dona Dalzira como trabalhadora, esse movimentar-se em torno de postos de serviço, acaba por demonstrar esse *fazer-se*, de Dona Dalzira. Essas escolhas tomadas, frente à materialidade da vida, frente à necessidade de conseguir e aferir renda, frente às explorações e humilhações vividas, acabam por dar todo um sentido e significado ao vivido. Essas movimentações, demonstram não só o palco social das ações desses sujeitos, como também toda uma gama de relações, de ambições e de aspirações em busca de melhores condições de vida, de superação de uma condição inicial ou a sua própria preservação – diante de novas vulnerabilidades.

Recupero aqui a fala de Dona Vera (2022) para que seja possível compreender um pouco mais essas questões diante de um universo compartilhado entre essas trabalhadoras:

Olavo: Por que você escolheu esses trabalhos?

Vera: Porque não tinha outra coisa pra gente fazer no sítio, né? Tinha que pender pra essa vida, né?! Era sofrido, né?! Claro, né?! Era sofrido, mas tem hora... quando eu tava trabalhando no Boulevard, eu trabalhei no Boulevard dois anos né?

[...]

Olavo: Aí a senhora já morava na cidade?

Vera: Já morava na cidade [entre 1984-1992], no [bairro] Santa Luzia, aí eu ficava pensando “Eu tenho que agradecer a Deus, na aonde eu tô hoje, por tudo que eu já fiz na minha vida, hoje eu tô até bem graças a Deus”.

Olavo: Aí você fazia o que já morando na cidade?

Vera: Tudo, cortava cana, carpia, é... nós fazia de tudo lá.

Olavo: Depois você falou que tava no Boulevard, quanto tempo morando na cidade que você foi trabalhar no Boulevard?

Vera: Da Alpes, eles mandaram embora né?![1988] Porque estava um pouco serviço e mandaro embora, aí eu fiquei dois meses parada... mas já tá acostumada a trabalhar também né?! Aí eu peguei e fui, aí tem uma mulher que mora ali na Paulino Braga, Dona Vera, ela chama Vera também. Ela trabalhava na Unesp, no Bradesco, comecei a trabalhar para [ela de] empregada, trabalhei 4 anos para ela, limpava, cozinava. (VERA, 2022)

Quando Dona Vera é mandada embora da Fazenda Alpes, um posto de trabalho que havia permanecido por mais de 8 anos (1984-1992), há novas reformulações que precisam ser construídas. A capilaridade social que possui nesse momento é acionada e, inclusive, a imagem de um processo empreendido com maturidade e disposição, tenta sombrear as urgências que faz do trabalho uma prática costumeira para esses sujeitos. Ao falar “*mas já tava acostumada a trabalhar também né?!*” é claramente uma afirmação feita e refletida com base nas pressões de classe que Dona Vera experimentava, percebia, formulava e reformulava diante da realidade que não aguardaria muito tempo, após “dois meses parada”.

Dona Vera tinha noção da exploração sofrida no eito da cana, sugeria como o trabalho era penoso e árduo, e estava preparada, a partir das próprias reflexões e articulações, para se dirigir a outro posto de trabalho – que na sua leitura não seria muito menos penoso, árduo e pesado. O que há de se entender é que Dona Vera não se dirige à casa de sua ex-patroa apenas por pressões financeiras, ou porque não havia outro posto de trabalho, mas ela se dirige à casa na Rua Paulino Braga por reflexões e articulações que eram calculadas dentro do seu horizonte de possibilidades, vistas em conjunto com o que elegeu como necessidades.

Apresento a narrativa dessas mulheres para correlacionar a existência de uma historicidade que enreda as práticas dessas trabalhadoras e que, talvez, ela seja um indicativo dos motivos que as fizeram se dirigir a outros postos de trabalho, outros locais de moradia, outras práticas de sociabilidade etc. Dona Dalzira, tinha 35 anos quando trabalhou como faxineira; Dona Vera, tinha 36 quando trabalhou na casa de sua ex-patroa.

Os filhos de Dona Vera e/ou de Dona Dalzira, já estavam mais crescidos e, também, trabalhavam, devido a isso a renda da família pode ter aumentado um pouco e dirigir-se para estes ou outros postos de trabalho que remunerassem menos que a cana, poderiam então se tornar alternativas viáveis – refletirei em outro momento desta dissertação acerca da relação com os filhos. Além disso, as pressões físicas do trabalho na cana podiam ter começado a se impor sobre os corpos dessas mulheres, acabando por diminuir os rendimentos em trabalhos que se baseavam na produção e que já exerciam, com idas e vindas, há pelo menos uma década.

A seguir busco explorar mais sobre essas estratégias e organizações acerca dos trabalhos realizados, observando como homens e mulheres estão avaliando o peso da passagem do tempo e de trabalhos pesados em suas vidas, como indicado por Seu Ademir em nossa conversa:

Olavo: Com 38 anos o senhor veio para cá né? E veio fazer o que aqui em Jaboticabal?

Ademir: Então, eu vim [1992] trabalhá na Coplana né!? Sacaria né? Só coisa bruta

Olavo: E ficou quanto tempo trabalhando na Coplana?

Ademir: Fiquei...10 anos

Olavo: E aí aposentou?

Ademir: Aí aposentei. aposentado aí... há uns 20 anos já... 2000 né?! 2000 eu aposentei, mas continuei trabalhando...

Olavo: Continuou trabalhando, trabalhou até quando mais ou menos?

Ademir: Na Coplana eu trabalhei até 2000 e... parece que 2010 parece, é 2010, mas eu trabalho de pedreiro.

Olavo: O senhor trabalhou de pedreiro também?

Ademir: Trabalhei de pedreiro também

Olavo: Por que o senhor fazia essas atividades?

Ademir: Porque hoje tá mais fácil, é... hoje tem uma meta melhor para você se manter... mas antigamente, é... você tinha que trabalhar para se manter e, por isso, eu entrei cedo para trabalhar, pra ajudar meu pai e a nossa família era muito grande e a gente tem um amadurecimento de que vem lá debaixo. Então, meus filhos[meus pais] me adaptô nessa maneira, então hoje meus filhos tá tudo bem, são encarregados, trabalha em firmas boas e a minha meta foi essa... eu falei “vou me lascá e vocês tá vendo o que o pai tá fazendo? Amanhã o pai vai ficá velho e eu quero ver vocês”. E é o que tá acontecendo (ADEMIR, 2023)

A afirmação de ter trabalhado “*só coisa bruta*” diz mais do que expressa essas três palavras. Há duas inferências iniciais que podemos tirar dessa frase: a primeira, mais simples, é a percepção que Seu Ademir quer criar para mim de ser um bom trabalhador, como se fez trabalhador – aquele que aguenta a atividade por mais penosa que for (uma moralidade muito significativa diante da construção da entrevista e da imagem que quer projetar para mim, considerando que eu queria saber sobre seu tempo de trabalho). Contudo, essa posição também expõe uma imagem de vulnerabilidade e pouca margem de ação frente às pressões e condição de classe – o que lhe coloca em uma situação constrangedora – oscilando entre a nobreza do trabalho e o que mesmo diante de tamanha exploração ele pode destacar como conquistas que arrancou desse lugar tão subalternizado.

A segunda indicação que tenho a fazer, torna-se mais complexa à medida que se baseia na reflexão que Seu Ademir tece sobre as atividades laborais que desempenhou. Ele entende que se ocupou dessas atividades, seja na lavoura, na sacaria, ou até mesmo como pedreiro, porque foram essas as possibilidades que lhe convinham, que lhe eram possíveis, dentro de um escopo com tantas outras que não conseguia disputar/alcançar.

A meu ver, Seu Ademir trabalhou formalmente em uma atividade pesada, tal como a sacaria da Coplana de 1992 até 2010, não porque acabou o trabalho nas lavouras, mas porque ele percebia tal atividade como um trabalho que trazia possíveis compensações – frente as tantas outras atividades que já havia desempenhado na vida (na Coplana, Seu Ademir tinha carteira assinada e todos os direitos previstos na CLT, além de cesta básica e uma estabilidade de trabalho, que não conseguia nos canaviais).

Trago essas avaliações, presentes nas entrelinhas da narrativa, porque elas permitem indicarmos que não é o trabalho na cana que é ou deixa de ser atrativo, é a sua existência no conjunto de avaliações dos postos de trabalho que se torna pauta para esses homens e mulheres, recolocando essa inserção conforme as demandas e necessidades constituídas ao viver na cidade e compreender o avanço da idade. Outras expectativas vão se somando, como o interesse em alcançar a aposentadoria, a baixa escolarização na disputa de outros postos de trabalho e novas estratégias da organização da renda familiar.

Por mais que a questão da aposentadoria não tenha sido um pilar inicial para a pesquisa, não havia me preparado para me posicionar frente a essa questão nas entrevistas – assim, dialogando mais ativamente sobre esse processo de constituição da vida dos sujeitos e como os anos na cana foram ou não significativos e impactantes para a previdência social e para a prospecção de futuro que buscavam. Há indícios e elementos muito comuns nas falas dos meus entrevistados que acabam me conduzindo a dialogar e refletir sobre essa questão e observar o quando a insegurança na velhice os preocupava (e ainda os preocupa).

Todos os sujeitos entrevistados por estarem aposentados no presente, produzem suas memórias tendo esse referencial: então, como a cana se tornou uma barreira (ou não) para a seguridade na aposentadoria e como eles percebem e atuam para alcançar a aposentadoria? A busca por outros postos de trabalho pode ser lida frente a essas problemáticas estruturais que se apresentam junto ao trabalho no corte de cana?

Para responder as minhas questões dialogo não só com as falas dos entrevistados, mas com duas dissertações que considero pertinentes para esse momento: Rumin (2019 – Dissertação em Psicologia) e Garcia (2013 – Dissertação em Direito). Ambas as produções buscam situar a questão da aposentadoria do trabalhador rural – apresentando a questão da informalidade, as problemáticas relacionadas ao processo de aposentadoria e como essas questões se relacionam com a questão etária.

Rumin (2019) dialoga com o caráter eventual do trabalho no campo. Nesse sentido, busca entender como as relações que atravessam o trabalho dos “boias-frias”, tal como idade dos trabalhadores, acaba por se tornar um fardo para a manutenção desses sujeitos em seus

postos de trabalho, haja vista o cansaço, adoecimento e queda na produtividade destes trabalhadores. Assim, o autor destaca que certas limitações da idade e a contínua carga física que é atribuída a esses modos de trabalhar acaba por pressionar a alteração dessas relações de trabalho.

Nesse sentido, Rumin (2019) aponta não só as problemáticas burocráticas que cerceiam a vida de trabalhadores diaristas rurais (principalmente diante da tomada de decisão de posicionar-se juridicamente em busca da efetivação da lei), mas traz problemáticas físicas e subjetivas em relação à permanência desses sujeitos nestes postos de trabalhos árduos apesar da idade avançada. O autor dá destaque aos sujeitos que permanecem na cana em busca de sobrevivência (enquanto necessidade para viver), apesar das dores, apesar dos problemas físicos e da idade avançada, em busca de um benefício que é de direito deles – visto que esses sujeitos não conseguem se aposentar por não terem a idade prevista para o benefício da previdência compulsória, caso consideremos o trabalhador urbano.

De outra perspectiva, Garcia (2013), ao tratar dos processos em busca da efetivação previdenciária por idade em 2013, destaca que:

Na região de Ribeirão Preto, conhecida por sua significativa produção de café e cana-de-açúcar, 65,02% das aposentadorias por idade dos rurícolas foram implantadas por decisão do Poder Judiciário, ao passo que, dentre os urbanos, apenas 8,19% tinham essa origem [aposentadoria por reivindicação judicial]. Uma das características desta microrregião é possuir uma judicialização superior à de outras regiões do país. A atividade judicial se destaca, dessa forma, como essencial para a efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais. (GARCIA, 2013, p. 210)

Essa leitura das relações de poder e como essas decisões não conseguem ser formuladas em grande medida fora do âmbito judiciário sugere os limites de acesso natural aos direitos trabalhistas, o que muitas vezes vai ser acionado quando já estão na cidade e começam a ponderar diminuir, alterar ou pararem de trabalhar – considerando que não terão retaliações de contratação em razão do litígio. Ao mesmo tempo, esse indicativo (cerca de 65% em 2013) aponta para uma das regiões onde mais houve predominância de trabalhos temporários na cana-de-açúcar, estabelecendo certas convergências entre a não contagem de tempo para a aposentadoria e a falta de garantias para esses sujeitos da previdência almejada.

Assim, ao distinguir os processos judiciais em busca da aposentadoria por idade entre trabalhadores que tem tempo de trabalho rural e aqueles com trabalhos urbanos, destaca um índice maior entre aqueles com experiência em trabalho rurais – algo muito significativo, uma vez que temos duas nuances dessa evidência: a primeira que aponta a falta de acesso a direitos para quem trabalha como diarista, safrista no campo; a segunda indica que a busca judicial por

esses trabalhadores também expressa o conhecimento que adquirem de que aqueles que acessam o judiciário por tempo de trabalho rural tem mais chances de ter sua demanda reconhecida (pois já existe um entendimento legal nessa direção que rege tal reconhecimento), mais do que aqueles que exerceram atividades informalmente na cidade e pouco avançaram em outras formas de garantir esse tempo no cômputo previdenciário – o que não quer dizer facilidades nessa aquisição e que esse acesso maior a direitos em trabalhos urbanos signifique uma expressão da cidade como garantia de direitos aos trabalhadores.

Portanto, temos aí um dos porquês de termos essa maior representatividade (e aceite) de pedidos de consideração de tempo de trabalho rural. Ainda que outras estratégias também sejam orquestradas, como Seu Ademir, ao constituir tempo de carteira assinada na cidade para aposentar, ou mesmo a condição experimentada por Dona Dalzira (2022):

Dalzira: E aposentar mesmo eu não aposentei por tempo de serviço, porque a gente trabalhava na roça naquela época e não era registrado...

Olavo: Não era registrado...

Dalzira: Não, então na casa dela **[Dona Maria e Seu Alexandre]** eu fiquei 5 anos na casa dela **[1989-1994]** e eu tinha 9 anos na carteira só pra aposentar aí eu aposentei quando eu fiz 60 anos...

Olavo: Isso foi quando tia?

Dalzira: Isso foi quando? **[Com]** 60 anos? Onde que eu tava morando? Aqui ou na minha mãe? Quando eu aposentei... eu tava aqui... eu me aposentei com 60 **[anos]**... não eu me aposentei com 65 **[anos]**, quanto que dá?

Olavo: Faz oito anos...

Dalzira: Oito anos então

Olavo: Aposentou em 2014...

Dalzira: Pode ser

Olavo: A [bisa]vó morreu em 2013 né?

Dalzira: Foi, foi, isso mesmo (DALZIRA, 2022).

Por mais que fosse registrada pela Usina durante a safra, recebendo por metro de cana produzido, durante a entressafra esse vínculo empregatício era rompido e, assim, o tempo na cana, ou em outra atividade no rural, deixa de ser contabilizado para a aposentadoria na sua integralidade. Essa reflexão, aliada às ponderações de Garcia (2013), demonstra como as pressões que atravessam a vida dos trabalhadores se expressam das maneiras mais complexas possíveis – mesmo após tanto tempo de trabalho, há uma necessidade da comprovação, mesmo após atingir a idade necessária (65 anos). Ela precisava de algo que comprovasse que se dirigiu,

efetivamente, a esses postos de trabalho. O que foi suplantado pelo acúmulo de tempo de trabalho na cidade²².

Outro elemento muito presente na narrativa dos sujeitos que se dirigiam ao trabalho na cana é a movimentação por vários postos de trabalho ao longo do ano – por vezes, a safra da cana era avaliada como mais recompensadora, permitindo que na entressafra, eles se dirigissem a outros postos de trabalho. Uma articulação feita não apenas por se adequarem à exploração do trabalho temporário, mas por reconhecerem os limites da correlação de força que possuíam e poderiam produzir frente a tais modos de contratar e firmar as relações de trabalho a que tinham maior condição de disputar e alcançar. Uma prática e modo de se colocar socialmente que em muitos momentos aproximou esses sujeitos de trabalhos de carga e descarga, serviços domésticos, zeladorias, segurança, construção civil etc.²³

A seguir trago uma passagem de Seu Ademir, quando ele destaca o aprender o ofício de pedreiro:

Olavo: Quanto tempo [faz que] o senhor começou a trabalhar de pedreiro?

Ademir: Ah, tem uns oito anos já [2014]

Olavo: Mas o senhor já sabia trabalhar?

Ademir: A gente assim é... Quem me ensinou a trabalhar foram os antigos dono da Super Moni [sorveteria clássica de Jaboticabal], inclusive um é padrinho de casamento meu, o Aurelio, Hélio, o Adão. Eles eram o antigo dono da Super Moni, não é o de agora é os antigo.

Olavo: Não é o japonês né?

Ademir: Não! (ADEMIR, 2023).

Para pensar os arranjos e rearranjos da vida desses trabalhadores, um elemento que não podia ficar de fora são como eles visualizam e se dirigem a outros postos de trabalho, em

²² Dona Dalzira não se aposentou por tempo de trabalho, mas sim recorreu ao benefício da previdência de aposentadoria por idade. Mesmo que o tempo para a contribuição mínima fosse de 15 anos, e Dona Dalzira tinha apenas 9 anos de contribuição “na carteira”, teve que contribuir avulsamente por mais 6 anos para garantir a aposentadoria por contribuição mínima para aposentadoria por idade.

²³ Acredito que muitas dessas práticas laborais, que marcam não apenas as trajetórias dos trabalhadores e trabalhadoras que privilegiei e entrevistei na minha pesquisa, acabam compondo o repertório de muitos outros sujeitos que acabaram lidando com trabalhos de temporada ou na safra acabam. Essa percepção do entrelaçamento de práticas laborais por trabalhadores ao longo dos períodos do ano, muito se apresenta e é dialogada na monografia de Sá (2018), que trata acerca das experiências de trabalhadores em Moreninha, distrito de Santa Helena – PR. Neste trabalho, o autor acabou por apresentar as relações e os dramas que permeavam e acompanharam as movimentações desses trabalhadores em busca de uma vida melhor, o que passava, inclusive, por conseguir outros postos de serviço, principalmente em momentos desafortunados. Acredito que o exercício historiográfico proposto por Sá (2018), mesmo que ao tratar de uma temporalidade e uma regionalidade distinta daquela que privilegio, acabe por indicar e propor uma percepção para a análise que abarque essas tomadas de decisão por esses trabalhadores. Nesse sentido, não é a transposição de conceitos utilizados pelo autor que se faz necessário, mas o seu olhar (um olhar de dentro, uma análise de um *pesquisador-conhecido*, que entrevista e dialoga com a experiência de amigos, conhecidos e familiares – muito próximo daquilo que faço nessa dissertação). Assim, compreendo que na minha pesquisa essas movimentações, a busca por outros trabalhos e uma vida melhor, tal como deixar o canavial e trabalhar como *chapa*, como empregada doméstica, como garçom, são tomadas de decisões desses sujeitos frente à materialidade e o que elegem como urgências da vida.

momentos distintos do ano. Seu Ademir, ao aprender o ofício de pedreiro apresenta uma mobilização, um elemento a ser entendido e pensado frente a essa dinâmica e rede de convivência.

No entanto, o que eu gostaria de salientar são as estruturas narrativas, os silenciamento, as confusões temporais e os conflitos na fala de Seu Ademir, principalmente quando ele narra sobre o seu tempo na construção civil. Acredito que essas análises possam nos dar indícios de possíveis contradições dessa experiência social.

O primeiro elemento é que Seu Ademir chegou em Jaboticabal em 1992 – com 38 anos, mudou-se de Barrinha para cá e logo conseguiu emprego na sacaria da Coplana (aberta no mesmo ano de sua chegada em Jaboticabal). Parece-me estranho, e acho que podem ser indagadas pelo menos duas coisas: Seu Ademir aprendeu em que momento o ofício de pedreiro (visto que permaneceu interruptamente de 1992 a 2010 na sacaria)? Ao mesmo tempo, como um de seus patrões (e professor de ofício), foi seu padrinho de casamento, visto que Seu Ademir chegou em Jaboticabal com 38 anos e em Barrinha, aos 26 anos já havia se casado e estava com filhos nascidos? Notem que na fala apresentada ele não aponta qual dos “*antigos donos da Super Moni*” é/foi seu padrinho.

Então, como nos diria Portelli (1991) ao apontar que os sujeitos dizem sobre o que viveram e o que esperavam viver, pergunto-me sobre o que Seu Ademir está querendo me dizer e colocar em evidência com a narrativa que produziu a esse respeito em nossa conversa? Queria insinuar que era próximo de seus patrões, que mantinha boa relação, isto é, era um trabalhador destacado e notado? Que realizava outros serviços para eles, inclusive por toda essa sua presteza de “bom trabalhador” – em momentos mais tranquilos do trabalho regular? Como essa construção narrativa diz sobre a imagem que Seu Ademir queria me apresentar naquele nosso encontro?

A seguir trago um fala Seu Ademir sobre a sua chegada em Jaboticabal e o seu tempo na construção civil:

Olavo: Mas você saia pedindo [trabalho], como que era?

Ademir: A gente... é... chegava num lugar, inclusive quando eu fui na Coplana era lá perto da rodoviária, mas eu... eu achei que Deus ia me dá um serviço aquele dia, tava desse jeito... bermuda camiseta, chinelo de dedo, sem comida, eu cheguei lá era 10 horas da manhã... “então, tô precisando de dois caras”, era eu e meu sobrinho, “tô precisando de dois caras pra começar agora, meio dia”, e faltava 15 pra meio dia e dali na Coplana era perto, eu falei: “o que que tem?”, ele falou, “sacaria”, “pelo menos nós tá... olha a nossa situação... tamo com roupa de sair...”, “não tem problema, roupa compra outra... cê quer começar agora?”, falei: “vão bora”, trabalhamos até 22 horas.

Olavo: Entendi

Ademir: Dá certo tudo pra mim, que eu sou um cara que topo qualquer parada. Cê chamou, vamo pegar agora... se o cara falá “vou lá....” iiiii.... cê qué, qué!

Olavo: Entendi. Depois desse dia, cê trabalhou direto?

Ademir: Direto, trabalhei 10 anos com ele...

Olavo: Era registrado né?

Ademir: Era, só que era sindicato na época né?

Olavo: Pelo sindicato o senhor...

Ademir: Pelo sindicato...

Olavo: Entendi

Ademir: A Coplana naquela época tinha uns 15 empregado só, na época que eu entrei, tinha uns 15

Olavo: Tava começando então...

Ademir: É.. a gente trabalhou muito... parte de pedreiro a gente fez umas partes lá...

Olavo: Isso que eu queria falar, o senhor aprendeu a trabalhar como pedreiro com os antigos donos da Super Moni...

Ademir: Foi...

Olavo: Aí o senhor trabalha de pedreiro enquanto trabalhava com os outros empregos ou não?

Ademir: Eu trabalhava de guarda de noite, pro Dino Zelli, inclusive fiz quatro casa do Dino Zelli, trabalhava de dia

Olavo: E o Dino Zelli tem umas casas pequeninhas né?

Ademir: E de noite eu até... entrava a seis, nem em casa tomar banho eu ia, dali eu já ficava, das 6 às 22 todo o dia, todo o dia, domingo, até feriado...

Olavo: De pedreiro o senhor trabalhou só por conta... ou...

Ademir: Não, trabalhei na firma e por conta né?

Olavo: Quanto tempo na firma?

Ademir: [pausa] ah trabalhei na Stephani Nogueira, o antigo mercado Curitiba, na parte debaixo a gente passou pra parte de cima...

Olavo: Qual mercado, Curitiba?

Ademir: Ali na 24 de maio, que hoje é o Savengnago ali na Igreja...

Olavo: Ah tá tá...

Ademir: Esse mercado era na parte debaixo

Olavo: Onde é o estacionamento hoje...Você tava...

Ademir: Nessa época nós tava [antes de 1998] (ADEMIR, 2023).

Aqui retomamos as contradições na fala de Seu Ademir. O mercado no qual seu Ademir afirma ter trabalhado, foi reformado em 1998. Ao mesmo tempo, Seu Ademir afirma que chegou em Jaboticabal em 1992 e que trabalhou 10 anos seguidos na Coplana. Como ele trabalhou na construtora Stephani Nogueira nesse meio tempo? Eram trabalhos simultâneos? Não me ative a essas questões durante a nossa conversa, essas são perguntas que surgiram com o amadurecimento da pesquisa. Talvez, a organização do tempo não seja a principal preocupação para Seu Ademir durante a entrevista, mas sim enunciar sua condição de trabalhador e de que estava sempre trabalhando – já que era isso que eu também ressaltava.

No entanto, o que há de ser destacado nesse processo de fazer-se pedreiro é que Seu Ademir, ao garantir uma casa no Parque Primeiro de Maio – bairro construído pelos próprios moradores em um mutirão de trabalho em 1992, isto é, antes da reforma do mercado tem o

ofício de pedreiro iniciado durante o processo de construção da sua casa. Assim, por que não destacou essa experiência, e sim em 2014?

Vejamos outra produção narrativa interpeladora que produzimos:

Olavo: Eu acho bacana, eu sempre quis entrevistar gente que trabalhou como pedreiro

Ademir: Aqui ó [apontando para o chão da casa], quem começou aqui foi o finado Bigode morava na Avenida Pintos...

Olavo: Aham

Ademir: Aqui essa Cohab [Cohab I – a primeira Cohab de Jaboticabal]

Olavo: Mas faz tempo, foi em [19]70, começo de [19]70, não foi?

Ademir: Fio, eu trabalhei aqui nessa Cohab, morava na Barrinha e vinha pra cá

Olavo: O senhor vinha da Barrinha pra trabalhar aqui?

Ademir: Ô! (ADEMIR, 2023)

Por que falar que aprendeu o ofício de pedreiro em 2014 se momentos depois afirma ter trabalhado na construção da Cohab I, na década de 1970? Além disso, Seu Ademir aponta que foi morar na Barrinha em 1980, aos 26 anos, sendo que a construção da Cohab I foi terminada em 1976. Essa confusão temporal, indica a preocupação com outras intencionalidades na narrativa e no processo de produção de memórias.

Valorizar seu protagonismo no campo e na cidade – na construção de territorialidades em Jaboticabal, destacando o tempo do eito, mas colocando em confronto esse tempo com outras práticas laborais, um exercício um tanto quanto difícil – mas que garante parte do que intencionou.

Acredito que seja possível dialogar com essas contradições e descompromisso com tal lógica, caso consideremos o que Amado (1995) apontou ao analisar as memórias de Fernandes, um entrevistado de sua pesquisa sobre a Revolta do Formoso em Goiás, que acabou por incorporar em sua narrativa a épica de Dom Quixote, ao tratar do líder da revolta regional goiana. Assim, vejamos o que apontou:

Outra característica da memória, que a aproxima muito da história, é sua capacidade de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos ou grupos: são as vivências dos outros, das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias... Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram (AMADO, 1995, p. 132).

Nesse sentido, por mais que Seu Ademir não tenha experimentado tais circunstâncias em Jaboticabal, acaba por incorporar tais empreendimentos que tem conhecimento à sua trajetória, uma vez que eles podem adensar a experiência que apresenta em suas memórias –

pois seu compromisso não está com o fato, mas com a história que quer contar a partir da sua experiência social (PORTELLI, 2017).

Acredito que essas constantes reavaliações feitas por esses entrevistados se devem muito às dinâmicas de envelhecimento que experienciam na atualidade e como avaliam a remuneração que o trabalho nos carregadores dentre os demais proporcionava frente às demandas que possuíam ou almejam tratar. Em grande medida, não consigo alcançar toda a dimensão do que quer me dizer com muito trabalho e muito sofrido.

Escrever nessas linhas que o trabalho nos carregadores é desgastante e fatigante, enquanto pesquisador inserido em outra temporalidade e com outros afazeres, torna-se uma identificação às avessas – muito mais marcada pelo debate academicista do que por conhecer e reconhecer nesses corpos as marcas dessa experiência. Seja pela perna manca de Seu Ademir, seja pela condição de Dona Aparecida com a qual me deparei no dia de nossa entrevista.

A primeira vez que me encontrei com a Dona Cida – que ainda não havia se tornado Dona Aparecida– notei as marcas do trabalho pesado em seu corpo. Dona Aparecida é uma mulher pequena, magra e com pouco mais de 1,50 altura; a pele branca marcada pelo sol ganha evidência pelos músculos do braço, forçadamente bem-definidos ao longo da vida; os ossos do tórax e as fibras do peito também são marcas evidentes. Essa imagem não destaca apenas um momento da vida dedicada ao trabalho, mas expõe uma vida de restrições e excessos, sem grande margem para se propor a novas investidas.

Dona Aparecida não é apenas uma sobrevivente de toda essa exploração e limites de classe, é uma pessoa que ainda está se confrontando com a luta diária do existir e cuidar de muitos.

Olavo: Vou entrevistar a senhora para gente pensar como que foi a trajetória de vida da senhora no campo, quando foi trabalhar como que não foi...

Aparecida: Foi cruel viu? Trabalhei bastante e trabalho até hoje viu?!

[...]

Olavo: O que que você já fez? O que trabalhou na roça? As coisas que você fez?

Aparecida: Vish **[risos]** já panhei café, já catei laranja, já plantei limão, já catei manga, já cortei cana, já plantei cana, plantei cebola, corto cebola, planto tomate, cato tomate **[risos]**. Tudo o que você pensar de roça eu já fiz.

Olavo: Pô que legal

E é gostoso viu?!

Olavo: Você gosta?

Aparecida: Vish! É o meu sonho. Ah eu sou aposentada e eles falam “fica!” eu falo “não, deixa eu ir” eu cheguei hoje né, mas tem dia que catando manga que uma hora dessa não tinha chegado ainda, nossa é uma delícia. Eu acho que é por isso que ó, eu não vou no médico, eu não vou em médico! Eu não

perco um dia. Ó nós tá fazendo a safra, vai acabar a safra agora, eu não perdi o dia (APARECIDA, 2022).

Quando Dona Aparecida dialoga sobre a crueldade do trabalho no campo e logo após fala sobre como é gostoso, devemos perceber que a construção da fala de Dona Aparecida precisa justificar as motivações que a fez (e ainda a faz) trabalhar aos 70 anos como diarista rural. Então, percebemos as ambivalências que cercam tal formulação e o modo como tenta explicar para si a sua permanência nessas relações de trabalho há mais de 50 anos.

Por mais ingrata que possa parecer a pergunta feita à Dona Aparecida, questionar se gosta do trabalho me pareceu, naquele momento, o elemento mais necessário para alguém que desconhecia sua experiência e a atividade no corte da cana. Havia interditos não apenas na fala dela, mas também na forma como a contatei para realizar a entrevista (no ponto de espera do ônibus da “turma”). Além disso, o momento em que realizamos a entrevista (após o seu expediente) e a forma como reconhecia o meu lugar e de minha mãe (“pesquisadores-conhecidos”) expuseram grande parte desse distanciamento dos lugares de onde partíamos para construir aquele encontro.

Um encontro assimétrico, tal como Coutinho (1997) ressaltou no seu processo de diálogo com seus entrevistados para documentários, particularmente quando destacou a relação e o tratamento dispendido ao entrevistar aqueles que trabalhavam e buscavam comida no lixão. Em sua indicação, percebo alguns encaminhamentos a serem retomados aqui:

Acho que essa possibilidade dá pessoa dizer o lixo é bom ou que é ruim, que ela come ou não lá no lixo; e se a pessoa aceita isso com passividade, ou não aceita, não está sendo julgada por isso, entendeu? O básico é dar ao interlocutor a sensação de que ele não vai ser penalizado por ser passivo ou ativo, consciente ou inconsciente, católico ou umbandista, ou que seja. Porque a tendência é de procurar as pessoas que encarnam alguma coisa de protesto em relação ao *status quo*, quando eu acho que, se isso parte de mim, não tem o menor valor, entende? Pregiar o padre-nosso ao vigário não tem o menor sentido (COUTINHO, 1997, p. 169).

Um cuidado com o possível querer afirmações maniqueístas, ou mesmo auto confirmadoras de supostos (de vítima ou heroína) frente à realidade que se apresenta a uma senhora aposentada que ainda trabalha como diarista rural, ou mesmo buscar uma resposta pronta, ou impor uma constatação da realidade de outrem a mim, para ela e quiçá para outros.

No entanto, acredito que havia uma necessidade primária em nossa conversa, em dar uma “sensação” à Dona Aparecida de que não estava julgando sua condição por estar trabalhando aos 70 anos. Por mais que, para mim, seja questionável o ato de afirmar que gosta de trabalhar – gostar eu gosto dos meus familiares e amigos, de beber uma cerveja gelada em

um dia quente, o trabalho é uma essencialidade da vida, mas não é uma essencialidade que eu goste. Então, o que ela estava querendo me dizer?

É possível pensar que essas relações de trabalho apontam para Dona Aparecida outras dinâmicas, outras possibilidades frente àquelas delineadas agora com a aposentadoria. Muitas das vezes que me deparei com professoras aposentadas e que continuavam trabalhando (colegas de profissão e de um bom café na sala dos professores) era comum ouvir: “melhor ser escrava da escola do que ser escrava da vassoura”.

Estar “na ativa”, mesmo após a aposentadoria, concede certa margem de planejamento de gastos e previdência, dá determinadas permissões e visibilidades, mesmo diante do envelhecimento – um combate velado ao não ser vista como inútil, demonstrando um papel social ocupado, que lhes garante o protagonismo de apoio às vulnerabilidades de outros familiares, acabando por criar (e firmar) redes de solidariedade e sociabilidade que seriam mais limitadas caso abraçasse apenas viver com (e da) sua aposentadoria. O trabalho, por mais cruel que seja, nas suas ponderações pareceu menos cruel do que a solidão e a sensação de incapacidade que assombra o envelhecer de muitas trabalhadoras como Dona Aparecida.

Ao mesmo tempo, Dona Aparecida entende como o trabalho na lavoura acaba por gerar demandas ao corpo que podem lhe trazer adoecimento, mas me adverte ao saber que eu também pense isso ao imaginar que tenha uma estrutura frágil: “*Não vou no médico*”, essa é uma constatação e uma (re)afirmação, tanto para mim quanto para ela, como se isso lhe autorizasse que ainda consegue e aguenta trabalhar naqueles termos, que o corpo é forte o suficiente para suportar a labuta na roça, ainda que não aparente. Ao mesmo tempo, também entende como o fato de uma mulher de 70 anos trabalhar, em uma atividade que essencialmente demanda força física se apresenta sobre as demais pessoas que a veem naquela situação – estar aposentada e continuar trabalhando. Que outras pressões e motivações ela possui para tal?

Dessa forma, essa ambivalência presente nas falas de Dona Aparecida se mostra como um elemento muito complexo a ser entendido. O trabalho ora se apresenta como uma necessidade, constituída na avaliação do que espera da renda familiar, ora como uma afirmação da autonomia de Dona Aparecida, procurando resistir às imposições da velhice.

Acredito que essa questão seja importante para demonstrar como os horizontes de possibilidades que se criam, são formulados e reformulados, para que assim seja possível analisar as motivações e tomada de decisões que acabam por levar (ou não) esses homens e mulheres aos carregadores de cana, ao mesmo tempo que possibilita entender as motivações que os mantiveram (ou não) ali e por quanto tempo.

Para tanto, retomo a fala de Seu Ademir, procurando pensar como rearticulam essas práticas e decisões após tanto tempo e durante a nossa conversa, quando falávamos sobre o seu tempo nos canaviais:

Ademir: É, hoje eu tava até falando e comentando com a tua mãe, não é menosprezando os pais de hoje, não é isso, mas eu quero que você faz uma pesquisa no país, não é aqui em Jaboticabal, é no país, eu quero ver qual é o pai e a mãe que deixa os filho em casa, paga um pra olhar e... sem comida **[ir]** trabalhar... e larga comida em casa, **[não]** come. Ir sem comida, e lá você torcer cana na mão e se alimentá com garapa, você consegue achar no país? (ADEMIR, 2023)

Há elementos na fala de Seu Ademir que mais uma vez coloca em questão a disposição desses sujeitos em contrariar um certo percurso e pressão. O que há de se adiantar é que essa pesquisa se baseou durante toda a sua fase de incubação, em buscar analisar as memórias de “ex-boias-frias”. Dessa forma, um elemento fundamental para mim era a compreensão da alimentação desses sujeitos como a definidora de como eram vistos (no trabalho e fora dele), vide que o termo “boia-fria” se remetia a uma compreensão que fazia referência à marmita que os trabalhadores levavam para os canaviais em oposição às antigas práticas de trabalho e idealização da alimentação farta no campo.²⁴

Nesse sentido, quando Seu Ademir afirma que se alimentava de caldo de cana, porque não tinha dinheiro para compor a sua marmita, acaba por gerar outros senões às generalizações e tipificação de quem são e como vivem esses sujeitos. Complexidades essas gestadas por vários fatores: o primeiro, é que o trabalho nos carreadores gastava muita energia dos trabalhadores (fatores como ser uma labuta feita sob o sol quente, a quantidade de passos que um cortador dava durante o dia, a quantidade de golpes de facão e de cana carregada nas costas) em média 4000kcal; em segundo lugar, é que a dieta desses trabalhadores estava sempre abaixo do gasto de quilocalorias diárias – daí ser algo recorrente termos notícias que nos trabalhos braçais

²⁴ Essa mudança em relação a nomenclatura dos trabalhadores, se deve muito a forma como passei a encarar meus entrevistados e a percebê-los durante o processo de pesquisa. Se outrora, carregava comigo fortemente a sinalização de que esses sujeitos eram de fato “boias-frias” e assim, acabava por caracterizá-los como trabalhadores que durante toda a vida se dirigiram a esses postos de trabalho – sem de fato me ater em como eles se apresentavam a mim e sem perceber suas trajetórias. Ao longo do processo de historiá-los, no qual percebi que o termo “boia-fria” era originário não só das marmitas que carregavam consigo, mas também de um tipo de academicismo que buscava um enquadramento desses sujeitos em estruturas fixas e rígidas, que não revelavam apenas o tipo de trabalho ocupado, mas também modos de como ser trabalhador, de como falar, de onde e como moravam, decidi deixar de lado essa nomenclatura. Dessa forma, acredito que a caracterização desses sujeitos como trabalhadores que ora foram trabalhadores da cana ora se encontravam em outras relações de trabalho, acaba por melhor explicitar como percebo esses sujeitos, como eles se apresentam para mim – percebendo as suas trajetórias, suas vidas pregressas, suas demandas e organizações como sujeitos rumo ao futuro.

(sejam urbanos sejam rurais) essa dieta, limitada diante da extenuante tarefa, quase sempre era reforçada com bebida alcoólica ou outros estimulantes adicionais.²⁵

Nesse sentido, a fala de Seu Ademir além de traçar relações sobre a sua própria ingestão de quilocalorias (300ml de garapa tem, em média, 250kcal), também questiona a própria existência do “boia-fria”. “*Torcer cana na mão para se alimentar de garapa*” põe em xeque o termo antigo e revela a existência da “boia-nenhuma” inclusive. Se outrora, já era difícil compreender aqueles trabalhadores que se dirigiam aos carregadores com uma marmita pobre em nutrientes, como compreender as motivações e condições de vida que fazem essas mulheres e homens se dirigirem a esses postos de trabalho com marmita nenhuma?

Penteado (2000), ao historicizar os trabalhadores da cana de Guariba (cerca de 23km de Jaboticabal) e o processo que decorre do 15 de maio, buscando entender as angústias e as motivações que fizeram com que os trabalhadores do eito saíssem em busca de seus direitos.²⁶ Nesse sentido, a autora afirma:

Para o trabalhador da cana, a “guerra da pobreza” tinha um significado muito preciso e cotinha uma forma própria de lutar. É preciso diferenciar essa “guerra”. Para o trabalhador, ela possuía um significado que estava muito presente no seu cotidiano, enquanto que para os demais agentes ela foi o elemento gerador dos conflitos, o que resulta em uma interpretação reducionista, na qual a relação fome-revolta aparece explicando toda a complexidade da questão. (Penteado, 2000, p. 207-208)

²⁵ Na tese de Franco-Bentti (2016) ele destaca certas circunstâncias em que se realiza o trabalho no canavial (riscos, intensidade, desgaste físico e acidentes de trabalho). Ao abordar tais questões o uso de bebidas alcoólicas e preparados para adicionar à água foram sugeridos como modos para ajudar na empreita, práticas conhecidas e comuns no convívio desses trabalhadores. Em diálogo com essa investigação, o artigo de Lima (2010) discute a presença de drogas ilícitas no que denominou “contextos laborais”, onde incluía esse uso dentre os trabalhadores da cana. Portanto, diante desse campo de outros aditivos à dieta, na minha pesquisa, se por um lado, indicar o consumo do caldo da cana para amenizar a fome pode ser uma alternativa valorosa, como apresentada por seu Ademir, o silêncio que meus entrevistados indicaram acerca do consumo de álcool ou mesmo de outros compostos na lida do trabalho pode ser indício de uma moralidade a ser preservada, no que diz menos à imagem do trabalhador da cana, mas fundamentalmente sobre a imagem deles e o que queriam indicar quando construíam essa memória de um “bom trabalhador”, “uma boa mãe” e um “bom pai” para mim.

²⁶ Em 1989, a cidade de Guariba se destacava naquilo usualmente chamado de “cidade dormitório”, abrigando em torno de 5 mil boias-frias nos períodos de safra. A problemática vivida que se insere como motivação da greve foi o aumento das “ruas” atribuídas para os trabalhadores, passando de 5 para 7, assim como também a diminuição do pagamento mediante ao metro cortado de cana-de-açúcar, ao passo que a cana cortada nas ruas 6 e 7 deveriam ser inseridas na rua 4. Essa problemática acabava por gerar um maior esforço do trabalhador frente a uma diminuição do seu pagamento (BACCARIN, 1985; VERONEZZI, 2013). Esses fatores, levaram à greve instaurada em 15 de maio de 1989. Dessa forma, o 15 de maio, não deve ser lido apenas como a maior greve dos trabalhadores temporários, mas sim como uma movimentação desses sujeitos em busca de melhores condições de trabalho e de vida – o que demonstra não só a condição vivida pelos trabalhadores da cana de Guariba, mas também a condição desses sujeitos na região. Essa transversalidade, muito presente nesta pesquisa, não é devida apenas pela proximidade entre Jaboticabal e Guariba (em torno de 25 km) mas também pela forma como os próprios trabalhadores de Jaboticabal percebiam essa movimentação e buscavam (ou não) melhoras em suas condições de trabalho pela espreita do que ocorria em Guariba.

Assim, podemos perceber que a má alimentação dos trabalhadores da cana era um campo compartilhado de pressão sobre esses sujeitos. O trabalho no eito, o esforço físico despendido dele, em conjunto com a má alimentação, bem como toda a má fama que desperta sobre grande parte de quem se dedica a essa atividade, acabava por gerar reflexões nos sujeitos em torno desses condicionantes e de como se posicionar perante eles – uma vez que as alterações almejadas na sua condição eram, quando muito, lentamente observadas no conjunto da sua vida.

Se pensarmos nas tensões explicitadas em regiões que são limítrofes a Jaboticabal, como não considerar que essas experiências também foram compartilhadas aqui? Por que tanto eu quanto meus entrevistados não avistamos em nossa conversa tal debate?

Ainda assim, Dona Dalzira também destacou a “boia-nenhuma” como um campo de possibilidade, indicando como lidou com essa condição, apontando isso como superação. Então, vejamos:

Olavo: Não, mas você foi morar aonde... ou você continuou a morar com o seu tio?

Dalzira: Não, depois eu saí da casa do meu tio, meu pai... falou assim “vou ponhar vocês pra morar lá perto de mim” e veio aqui pra rua São João, na Samba, 2297 a casa. Nós viemos pra Samba, meu pai falou “ponha lá perto, lá perto de nós, quem sabe ele [ex-marido] melhora”, mas meu pai enganou. Porque aí eu morei ali 6 meses, meu pai alugou a casa pra gente, ele [ex-marido] não pagou um mês de aluguel pro home. Aí o dia que eu tava na cama, um dia de domingo, era uma semana que eu não pude trabalhar, não tinha um caroço de arroz dentro de casa pra dar pros meu filhos, eles ia comer na minha mãe, morava pertinho. E eu tava de cama, com quarenta graus de febre, com rubéola, eu nem sabia o que era rubéola, o corpo cheio de bexiga d’água aí fui no médico e ele falou que eu tava com rubéola. O dia que ele [ex-marido] foi embora, eu lembro como se fosse hoje, foi um domingo à tarde, que ele viu que eu num tinha nada e ele tava ali né?! Ele pegou, arrumou as coisas dele e foi embora e me largou lá na cama. A minha mãe foi lá, a minha mãe nossa... chorava muito, muito, muito, ela falou: “Vamo trazer ela aqui pra casa e depois a gente constrói três cômodos no fundo pra ela, dois cômodos que seja” e assim fez... eu vim pra casa da minha mãe, ele me largou e foi embora, aí eu vim pra casa da minha mãe e meu pai fez dois cômodos no fundo, um quarto uma cozinha e um banheiro (DALZIRA, 2022).

O que destaco aqui é a instabilidade do trabalho nos canaviais frente às urgências e inconstâncias da integralidade da vida. Quando ficou sem trabalhar por uma semana, devido à rubéola, Dona Dalzira ficou sem receber, isso demonstra a precarização experienciada pelos cortadores de cana-de-açúcar que em grande medida se estabelecem nessas relações de trabalho sem apoio e sem direitos trabalhistas preservados – ainda que fiquem doentes, machucados etc.

No seu caso, nos períodos de safra, o trabalho era pago quinzenalmente, mediante a produção, se o trabalhador cortasse mais cana-de-açúcar, receberia mais, se não trabalhasse,

não receberia (nos períodos de entressafra Dona Dalzira recebia ao final do mês). Essa dinâmica de trabalho, acaba por passar uma falsa possibilidade ao trabalhador, uma possibilidade inebriante, onde ele até pode receber mais, ganhar mais em comparação a outras atividades, mas em um constante desamparo – essa “possibilidade inebriante” não é feita por desconhecimento, sem reflexão ou planejamento, ela é baseada e construída a partir daquilo que os sujeitos enxergam em seus horizontes de possibilidade e na força despendida a que estão disposto a executar frente a tal propósito de enfrentamento de dificuldade, manutenção de certos modos de viver e mudança nas condições de vida.

Contudo, essa relação de poder não está sob seu controle, inclusive, quando ela é rompida, seja não lhe chamando em novas empreitas, seja rearranjada ou mesmo ignorada diante de condições inesperadas como adoecimento, acidentes, gravidez etc.

Nesse sentido, o que há de se levar em consideração é que os sujeitos tinham ciência disso, tinham ciência de como o trabalho e as dinâmicas oriundas dele, facilitavam ou prejudicavam sua vida – portanto, greves, manifestações ou mesmo reordenação de postos de trabalho tentando driblar aqueles mal falados nas rodas de trabalhadores eram ações conhecidas como as pesquisadas por Penteado (2000). Dona Dalzira denuncia, mas não questiona enfaticamente a problemática de ter ficado sem comida por não ter trabalhado e pelo marido não se dispor a fazer nada – lança maior atenção à doença, ela que lhe causou tanto infortúnio.

Trabalhar para receber era algo lógico (quando não justo), ela havia se submetido àquela prática e estava ciente dos ônus e dos bônus que aquela prática lhe acarretaria, principalmente subvalorizando sua condição e trabalho, diante de outros que tinham reconhecidos o direito a férias, 13º salário, carteira registrada etc. A pressão sobre pessoas como Dona Dalzira é muito grande, forçando para que assumam o peso da sua exploração e que sua vida é resultado de sua baixa qualificação, ainda que desconfie rotineiramente que essa teia não foi ela quem tramou, possui pouca margem para rebelar-se, principalmente quando as urgências, como os filhos sem comida, a tentativa de garantir onde morar e a manutenção de um casamento se colocam como ordem do dia.

Hoje, passados mais de 40 anos dessa querela, Dona Dalzira consegue questionar o seu ex-marido e o seu descompromisso com o casal, a sua ausência que motivou ser acolhida pelos pais quando estava doente – dores e vulnerabilidades que atravessam a exploração do trabalho e ganham uma nova nuance em sua vida – ultrapassando a mera ausência de direitos trabalhistas, mas apontando como o sentimento de exploração pode se entremear aos dramas e

tensões sobre gastos, condições de vida e laços afetivos, expondo a novos enlaces e acordos sobre como e onde viver.²⁷

Dona Dalzira, ao mesmo tempo que trouxe esse lamento, também narra esse mesmo momento em tom de superação. A frase, “*A minha vida não foi fácil, Deus que me livre...*”, não é uma simples lamúria do passado, uma reclamação de Dona Dalzira ao retomar as memórias do “tempo da cana” é uma afirmativa de sobrevivência apesar dos percalços da vida. É uma afirmativa, com base no presente e na realidade material que se apresenta para ela no agora (a superação à morte dos pais, a casa conquistada em 2001, no Residencial, seus filhos criados e encaminhados – sem depender dela, a presença dos seus netos e de seu novo namorado). Tudo isso, faz com que observe e afirme que sobreviveu, que resistiu, apesar do trabalho na cana, apesar do fim do casamento, apesar das dificuldades que viveu e vive até aqui.

Nesse sentido, o rememorar o não ter um “*um caroço de arroz para dar para os filhos*”, não é apenas uma denúncia da realidade vivida no tempo da cana, também o era, mas fundamentalmente é uma afirmativa lúcida de sua condição dinâmica de superação e confrontação: “sobrevivi, apesar de não ter um caroço de arroz para dar para os meus filhos, sobrevivi, apesar do abandono do meu marido, sobrevivi, apesar da cana”.

Nas falas de Vera (2021) vemos percepções parecidas de aproximação com outros trabalhadores e avaliação de sua trajetória:

Olavo: Você não ganhava o dia né?

Vera: Não, nu [a]mendoim a gente já ganhava mais né?! Porque era por dia, só que era bastante e a gente trabalhava até tarde, à noite, tirava até um bom dinheiro no [a]mendoim.

Olavo: Fazia um bom dinheiro?

Vera: Eu tirava até um bom dinheiro no [a]mendoim [na entressafra da cana, enquanto trabalhava na Fazenda Alpes 1984-1992]

Olavo: Em época de safra fazia um dinheiro bom né?

Vera: Fazia, na cana também, naquele tempo... vish... dava dinheiro viu...

Olavo: Dinheiro... quanto assim Vera?

Vera: Naquele tempo lá? Faz o quê? Mais de 20 ano... Nem sei quantos anos, mas faz uns 20 e poucos anos, a Camila tá com 27, eu tirava... naquele tempo 900 mil, 900 por mês, naquele tempo, só que hoje né?! Aquele tempo não sei quanto dava..., mas era bastante dinheiro... assim no acerto... por mês assim eu não lembro, mas sei que dava um dinheiro bom.

Olavo: E como era esse acerto? Você trabalhava a safra...

Vera: Aí você trabalhava a safra da cana, acaba a safra e ele fazia o acerto com nós. Depois nós trabalhava por dia, era por diária.

Olavo: Aí vinha a turma e você esperava aonde?

Vera: Nós ia de a pé, nois morava perto. Morava no...

Olavo: Ia de a pé, não pegava nem turma então?

²⁷ No próximo capítulo destacaremos aspectos desses laços afetivos e como esses vínculos mobilizam as decisões e modos de viver desses sujeitos privilegiados na pesquisa.

Vera: Não. Só na Alpes eu pegava o caminhão lá no assalto, eles levavam, cinco hora [17h] nós parava, eles trazia e eu descia ali, agora no Revorta [Revoltti] nós ia de a pé, quando era mais cima das vez ele até ia buscar nós, mas ia de a pé, e de lá da casa dele levava nós. Nós ía cedinho, na cana quanto mais você trabalhava mais você ganhava né?!

Olavo: Era por metro igual você tava falando né?

Vera: Era por metro, aí o Júnior ia. Quando era cana em pé, vish se você não metia o pau você não tirava nada com aqueles mineiros, mortos de fome... (VERA, 2021)

Acredito que não há como dialogar sobre os motivos que fizeram com que os trabalhadores permanecessem nos carreadores, experimentando práticas árduas e de concorrência extenuante de trabalho, que muitas vezes punha em xeque a sua própria segurança, pois ao pensar no retorno financeiro que pode existir ali, muito da saúde e cuidado se esvaía. Dona Vera, sabia como era exaustivo o trabalho nos canaviais, tinha ciência dos riscos do trabalho no corte de cana-de-açúcar, mesmo assim se dirigia aos carreadores e, ainda, com seu filho.

Dessa forma, surgem lacunas a serem avaliadas e entendidas. Dona Vera, sabia que não haveria emprego na cidade que lhe remunerasse tão bem quanto o trabalho nos carreadores, ela tinha ciência dos seus horizontes de possibilidades, tinha ciência de como a sua posição como viúva gerava posicionamentos e percepções dos demais sujeitos. Dona Vera entendia e enfrentava uma disputa desleal em torno de postos de serviço, tanto na cidade como no campo.

A seguir, trago a continuidade da fala de Dona Vera (2021), sobre como as suas percepções eram influenciadas pela disputa desleal em torno dos postos de serviço:

Olavo: Mineiro como? Vinha de minas?

Vera: É, ele vinha tudo ano, tudo ano ele vinha, os homem [donos da terra] dava as casa pra eles morá no sítio, lá na casa deles... Eles cortava o eito teu e sumia com duas ruas de cana, se você não metesse o pé, cê não fazia nada. Aí quando era pé rola eles fica enrolando sabe? Pra trabalhar.

Olavo: Qual que é a diferença de cana em pé e pé de rolo?

Vera: A cana em pé rende, só cortava e ia deitando a cana depois ia cortando as pontas. Pé de rola não, pé de rolo você tinha que cortar e ficar puxando, aquele rolo você tinha que abrir o eito. Tinha que cortar tudo a cana do outro, aí [depois] que abria o eito, ia rapidinho. Mas eles enrolavam na cana enrolada. Vish... de segunda-feira ainda? Eles não fazia nada [risos] Eu ficava brava xingava eles [risos], eles ficavam, sentado, tudo a hora no garrafão bebendo água. Aí quando eu abria o eito, um pedaço aí, Júnior ia na frente minha, cortava meu eito na frente levando três ruas, diantando, aí quando eu chegava lá, eu ia só com duas ruas, aí rapidinho nós... quando era cana ralinha nós varava até o eito, era gostoso eu gostava de cortar cana (VERA, 2021).

Para entendermos esses elementos devemos levar em consideração que Dona Vera, no período em questão, era uma viúva, morando sozinha com os filhos (Junior e Lyane), que dependiam exclusivamente do trabalho nos carreadores ou em outros trabalhos agrários sazonais, como a colheita do amendoim, para a sua sobrevivência.

Nesse sentido, é possível compreender que a adjetivação dada aos trabalhadores vindos de Mina Gerais como “*mortos de fome*” e “*preguiçosos*” como sendo uma necessidade de Dona Vera de se afirmar enquanto trabalhadora no meio daqueles homens que disputavam desigualmente cada palmo de cana a ser cortada. Dessa forma, categorizar os outros trabalhadores como inferiores, era uma necessidade da manutenção do seu posto de trabalho e de seu valor naquela empreita.²⁸

A seguir vemos um trecho de Dona Dalzira (2022), que nos dá outros desdobramentos e possibilidades de construção sobre questões que permeavam o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Jaboticabal:

Olavo: Entendi... a senhora veio aqui [para Jaboticabal, com 16 anos] pra trabalhar como empregada então?

Dalzira: Eu vim pra cá... eu vim pra cá... e daqui eu fui pra roça porque empregada o salário era pouco e aí eu fui pra roça pra criar as três crianças porque ele [ex-marido] não trabalhava não....

Olavo: Entendi...

Dalzira: Não era um serviço fácil, era um serviço terrível, corta cana não é bom. Mas era o que dava dinheiro pra viver, naquela época, era cana.

Olavo: Dava um dinheiro legal tia?

Dalzira: Dava um dinheiro legal, graças a Deus, graças a Deus. Quando meu marido não trabalhava eu passei fome...

Olavo: Porque a cana é oito meses de corte, não é?

Dalzira: É mais... é oito meses você corta, quando a cana acaba você passa a carpi a cana.

Olavo: Aí... esse carpi não dá muito dinheiro... você ganha o dia não é?

Dalzira: Aí a gente ganhava por dia (DALZIRA, 2022).

O primeiro elemento a se levar em consideração nesses diálogos é a relação do trabalho e o salário. Dona Dalzira, dentro do seu campo de possibilidades, percebia e entendia que o trabalho de cortadora de cana-de-açúcar era uma possibilidade para a sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus. Ao avaliar, ou mesmo ser impelida a considerar o trabalho nos canaviais, ela não o faz pela sua capacidade física (característica fundamental para a boa remuneração nos canaviais – vide o diálogo de Seu Dejair) ou por relações de continuidade das estruturas agrárias paulistas que já exercia, mas em razão de considerar que a prática como

²⁸ Para trabalhos sobre os “mineiros do oito” em Jaboticabal ver algumas análises produzidas sobre essa presença e convívio social em Gebara et al (1987) e Thomaz Jr. (1984).

cortadora de cana-de-açúcar é o que colocaria comida na mesa e algo a mais para rearranjar a vida na cidade.

Seria fácil ao leitor despretensioso apontar na fala de Dalzira a possibilidade do trabalho doméstico para a sua sobrevivência (o trabalho poderia ser menos penoso, mais “seguro” para a saúde etc.). Se hoje, após a Lei das Domésticas (BRASIL, 2013), assegurada e formalizada as leis para a contratação de empregadas domésticas, atribuindo-lhes todos os direitos que qualquer trabalhador urbano registrado tem desde o século passado, as trabalhadoras domésticas que viveram anteriormente ao período, não partilhavam dos mesmos direitos – por mais que ainda hoje, a existência da legislação não implique na garantia de trabalho nesses termos e condições para todas²⁹.

Para dialogar com os campos de possibilidade de Dona Dalzira, ao mesmo tempo sobre a sua experiência para com a realidade das empregadas domésticas, trago uma memória familiar relatada muitas vezes pela minha avó. Minha avô-materna em 1957, solteira e com 17 anos, rumou da fazenda em que morava em Pitangueiras (localizada a 35km de Jaboticabal) para Jaboticabal para trabalhar como empregada doméstica e babá na casa de um gerente do Banco do Brasil. “Não haveria emprego melhor”, afirmava ela, trabalhar para uma família de destaque em Jaboticabal, ter acesso a uma vida que ela nunca tivera e nem nunca pensaria em viver na colônia de laranja em Pitangueiras.

No entanto, a experiência não lhe caiu tão bem como esperado. Morava de aluguel em uma casa de dois cômodos, o salário era pouco e muitas vezes era pago atrasado. A Dona Bertoca, minha avó, durante a minha infância narrou incansavelmente a vez que tomou os restos de mamadeira das crianças que cuidava por não ter dinheiro para comprar comida, ou das muitas vezes que preparava a comida dos patrões com fome à sombra dos olhares da patroa que negava que ela comesse da comida “da casa”³⁰.

²⁹ Em Freitas (2016) é possível notar outras decisões que façam com que as mulheres se dirijam aos trabalhos no campo em oposição ao emprego como trabalhadora doméstica. Nesse sentido, a autora ao expor as memórias de sua entrevistada Marta, destaca os traços de subalternidade, humilhações e abusos de classe vividos enquanto trabalhadora doméstica que a fez se dirigir às diárias nos eucaliptos em oposição a essa prática de trabalho urbano. O que nos leva a considerar que não só o tipo de trabalho, onde ele ocorre e condição desse trabalho está em questão, mas, fundamentalmente, que relações são firmadas nesse processo.

³⁰ O que está em diálogo aqui é entender como os arranjos de trabalho, neste caso se dirigir aos carreadores que se expressam na fala de Dona Dalzira e nas memórias de Dona Bertoca, estabelecem relações direta entre os traços de subalternidade abusiva que se apresenta nas relações experimentadas entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores. Além de entender as relações financeiras que fazem com que essas mulheres se dirijam a um posto de trabalho ou outro, é entender os enfrentamentos, as disputas e as relações de poder que atravessam o trabalho doméstico. Para mais debates acerca dos traços de subalternidade vividos por trabalhadoras domésticas, seus enfrentamentos a essas práticas e como essa questão atravessa a nossa sociedade historicamente ver: LIMA; PRATES (2019) e CARVALHO; GONÇALVES (2023).

Nesse sentido, trabalhando como empregada doméstica Dona Dalzira, assim como acontecera com a minha avó, poderia trabalhar o mês inteiro e ao final dele não receber. Como pode, uma trabalhadora que é arrimo de família, trabalhar um mês inteiro sem a garantia de receber ao final? O trabalho nos carreadores se opõe a essa dinâmica, o pagamento era acertado quinzenalmente ou mensalmente, com base na sua produção. Talvez por essa razão, cortar cana possa ser entendido, para Dona Dalzira e assim para tantas outras mulheres, a prática laboral mais efetiva, dentro de um escopo de tantas outras, para se aferir e garantir renda.

No entanto, percebemos ambivalências na fala de Dona Dalzira em relação ao trabalho na cana. Como é possível que outrora o trabalho como empregada doméstica não pagasse bem, mas após um período ele é utilizado para garantir a renda familiar? Talvez as experiências nos carreadores, tal como contrair rubéola, passar por extremas dificuldades financeiras, tenham sido elementos para ampliar os horizontes de possibilidades de Dona Dalzira. Somado a isso, com o passar do tempo e os filhos ficando mais velhos, estes também se inserindo no mercado de trabalho de forma mais efetivas e estável, ajudou com a renda familiar ou sendo independentes financeiramente – permitiram recolocar decisões e campos de alternativas, acabaram por fazer com que Dona Dalzira não dependesse de forma exclusiva do trabalho nos canaviais e, com isso, pudesse fazer investidas em outras atividades – como os trabalhos de faxineira, doméstica. Se outrora, o trabalho nos canaviais sustentava 5 pessoas, agora o trabalho doméstico sustentaria apenas duas. Se outrora, Dona Dalzira morava com os filhos e o ex-marido em uma casa de aluguel, em 1981 quando trabalhou como empregada doméstica, Dona Dalzira morou no fundo da casa de sua mãe.

Esses elementos são fundamentais para entender as tomadas de decisões e reavaliações que são feitas diante dos dramas e controvérsias que permearam a vida de Dona Dalzira ainda nos canaviais, onde permaneceu até meados de 1986. Essas mudanças, essas alterações nos sentidos empregados ao trabalho como cortadora de cana trazem para nós a noção das constantes ampliações ou tentativas de ampliações dos campos de possibilidades, com constantes reformulações que os sujeitos realizam ou esperam realizar ao longo da vida.

Acredito ser importante retomar algumas colocações. As ações tomadas pelos sujeitos, não são previsíveis, altamente estruturadas e com lógicas aparte dos sujeitos. Compreender as ações, os projetos e as dinâmicas de movimentação em busca de postos de trabalho, de cada sujeito até então analisados não nos fornecem as respostas e a lógica necessária para que empreguemos isso aos demais trabalhadores da cana. Cada um dos sujeitos, observa e toma as suas decisões do frigidar da vida, com base nas suas aspirações, naquilo que almejam e dialogam como valoroso ou não.

Por fim, acredito que haja necessidade de colocar em evidência um processo muito particular que acomete os sujeitos aqui entrevistados quando os mesmos rememoram para mim o seu tempo na cana e fora dela. A seguir trago alguns trechos para que seja possível terminarmos, por ora, pensando nessa questão:

Olavo: Eles ficavam sempre perto?

Vera: Não, eles largava nós e ia embora **[risos]**. Às vezes o Seu Nerson **[ex-patrão]** ficava olhando, conversando, ele contava bastante causo. Depois nós pegava pra ir... mas às vezes quando ficava sozinho... eles confiavam. Mas eu pegava no pé dos meninos também, “se você não pegá no serviço eu vou falar pro Seu Nerson que foi ucês que não trabaio heim?!”, cê acha que eu ia dedar? Mas em mim eles confiava. Até hoje considero ele como um pai pra mim nossa... sempre trabalhei lá... quando o meu marido morreu **[1984]**, nossa, tanta coisa...

Olavo: Legal pensar isso né?!

Vera: Quando eu trabalhava na fábrica **[de 1994 a 2020]** contava sempre essas coisas pra meninas, elas ficavam “Nossa Dona Vera a senhora sofreu”, eu falava “Não é que eu sofri, vocês que tão na mordomia agora, vem trabalhar aqui no limpinho, né?! Tudo no limpinho, eu trabalhei na roça, “fiz isso” falava em cima das máquinas, cortei cana”, elas falava, “Deus me livre, não sei nem o que **[é]** isso”, elas falava (VERA, 2021).

O que, por vezes, acaba passando despercebido para nós quando nos debruçamos na análise desses trabalhadores, e a vida que perpassaram quando estavam envolvidos com os carregadores, é entender como esses sujeitos carregam essa experiência como uma marca de superação. Esse ideal de superação que é notado nas falas desses trabalhadores é oriundo de uma percepção que se baseia em notar que, apesar da fome ou limites de alimentação, apesar dos esforços físicos, apesar dos perigos que se encontravam nos carregadores, há o reconhecimento da superação de um processo tão desigual e de exploração vivido no eito.

Nesse sentido, a superação é sentida e demonstrada a partir da possibilidade da construção de alternativas, de processos que visualizam na família e no que experiencia hoje, da superação de uma condição que se apresentava inicialmente e que se contrasta com a vida atual. Essa superação, esse orgulho, pela sua longevidade, sejam no caso de Seu Ademir que afirma constantemente que tem “*experiência de vida*”, de Dona Aparecida que “*não perde um dia de serviço*”, ou de Dona Vera que se vangloria para colegas de serviço (e para mim também), tudo isso não é oriundo apenas da sabedoria que a vida lhes proporcionou.

Essa valoração constituída como superação é proveniente do mesmo motivo que me fez escrever essa dissertação e está fazendo o leitor dispendar tempo à leitura das análises feitas por mim: eles têm ciência do quão dura a vida lhes foi (e ainda lhe pode ser), do quanto perderam e do quanto deixaram de ganhar e desfrutar por terem se dirigido aos canaviais e, por essa razão, valorizam seu percurso e suas tomadas de decisões. Por essa razão, apontam as conquistas e

imagens do presente ainda que em detrimento dessas relações e durezas do passado, de suas próprias sobrevivências fraturadas.

A caracterização, o diálogo com as experiências perpassadas pelos sujeitos trazidos à tona no momento da entrevista geram rememorações das posições e imposições que reconheceram frente à realidade que tomavam parte. Ao se confrontarem comigo, um sujeito que estava em busca de retomar suas vivências dos tempos nos canaviais, acabei colocando em destaque a sua autoridade e imagem atual, não só como aqueles que trabalharam, mas como aqueles que sobreviveram, apesar das difíceis e complexas relações que se apresentaram para eles.

CAPÍTULO 2: ENTRE A IGREJA, O BAR E O BAILE: VALORES, FAMÍLIAS E TRANSVERSALIDADES NAS MEMÓRIAS DE TRABALHADORES NA CANA.

“Crianzinha 10 horas vai dormir
Os maloqueiro vão se arrumar
As cheirosa, se troca, põe o kit
Que já, já o paredão vai chegar
Traz o gold do verde, do alecrim
Dá aqui, xô dichavar que eu vou bolar
Na barraca da frente vende o drinque,
Se tu quer loló, pode mandar buscar!”
(MC PP da VS)

Início o segundo capítulo com a música “Ao som do paredão” do MC PP da VS pois acredito ser a melhor forma para iniciarmos aquilo que quero explorar nessas páginas. Pretendo explorar as controvérsias envolvendo aspectos da sociabilidade, visibilidade e laços afetivos que certos trabalhadores enredam a partir de seus valores e expectativas.

A música trata de aspectos muito interessantes e fundamentais: espaços de sociabilidades, valores e representações. Assim, o álcool, as drogas, a sexualidade e o crime, se constituem com uma coisa só que representa não só o que o autor quer transmitir como sendo a sua realidade, mas essencialmente como se constitui o masculino para esse sujeito. Poder beber do *drink*, usar do *loló*, fumar o *verde do gold*, essencialmente poder ter, é a constituição de um imaginário que acaba por delimitar uma masculinidade que nasce da abundância em oposição à escassez – assim, o masculino se assenta não só na ideia de poder, mas de prover também.

O baile, um dos espaços de sociabilidade da periferia, é repleto por essas representações que se baseiam no excesso. Assim, é no ritual que permeia a ida ao *paredão*, esse espaço de sociabilidade tão imbrincado de sentidos, aromas e sabores, que a favela se organiza para a desordem. Mas, repare que há um momento para essa desordem, não é – como diria a minha mãe – “uma [a]narquia”. “*Crianzinha 10h vai dormir*” é a ordem que existe pressupostamente dentro desse sistema, sabe-se que há um desregramento ali e esse desregramento não é para qualquer um, há pessoas, sujeitos, que não devem ser incomodados, que não devem fazer parte desse universo, tão simbolicamente construído e alicerçado dentro das relações de poder que ocorrem naquele espaço. Ao mesmo tempo, há valores que impelem que esse desregramento ocorra a qualquer momento – que acabam por impor uma ordem para a desordem.

Muito o que esse capítulo quer traduzir é como os trabalhadores, a partir das suas experiências, constituem seus valores, tomam as suas decisões, se mobilizam e se articulam em

torno daquilo que valorizam, que vêm como viável e como possível dentro de seus horizontes de possibilidades e da materialidade que se apresenta a eles.

Para retomar questões deixadas no capítulo passado e introduzirmos outras novas, retomo parte da conversa com Seu Dejair, quando lhe indagava sobre os corpos dos trabalhadores da cana. Em grande medida, temos aí algumas sugestões que colocam em evidência outros pormenores dentre os já destacados até aqui:

Olavo: Eu gosto de pensar... era gente forte ou era gente mais magra?

Dejair: Era gente mais magra, um pessoal muito judiado, muito serviço né?! Eles se desdobrava pra ganhar um dinheiro a mais né?! (DEJAIR, 2023).

Novamente percebemos como ser um “*pessoal muito judiado*” exprimia uma condição de trabalho extenuante e de intensa exploração, o qual deixava marcas não só na trajetória, mas nos corpos dos trabalhadores frente à sua limitação de renda e alimentação, em prol de “*ganhar um dinheiro a mais*”. A sensação de receber apenas frente à sua produção, acaba por injetar nos trabalhadores uma necessidade de levar ao máximo a sua capacidade física para aumentar a sua produção.

Essa dinâmica de esforço físico ligado a uma dieta empobrecida (vide o caso de Seu Ademir) e demais problemáticas referente à precarização do trabalho (tal como Dona Dalzira elencou) acabam por fazer com que os trabalhadores que se vincularam a tal atividade da cana expressem ambigualmente força e fragilidade física simultaneamente – por serem magros, suscetíveis a doenças e correrem certos riscos de acidentes tanto no manejo dos equipamentos e no corte da cana, quanto com animais peçonhentos, transporte etc. Daí percebê-los como sujeitos que lutavam diariamente pela sobrevivência enquanto superação dessa realidade³¹.

Esses debates nos levam a seguinte afirmação: o trabalho nos carregadores era difícil, árduo e perigoso, mas ainda assim encontrava (e ainda encontra) adesão – o que nos leva a pensar sobre como essas pessoas estão vivendo para que considerem tal condição uma alternativa. Acredito, e espero que o leitor também acredite, que qualquer que seja o sujeito que se dirigiu ou irá se dirigir aos canaviais tem ciência de grande parte das problemáticas envolvidas nesse trabalho. No entanto, o que os fizeram permanecer ali?

Para tentar responder essa questão acredito que seja importante pensar como a remuneração era um fator fundamental para os canaviais tornarem-se um campo de

³¹ A saúde e o adoecimentos dos trabalhadores do eito foram palco de muitos estudos e debates acadêmicos e trabalhistas. Na tentativa de destacar alguns dos olhares para essa questão ver: CORRÊA, I. M. et al. (2003); ABREU, D.; et al. (2007); VALENÇA, V. (2007); ROCHA, F. L. R. (2007); RUMIN, C. R. et al. (2008); FRANCO-BENATTI, D. M. (2016); REIS, T. (2018).

possibilidades para os trabalhadores, bem como sua proximidade (na exaustão e nos modos de exploração) com outras atividades exercidas e/ou reconhecidas por esses sujeitos ao longo da vida não os trazia tamanho estranhamento com esse ser mais um dos postos de trabalho possíveis. Ao contrário, faz com que essa atividade se mantenha como um caminho para aferirem renda – por um tempo ou por toda uma vida.

Para tanto, julgo ser necessário trazer elementos da experiência de Seu Dejair que traz sua percepção acerca dos trabalhadores da cana. Como dono de bar e, principalmente, de ponto importante de parada de cortadores de cana entre os anos de 1988 e 1992, Seu Dejair traz consigo falas e memórias instigantes para a análise que me proponho nessa dissertação.

Falar sobre o bar do Tio Jair é uma dificuldade. No entanto, a complexidade existente nesses espaços de sociabilidade que, por vezes, são entendidos como espaços de desregramento e vícios³², acabam atraindo um historiador boêmio como eu pelas questões que perpassam esses territórios sociais de convivência. O bar não era um bar qualquer – assim como todo bar não o é – ele carrega todas as suas especificidades, suas características³³.

As questões que perpassam o bar do Tio Jair, para essa dissertação, estão intrinsecamente ligadas com a exploração cometidas aos sujeitos que o frequentavam, bem como ao modo como seu Dejair se via como ex-cortador de cana, agora atendendo essa clientela.

Vejamos os apontamentos de Seu Dejair:

³² Partindo de outras experiências historiográficas acerca desses espaços de sociabilidade, percebo que Sidney Chalhoub, em “Trabalho, lar e botequim”, ofereça uma alternativa, um olhar que caiba recair sobre esse espaço. Em sua dissertação, o autor tenta dialogar como os botequins da viragem do século XIX para o XX eram percebidos e entendidos pelos grupos hegemônicos enquanto locais problemáticos, visto que abrigavam os trabalhadores tanto em momentos intraturnos quanto nos contraturnos, gerando hábitos de sociabilidade que eram incompatíveis com os desígnios patronais da época. Para o autor, a categorização do bar, do botequim e do quiosque, como lugar de vícios e de corrupções, é uma construção sistematizada e bem alicerçada, pelas elites afins de estabelecer e controlar modos de sociabilidade dos trabalhadores que não afetasse as produções capitalistas do começo do século XX. No próximo capítulo abordarei de melhores perspectivas esse espaço de sociabilidade e de como se organizavam essas relações sociais ali.

³³ A sua localização quando foi aberto em 1988 se dava no entroncamento de duas vias muito importantes – a Avenida Dr. Elias da Rocha Barros, que acaba por ser o escoamento de quase toda a região Nordeste de Jaboticabal sentido Rua Rui Barbosa (centro comercial) e a Rua São João, que serve como escoamento de quase toda a movimentação urbana de Jaboticabal da Avenida Carlos Berchieri (Marginal) para os bairros Centro, Aparecida, Barreiro, Sambra, COHAB IV (em sua maioria bairros da classe trabalhadora). Entretanto, o bom andamento do bar nos anos subsequentes à sua abertura (1988) não diz respeito apenas à sua localização simplesmente, mas à historicidade da qual fez parte e, portanto, quem era a clientela que atendia. Em uma cidade com poucos mercados, na qual o pagamento havia de ser feito na hora, aliada a uma temporalidade na qual o crédito não existia como objeto, mas como moral, o bar de Seu Dejair funcionava quase como uma Meca durante as manhãs e tardes, pelos trabalhadores da cana. Afinal, como um trabalhador que se dirigia de outro estado para Jaboticabal, ou de outra cidade, durante os períodos da safra de cana-de-açúcar, haviam de gastar para sua manutenção? A possibilidade desse trabalhador tornar-se inadimplente ao retornar a sua terra natal escasseava as possibilidades de compra à crédito por esses sujeitos – futuramente tratarei mais demoradamente nesse tópico – porém, a compra casada no bar (direta com o intermediador/empreiteiro) em grande medida respondia à sua rotina de gastos – uma vez que o Bar do Tio Jair era quase uma mercearia, com o de tudo um pouco para atender essa demanda.

Olavo: Eles [cortadores de cana] falavam dessa vida deles? De sair de lá...

Dejair: Ele falavam né?! Porque tinham muitos que tinham até sítio pra esses lados **[Paraná, Minas Gerais e Bahia]**, mas era tudo morro, não produzia. Então eles vinham pra cá **[em 1988 na época da safra]**, ganhava um dinheiro e mandava pra lá, vinha trabalhando aqui e mandava pra lá...

Olavo: Chegava a fazer um dinheiro bom tio? Cê acha?

Dejair: Ganhava, ganhava bem, o pessoal que trabalhava bem, que era bom de cortar cana, por exemplo, ganhava bem, e eles economizavam, eles tinham uma vida bem regrada

Olavo: Não tinha muita coisa...

Dejair: Não tinha quase nada né?!

Olavo: Entendi

Dejair: Eles mais trabalhavam, comiam e guardavam dinheiro. Guardava um dinheirinho pra levar pro sítio.

[...]

Olavo: Quanto que um cara bom conseguia fazer tio? Cê tem mais ou menos noção?

Dejair: Ah... eu já não mais, quanto eles tirava... não dá pra saber porque né...

Olavo: Chegava a fazer uns três salários ou não dava isso?

Dejair: Ah não dava... tinha alguns que até conseguia, mas era minoria, aqueles mais fraquinho... os mais fortes que era mais fuçado no serviço, esses ganhava bem. Hoje um cara daqueles na usina, se fosse hoje, ele taria ganhando de 4 a 5 mil por mês, esses cara trabalhador, fosse hoje... na época hoje... esses cara era bom. Hoje não tem mais, portanto era esses cara que ficava bem de vida, era os cara que trabalhava e não era cara que ficava no bar, vinha comprava as coisas e ia embora. Tinha um pessoal que trabalhava no horto florestal, que gastava comigo, que lá o que eles ganhava, eles gastavam... guardava nada, o que ganhava gastava. Chegava de tarde ficava no bar até sete, oito horas da noite, no outro dia cedinho tava no bar, no outro dia de tarde tava no bar... (DEJAIR, 2023).

Nesse sentido, surgem questões, análises e percepções que são fundamentais para entender como o bar deve ser entendido nesse conjunto de relações: como Seu Dejair percebe e entende o que é um bom trabalhador? Como o frequentar o bar se torna um desregramento da vida, inclusive na leitura dele, o dono do bar?

Ao fazer essas questões procuro entender como se constitui um leitura social que também se propõe vigilante do que seja um bom trabalhador da cana e, ao mesmo tempo, como essa reflexão é posta em xeque a partir de desregramentos valorados por seu Dejair – ou mesmo indo além, observando como esses desregramentos podem ser entendidos à luz da exploração acometida por esses trabalhadores, como forma de desprender-se (mesmo que em poucos momentos) da possível racionalidade do que foi fazer naquelas terras paulista, ou seja, trabalhar e juntar dinheiro.

Logo após sair da entrevista com Seu Dejair, conversei com o meu pai – antigo frequentador do bar, narrei para ele como foi a entrevista e o questionei sobre alguns pontos, principalmente sobre o “Tio Jair” (sua história pregressa, seus “rolos” e a característica

comedida do Tio – escuta, analisa, solta risadas de fundo, tece comentários oportunistas e piadas engraçadas, características que lhe fazem ser um barista tão bom e sociável). Lembro-me de lhe falar “o tio falou que os caras [trabalhadores da cana] iam, bebiam uma cerveja e iam embora...” – para mim, no auge da minha juventude, o bar não é um lugar de uma breve passada. Mas, por que essa restrição de falar dessa ambiência e convívio social?

Seu Carlos, meu pai, respondeu-me de forma quase analítica o que quero expressar aqui: “Olavo, esses caras [trabalhadores da cana] não queriam saber de muita coisa, eles queriam tomar uma cerveja e ir pra casa. Se ficasse muito tempo no bar, acordava cansado, não trabalhava bem no outro dia e assim ia. O cara toma uma cerveja, não pra ficar alegre, mas pra ficar menos cansado.”. E complemento, e precisa ser regrado para que se consiga tomar uma outra se não todos os dias, mais alguns dias na semana.

Na fala de meu pai, assim como de Seu Dejair, há convergências muito sintomáticas, pois, ambos foram trabalhadores do negócio da cana quando mais jovens. Ambos entendem e percebem a exploração que acomete esses sujeitos no eito. Ao mesmo tempo, ambos, não falam de si – mesmo que em grande medida falem por meio do que dizem de outros. Será por que não querem ser considerados com a imagem de um trabalhador da cana?

Nesse sentido, “passar no bar e tomar uma cerveja”, não é um desregramento da vida – nem para o meu pai, nem para Seu Dejair. Os vícios – até certo ponto –, que tem a sua materialização sistematizada no bar, são entendidos como uma pausa frente às pressões de classe. Sabe-se que o trabalho é árduo, entende-se que a exploração acometida é grande e que o trabalhador tem direito aos escapismos da vida, pois são eles que o mantêm, inclusive, no eito da cana no outro dia.

Ao mesmo tempo, o desregramento desse tipo de enfrentamento é questionado. Seu Dejair aponta críticas aos trabalhadores do Horto Florestal por gastarem tudo o que ganham no bar. Seu Dejair questiona a conduta desses trabalhadores porque há, para ele, um limiar entre o aceitável e o questionável – e não é um limiar criado arbitrariamente, é uma reflexão gestada na própria forma de perceber e entender a realidade que permeia o trabalhador da cana.

Seu Dejair, percebe as demandas que são criadas por pressões de classe dos que vieram de fora do estado de São Paulo (sustentar a família, sair de um estado e migrar para outro em busca de trabalho, enviar uma parcela do salário e se virar com o que sobrar). Sua narrativa leva em consideração esses elementos para tecer os seus posicionamentos e, assim, definir e eleger um modo de vida que deve ser levado e um posicionamento acerca das condições e ações desse trabalhador frente a essas dinâmicas em que estavam inseridos naqueles fins da década de 1980.

Essas reflexões não são gestadas de forma superficial, elas se apoiam nas experiências de Seu Dejair. Existem outros indícios que devem ser levados em consideração para que possamos entender como a análise de Seu Dejair, acerca dos cortadores de cana, muito se baseia na sua experiência como trabalhador da cana. Quando Seu Dejair se refere ao salário de um bom cortador de cana afirma que: “*Hoje um cara daqueles na usina, se fosse hoje, ele taria ganhando de 4 a 5 mil por mês*”. Isso não faria de Seu Dejair um trabalhador menos capacitado frente a esses que ganhariam “*de 4 a 5 mil por mês*”, visto que ele fazia apenas “*uma graninha*”? Para entender as falas e os posicionamentos dele sobre os trabalhadores da cana, é necessário fazer uma recapitulação.

Seu Dejair em 1966, então com 15 anos, após o pai ficar sem emprego na propriedade rural, dirigiu-se aos carregadores de cana junto com o seu irmão mais velho (meu avô) para “*fazer uma graninha*”, mas não apenas para isso, há lacunas abertas que podem ser exploradas de forma mais profundas pela relação de parentesco que traço com Seu Dejair – ou, nesse momento, com o Tio Jair.

Nas diversas vezes que ouvi meu avô falando de seu pai (o primeiro Olavo da família), ou do meu pai falando do seu avô, um elemento em comum era: o salário, toda a renda alcançada, inclusive a que era fruto do trabalho dos filhos, era entregue ao meu bisavô e apenas uma parcela irrisória ficava com aquele que trabalhava.

Então, já é possível compreender que o termo “*graninha*”, para Seu Dejair, tenha relações com esse fato de apenas uma pequena parcela do salário ter sido realmente dele. Ao mesmo tempo, é possível compreender a sua identificação como aquele trabalhador que enviava dinheiro para a sua família em outro estado e como isso é percebido por alguém que também tinha que entregar a maior parte do seu ganho para outro. Então, sua atividade como cortador de cana-de-açúcar traçava relação direta com a subsistência da sua família e, é claro, que ao rememorar a prática desses sujeitos vai buscar uma ligação direta com as suas experiências.

Não é possível distanciar Dejair e as suas percepções dos trabalhadores da cana visto que essa prática se constituiu em um momento importante da sua juventude, vendo-se como trabalhador da cana e com condições limitadas de autonomia sobre o que fazer e como gastar sua renda.

Para dar continuidade acerca dos valores que permeiam os trabalhadores da cana e de suas percepções acerca do trabalho e introduzir tantas outras questões, trago trechos da entrevista de Dalzira (2022), para que haja a possibilidade de nos aprofundarmos, percebermos suas angústias e as articulações em um momento chave de sua vida. Assim vemos:

Olavo: Quem que ia ser químico?

Dalzira: O pai dos meus filhos, o Dito. Mas ele não quis ficar lá [Fazenda do Balbo] porque era 12km de longe da cidade, e ele era muito mulherengo e queria ir pra cidade e lá de sábado e domingo ninguém ia pra cidade. Um ia jogar bola, outro ia jogar baralho embaixo das árvores, mas pra ele não tava bom, ele queria vir embora de lá porque aquela vida não servia pra ele. Aí ele parou de trabalhar mesmo lá na fazenda, aí onde eu não tinha comida pra por na panela, porque ele não trabalhava...

Olavo: E você não trabalhava....

Dalzira: Lá não tinha como eu trabalhar

Olavo: Aham

Dalzira: Era longe da cidade...

Olavo: E ele ganhava bem né? Ele era químico da usina...

Dalzira: Ele ganhava muitíssimo bem só que não fico por causa disso. Aí ele saía de casa tipo quatro e meia, cinco hora da manhã e zarpava pro gerente da usina não encontrar ele. Aí o Anselmo, o Anselmo, ia lá em casa falar “Dalzira, fala pro Dito me esperar amanhã que eu preciso falar com ele, ele vai ser chefe dentro da usina além de químico, vocês vão morar naquelas casa linda lá da sede”, eu falava “Anselmo, eu falo mas ele não fica, se você falar que vem amanhã as 5 ele sai as 4 se você falar que vem as 4 ele vai sair as 3” (Dalzira, 2022).

O que há de ser entendido nesses trechos que é caro a esse momento da pesquisa é entender os desarranjos, os conflitos morais que perpassam essa mulher frente aos modos de vida que estão sendo postos a prova, que estão sendo questionados e que estão em conflito. Assim, o que deve ser debatido, questionado e refletido, frente as experiências de Dona Dalzira são as dinâmicas que acabaram por fazer com que essa mulher se mantivesse nessa relação, se tornasse provedora da família e se desvinculasse desse ex-marido – em meio a todas as mazelas e imprevisibilidades da vida.

Para tanto, acredito ser necessário definir aquilo que entendo como moralidade. A partir da leitura da tese de doutorado de Sarti (1994), “A família como o espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo”, na qual trata sobre como os valores e o confronto de moralidades se apresentam para trabalhadores na cidade de São Paulo, traço e correlaciono tal percepção com os propósitos da minha pesquisa.

Assim, percebo moralidade como um conjunto de relações sociais que acabam por atribuir formas de padrões de vida e condutas. Dentre uma gama de relações (ultrapassando os limites do trabalho, da família e da comunidade – que por vezes se confundem e se entrelaçam), acabam por significar e dar sentido ao que os sujeitos percebem como valorosos (ou não) e significativos (ou não) em suas vidas. Dessa forma, os valores, acabam por influir nas condutas e nas percepções que os sujeitos traçam em torno de si, dos seus e dos outros – influenciando em uma ordem moral (SARTI, 1994).

Ao estabelecer um padrão relacional – uma tipificação de como é e como deve ser – dos membros de uma família, de uma comunidade, ou até de um bom trabalhador, acaba-se por criar uma padronização daquilo que se espera dos sujeitos. Assim, essa ordem moral que é tradução de uma padronização das condutas sociais, acaba por criar tipificações acerca dos posicionamentos dos sujeitos dentro de uma família, do trabalho ou até de uma comunidade. Assim, a ordem moral acaba por ser uma complexa gama de relações e padronizações das formas de agir, ser e se posicionar dos sujeitos.

Seria fácil, e até redundante, refletirmos que a relação entre o casal se baseava nas escapadelas de Seu Dito e nas abstenções e perdões de Dona Dalzira. A fala de Dona Dalzira: “*lá não tinha como eu trabalhar*”, remete a questão da ausência de postos de trabalho na Fazenda como também a uma rede de apoio próxima a ela. Assim, a distância da Fazenda à Ribeirão Preto (12km), acabava por limitar a quantidade de postos de serviço no horizonte de Dona Dalzira, ao mesmo tempo, a distância de redes de solidariedade que pudessem cuidar de seus filhos quando dona Dalzira se dirigisse a postos de trabalho, dificultaria a movimentação em busca de postos de serviço na própria Fazenda. Assim, a situação em que Dona Dalzira se encontrava não lhe era inerente, mas produto de um percurso que lhe atrelava esse papel estático e submisso às *bagunças* de Seu Dito.

Há a necessidade da recapitulação, da compreensão das minúcias que acabaram por dificultar e tornar mais penoso a quebra do vínculo familiar. Assim, a partir das narrativas orais é possível compreender um pouco mais da história de Seu Dito e Dona Dalzira.

Entre 1974 e 1980, Seu Dito ocupava o cargo de químico na destilaria da Fazenda do Balbo, localizada no município de Ribeirão Preto. Por mais que Seu Dito fosse um trabalhador da cana, o *status* como químico acabava o diferenciando dos demais trabalhadores. Trabalho técnicos ou que exigissem uma qualificação do tipo “saber fazer”, acaba por gerar nesses sujeitos sentidos e significados muito próprios. Soldadores, tratoristas, químicos e tantos outros trabalhadores, acabavam por trabalhar em regime contínuo dentro das destilarias, tinham carteira registrada e benesses frente aos demais trabalhadores da cana (recebiam uma casa na usina em um lugar bem-posicionado, os filhos tinham direito a estudar na escola da usina, entre tantos outros benefícios).

A fama extraconjugal de Seu Dito pode ter crescido, podendo ter atingido outros espaços, outras destilarias e até outras usinas – nenhum empregador havia de querer um funcionário que perde dias de serviço em busca dos prazeres da *carne* – cá está o vício em *muié* e em *bagunça*. A busca de Anselmo por Seu Dito, o desemprego que atinge Seu Dito no momento anterior e posterior ao retorno na cidade demonstra isso. Acredito que os modos de

vida que se desenhavam frente a Seu Dito na destilaria eram modos de vida que não condiziam as suas expectativas, as suas demandas como pessoa. O status financeiro que recairia a Seu Dito e a família caso subisse de cargo – muito presente nas memórias de Dona Dalzira ao narrar “*vocês vão morar naquelas casa linda lá da sede*” – não era substanciais, não eram significativas a esse estilo de vida que Seu Dito almejava para o seu futuro.

É possível pensar que a reinserção de Seu Dito no mercado de trabalho se tornava uma questão mais profunda, pois havia valores em jogo. Aceitar trabalhos não tão valorosos (que não remunerassem tão bem ou que não tivessem o mesmo prestígio social – para ele e para os demais), em comparação ao antigo trabalho como químico, seria uma constatação, para Seu Dito e para os demais, de que o desemprego derivava de problemáticas que não lhe traziam um reposicionamento social. Acredito que esses fatores tenham feito com que Seu Dito continuasse desempregado durante o momento que antecede e precede a ida de Dona Dalzira aos carreadores.

Assim trago mais um trecho da fala de Dona Dalzira, continuação do trecho apontado acima, assim vemos:

Olavo: E o seu ex-marido na época [1980] fazia o que?

Dalzira: Meu ex-marido na época [1980] só batia rua, ele não trabalhava não...

Olavo: [Risos] o que é bater rua?

Dalzira: Bater rua é não trabalhar, só andava vestido de Elvis Presley, bem arrumado...

Olavo: Bunito...

Dalzira: Bonito, chique e a besta aqui [Dona Dalzira], né?! Não tinha o que comer pra dar pros filhos, aí aqui em Jaboticabal, mesmo assim, eu tive que ir pra roça pra modo da gente não passar fome [...]

Dalzira: Nunca bebeu, nunca pois uma cerveja na boca dele, nunca.

Olavo: O vício dele era muié...

Dalzira: O vício dele era muié e bagunça

Olavo: Risos

Dalzira: Cê acredita? O cara nunca bebeu na vida? Mas ele era o Elvis Presley, não tinha jeito!! Ele andava igualzinho... (DALZIRA, 2022).

Até então, Dona Dalzira cuidava dos filhos e da casa (ofertada pela destilaria). Por escolhas malfeitas, planos mal executados e/ou pela sua vida extraconjugal muito atribulada, Seu Dito acabou sendo mandado embora e novos arranjos foram traçados e outros tantos foram rompidos – tanto para Dona Dalzira, como para Seu Dito – que acabaram por alterar a dinâmica familiar e os papéis sociais até então bem desenhados. Esses papéis sociais são presentes no artigo de Romanelli e Bezerra (1999), que exploram trabalhadores migrantes da cana em Sertãozinho-SP, assim vemos:

a masculinidade é definida a partir da esfera pública, à medida que os homens devem participar do mercado de trabalho, para cumprir sua função de provedor, enquanto a feminilidade é caracterizada pela relação de apego e de cuidado com os outros. Como consequência, o trabalho - em oposição ao ócio - define as qualidades do homem e do marido ideal, enquanto as mulheres devem ser responsáveis pela manutenção das relações no interior da família e dos vínculos com os parentes (ROMANELLI; BEZERRA, 1999, p. 84).

Dessa forma, a construção desses supostos papéis sociais, tanto masculinos como femininos, são formas de pressionar certa reprodução de modos de vida, que até parecem muito bem desenhados para Seu Dito e Dona Dalzira olhando ao longo – mas, são sentidos atribuídos à vida, significativos e valorosos, defendidos e projetados por ambos a partir de reproduções em parte naturalizadas em seus modos de vida, como se já consolidados para ambos, mas, ao mesmo tempo, em pleno processo de avaliação e reformulação. A partir do confronto com outros modos de vida, suas práticas e leitura do social são questionadas e alteradas frente às urgências da vida, então, novas demandas são postas à prova, são elaboradas e reelaboras frente aos percalços vividos. O desemprego, experimentado por Seu Dito, em conjunto com o “cair na cana” por Dona Dalzira, recolocam os papéis sociais até então conformados para esses sujeitos, alterando a dinâmica familiar e o modo como se relacionam dentro e fora de casa.

Ao perceber essa nova dinâmica familiar que se estabelece após a saída de Seu Dito da destilaria, Dona Dalzira toma para si (ou lhe é colocado como pressão) o sustento da família ao se dirigir ao eito da cana. Se outrora Dona Dalzira expressava o papel de mulher submissa e atrelada ao cuidado da casa e dos filhos (por estar em uma estrutura social que lhe limitava movimentar em busca de outros postos de serviço) e Seu Dito era visto como provedor da casa, com a demissão, esses novos arranjos são alterados – mas não igualmente, Seu Dito não se torna responsável pelo cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos.

Assim, vemos em outra passagem como apresenta tal leitura dessas mudanças:

Dalzira: E de lá [Santa Teresa] eu vinha trazer a Viviane, pra Daura minha irmã olhar, aqui na Sambra [2,4km] e eu tinha que pegar o caminhão aqui na Sambra cinco hora, tinha que sair de lá... umas 4 e pouco vinha trazer ela na Sambra...

Olavo: Ali onde a Tia mora ainda?

Dalzira: Onde ela mora ainda, mas é longe do Marconato

Olavo: É sim...

Dalzira: Pra caramba! Eu morava pra lá ainda do Marconato. Eu vinha, trazia ela ali a Daura olhava ela pra mim, eu chegava em casa correndo e ele [Dito] não vinha buscar ela pra mim, não trabalhava e também não vinha buscar ela

Olavo: Não fazia nada?

Não... ai eu chegava em casa tomava banho, fazia comida, ensaboava roupa e vinha buscar ela (Dalzira, 2022).

Dona Dalzira, ao rememorar esse momento questiona, atribui sentidos e valores às condutas e ao modo de se posicionar de Seu Dito, não só frente aos filhos e à esposa, mas também aos demais sujeitos com quem se relacionavam – ficava a cargo da irmã de Dona Dalzira o cuidado de Viviane. Esses questionamentos de Dona Dalzira não se originam ao vento, mas desse processo relido na atualidade frente à falta de compromisso e parceria em momentos tão sensíveis como esse, onde a troca de papéis sociais parece não dar conta de expressar esses sentimentos e pressões – mas, tal como uma fagulha de cana que só cai em momentos específicos do ano, esses posicionamentos só poderiam ocorrer quando esses antigos modos de viver já estão assentados em novos e permitem conduzir tais avaliações. Assim, quando essa mudança nas relações e nos significados construídos sobre elas, surgem as críticas, as demandas de mulher trabalhadora e arrimo de família frente ao marido desempregado que não se preocupa com a criação dos filhos ou com as urgências do dia a dia.

Assim, ao rememorar “*nem trabalhava e também não vinha buscar ela*” é uma construção da memória que se baseia nos modos de vida que Dona Dalzira valorava e valoriza, no seu parceiro e pai de seus filhos revendo esse percurso hoje, onde considera ter uma narrativa para expressar como construiu esse percurso a duras penas, mas ficou para trás – mais adiante tratarei dessa relação entre Dona Dalzira e Viviane, acredito que há pontos a serem fechados primeiro no que tange à sua relação com seu Dito.

Assim, ao caracterizar o ex-marido como *Elvis de Jaboticabal*³⁴, Dona Dalzira faz uma reflexão do passado, com vistas no presente, a partir de um posicionamento moral que acaba por estabelecer um modo de ser para Seu Dito. O levantar de penas de um pavão, esse cortejo que é, sem ser, é uma percepção que Dona Dalzira estabelece e traça para o ex-marido. Esse posicionamento, acaba por atribuir valores, sentidos e significados que põe em xeque a conduta de Seu Dito como um bom marido/pai. Dessa forma, Seu Dito é caracterizado como aquele que não se preocupa com os filhos, com a família e nem com a própria esposa. Ao mesmo tempo, esse posicionamento de Seu Dito é um indicativo da conduta e posicionamentos de Dona Dalzira frente à relação.

Se outrora, havia uma condição que fazia com que Dona Dalzira aceitasse as *bagunças* de Seu Dito, com essa nova organização, com essas redes de apoio, essa condição se esvai. No

³⁴ Um ponto muito significativo é entender o motivo que faz com que Dona Dalzira acabe caracterizando o ex-marido de Elvis. É pelo cabelo? Pelo maxilar quadrado? Ou é a figura masculina mais caricata que pode representar uma conduta destoante daquela comumente encontrada em sua sociabilidade? O rosto, o jeito, o modo de se vestir do Elvis, o verdadeiro não aquele de Jaboticabal, muito se diferenciava do modo como os homens da sociabilidade de Dona Dalzira. Quando Dona Dalzira acaba caracterizando o ex-marido como Elvis, ela não só atribui um jeito de ser para Seu Dito, ela também o diferencia dos outros homens que conhece. Ao caracterizá-lo assim, ela aponta para um conjunto de características não só físicas (o cabelo, o jeito de vestir e andar), mas também sexual e moral.

entanto, Dona Dalzira ainda permanece na relação. O que há para se refletir é que Dona Dalzira permaneceu na relação, por mais atrituosa que fosse, por gestar valores, que eram refletidos as luzes dos modos de vida que Dona Dalzira entendia e valorava frente a sua realidade – ela sabia das imposições sociais que lhe recairiam caso houvesse o fim do relacionamento, a reputação de *mulher solteira*, poderia ser mais negativa do que a reputação de uma mulher traída.

Essa concepção tradicional de família, que é centralizada na figura do homem e da mulher (respectivamente, provedor e cuidadora), sintetiza e significa a existência daquele núcleo familiar – não só para os membros daquele núcleo, mas socialmente. Quando Seu Dito não desempenha esse papel de homem-provedor, a sua presença ainda é tida como importante – agora não mais como o provedor de bens materiais para a casa, mas como articulador de um modelo familiar. Essencialmente, a desvinculação “consentida” de um dos membros desse núcleo põe fim a essa estrutura. Assim, se optasse pela separação (por mais que ela possa ser considerada como emergente para nós), Dona Dalzira poderia perder não só as articulações sociais que eram provenientes da relação (o seu *status* como mulher casada, as suas articulações com outros núcleos familiares – vizinhos, amigos...), mas também toda a estrutura daquilo que considerava como família.

Assim vemos outra passagem, que marca o fim do relacionamento de Dona Dalzira com Seu Dito:

Dalzira: depois eu saí da casa do meu tio, meu pai... falou assim “vou ponhar vocês pra morar lá perto de mim” e veio aqui pra rua São João, na Sambra, 2297 a casa, nós viemos pra Sambra meu pai falou “ponha lá perto, lá perto de nois quem sabe ele **[Seu Dito]** melhora” mas meu pai enganou. Porque aí eu morei ali 6 meses, meu pai alugou a casa pra gente, ele **[Seu Dito]** não pagou um mês de aluguel pro home, aí o dia que eu tava na cama, um dia de domingo, era uma semana que eu não pude trabalhar, não tinha um carroço de arroz dentro de casa pra dar pros meu filhos, eles ia comer na minha mãe, morava pertinho.

[...]

Dalzira: O dia que ele foi embora, eu lembro como se fosse hoje, foi um domingo à tarde, que ele viu que eu num tinha nada e ele tava ali né?! Ele pegou arrumou as coisas dele e foi embora e me largou lá na cama. A minha mãe foi lá, a minha mãe nossa... chorava muito, muito, muito, ela falou “vamo trazer ela aqui pra casa e depois a gente constrói três cômodos no fundo pra ela, dois cômodos que seja” e assim fez... eu vim pra casa da minha mãe, ele me largou e foi embora, aí eu vim pra casa da minha mãe e meu pai fez dois cômodos no fundo, um quarto, uma cozinha e um banheiro. (Dalzira, 2022).

É a emergência dessa rede de afeto e de sociabilidade, que se aflora em momentos desafortunados e acabam por estruturar e dar sentido para essas decisões de *família alongada*³⁵. Perceba que a relação de Dona Dalzira com seus pais, outro núcleo familiar, é muito bem articulada. É uma rede de apoio que não apenas estava presente apenas no momento da separação, mas em toda uma gama de momentos que acabavam por ajudar e alicerçar essas dinâmicas de sobreviver e viver (foi o pai de Dona Dalzira que alugou a casa na Sambra, era na casa de sua mãe que os seus filhos iam se alimentar).

Meu pai morou com os avós (pais de Dona Dalzira) de 1980 a 1988, partilhando assim momentos muito significativos tanto da sua trajetória como sujeito quanto desse momento narrado por Dona Dalzira. Seu Carlos, afirmou categoricamente, quando retomada essa entrevista da Tia Zira com ele, como esse momento foi turbulento – não só para Dona Dalzira mas para o Renato, primo que meu pai mais teve contato.

Trago essa passagem para demonstrar como esse conceito de *família alongada*, que é centralizada nos pais (ou avós) acabava por tecer dinâmicas de solidariedade e de sociabilidade extremamente importantes para as vivências desses sujeitos – meu pai morava com os avós na cidade, enquanto os pais moravam no sítio, para ter oportunidades melhores, arrumar emprego na cidade e estudar – meu pai foi para a cidade em busca da criação de novos campos de prospecção, enquanto a irmã (apenas um ano mais nova) continuou a morar no sítio com os pais. Note que essas redes de sociabilidades, que acabaram por criar campos de prospecção para o meu pai, para Dona Dalzira e seus filhos, acabam por reafirmar as reproduções de modos de vida conservadores de certas organizações familiares, como no caso da minha tia ou das próprias atitudes dos pais de Dona Dalzira para com ela.

Nesse sentido, ao rememorar o choro de sua mãe e a emergência da construção de uma casa aos fundos, pelo seu pai, é uma reflexão sintomática de como esses valores são significantes – não só por Dona Dalzira, mas pelos seus. Acredito que o choro, que nesse momento pode ser percebido como um ato simbólico que manifesta uma contradição muito significativa: ver se livre do marido, e de todas as problemáticas subjetivas e materiais presentes na relação, ao mesmo tempo que é a constatação da realidade social que Dona Dalzira há de enfrentar perante o grupo.

³⁵ Nesse sentido, por mais que essas relações se baseiem em solidariedade e afeto, elas ainda estão ligadas a conceitos morais e na manutenção das formas tradicionais de família. Para mais noções acerca dos rearranjos familiares e teias sociais familiares ver Romanelli e Bezerra (1999), “Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais”.

Apesar das traições, do desemprego, da fome, do choro, é a constatação da separação que sobressalta. Se uma barreira havia sido criada para que permanecesse na relação agora uma muralha maior devia ser erguida para enfrentar o fim dela. O que há de ser percebido é que, se outrora (mesmo que não fossem tão aparente na narrativa) os valores eram sólidos e significativos para que Dona Dalzira permanecesse na relação, agora outras moralidades devem ser retomadas, construídas e solidificadas para essa nova persona que é construída por Dona Dalzira a mim – seu entrevistador.

A seguir vemos uma fala que adensa as questões anteriores e que foi produzida na sequência da nossa conversa:

Olavo: Você lembra quando você foi morar com o teu pai e a tua mãe? Com o [bisa]vô e a [bisa]vó?

Dalzira: A Viviane nasceu em 76, a Viviane tava com quatro anos.

Olavo: Foi 80 isso, logo cê descobriu o câncer já então?

Dalzira: É... é...

Olavo: Entendi

Dalzira: Entendeu? Aí fui morar lá no fundo e trabalhar e continuemo na roça, eu e o Renato, pra gente não passar fome. O primeiro ponto do caminhão era meu, cinco hora eu tinha que tá em cima.

Olavo: Cinco horas cê pegava....

Dalzira: Cinco horas da manhã! (Dalzira, 2022).

Trago esse trecho e análise que se discorre dele para pensar nas novas articulações, as novas dinâmicas, as novas considerações tecidas frente aos desarranjos familiares que se instauram frente as emergências da vida. Nesse sentido, essas novas dinâmicas de viver e se relacionar que se confrontam com as imposições morais que recaem a Dona Dalzira.

Assim é possível notar ambivalências na construção dessa narrativa por Dona Dalzira. Se a condição de *solteira* acaba imbuída de valores controversos, Dona Dalzira necessita construir uma narrativa que a desloque moralmente dos valores atrelados a essa condição. Dessa forma, se constrói a persona de uma mulher trabalhadora, que vai trabalhar as 5h da manhã “*pra modo*” de não passar fome.

Faço essa reflexão para que seja possível compreender como Dona Dalzira percebia a sua condição e a partir das próprias reflexões, em consonância com os seus valores, que se refletem na forma narra seu passado no hoje. Assim, por mais que a condição de mulher solteira fosse imposta e apesar de todos os rearranjos (passar por uma separação, voltar a morar com os pais), Dona Dalzira se apresenta como mulher trabalhadora, que apesar dos percalços, das dores, das mazelas e das turbulências vividas, às 5h da manhã está no ponto esperando o ônibus para o eito.

O que há para se pensar é que os valores que estavam em jogo na construção narrativa feita por Dona Dalzira a mim, que acaba por transformar essa mulher quase que em uma heroína, não se faz presente apenas nas narrativas que cerceiam o trabalho.

Para dar continuidade nesse diálogo, acerca de como as moralidades são construídas, trago uma fotografia de Dona Vera, apresentada como: *“o primeiro baile que eu fui”*. Assim vemos:

Imagem II – Dona Vera pronta para o 1º baile



1998 (cedida pela entrevistada)

“O primeiro baile que eu fui”. A roupa mais alongada, escondendo as curvas, o olhar desconfiado e a posição do corpo (tal como um manequim de loja), traduz não só um sentimento de estranheza do baile, mas um sentimento de não pertencimento daquele local, daquela cidade ocupada – parece que Dona Vera não devia nem estar ali – é quase que a foto de um soldado indo para a guerra.

A seguir, vemos outra imagem, me apresentada com o título: *“essa época eu já ia no baile fazia tempo”*. Assim vemos:

Imagem III – Dona Vera como frequentadora do baile



1998 (cedida pela entrevistada)

“Essa época eu já ia no baile fazia tempo”. O cenário pouco se altera – mas a intencionalidade da foto muda completamente. O olhar se torna mais seguro, a posição (mesmo que forçada) revela uma confiança maior – as pernas cruzadas implícita agora uma mulher mais sexualizada. A roupa, agora deixa amostra os braços fortes do trabalho, é mais justa no corpo tomando o ar mais displicente. Presencia-se de uma mudança, mesmo que forjada releva algo: a ocupação do baile. Se outrora, a fotografia anterior gritava *“sou novata nisso”*, com essa a fotografia indica *“esse espaço é meu, estou familiarizada com esse lugar e com essa posição”*.

Na época em questão, Dona Vera já trabalhava na fábrica de sorvetes. Ambas as fotos foram reveladas juntas, em agosto de 1998. É necessário apontar que um rolo de filme tirava entre 24 a 36 fotografias, assim além do lapso temporal entre o tirar a foto e revela-las, havia também um intervalo entre começar e acabar um rolo de filme. Assim, um dos primeiros indicativos desse intervalo temporal que separa as fotos são as roupas e a cortina, ao fundo da imagem. Gostaria que o leitor se atentasse, que a roupa da primeira foto, além de mostrar, como já indicado, pouca familiaridade com o baile, ela também é uma roupa mais quente – indicando o final de junho e o começo de julho – já a segunda fotografia indica uma temperatura mais amena. No entanto, gostaria que o leitor percebesse que há indicativos que expressam além de um intervalo temporal, mas uma mudança subjetiva que marca a presença de Dona Vera nos bailes que frequentava.

Assim, dentre um escopo de experiências compartilhadas pelos meus entrevistados surgem indícios que necessitam ser trabalhados. Assim vemos em Dona Aparecida (2022) quando perguntei sobre as igrejas que frequentava:

Olavo: Aí quando a senhora voltou para cá, para Jaboticabal...

Aparecida: Demorou pra ir

Olavo: Demorou?

Aparecida: O pai dos meus filhos foi embora, aí eu fui pro forró [risos], aí comecei a ir pro Forró pra distrair a mente, entrei em depressão

Olavo: É... melhor coisa do mundo não é?

Aparecida: Aí as minhas amigas, começo “Aí vamo pro forró” aí a minha menina “vai mãe, vai distrair” aí comecei a ir pro forró.

Olavo: Você lembra quando ele foi embora?

Aparecida: O Bruno tinha 4 anos...

Olavo: O Bruno tem 34, faz 30 anos atrás, 92 ele foi embora e a senhora foi pro forró? Aí é bom demais [risos]

Aparecida: Aí vai distraí a mente, dançar, conversar com os amigos. Mas, depois eu vi que não...

Olavo: Não era isso né?!

Aparecida: É, aí comecei a ir para a igreja, agora tô na igreja (Aparecida, 2022).

Dona Aparecida é uma senhora muito brincalhona, muito aberta ao diálogo e a me narrar as suas experiências. No entanto, houve um silêncio sintomático na sua narrativa: não falou muito sobre o seu ex-marido, nem me apresentou de maneira efetiva como se deu o processo de separação e nem me disse o nome de seu ex-marido. Muito disso, acredito, se deve ao trauma vivido com a separação e a pouca intimidade que tivemos – por esses motivos não quis me alongar nessa temática, insistir ou até mesmo pedir para me contar, mesmo assim foi possível trilhar alguns caminhos.

Dona Aparecida morava com o ex-marido, Seu *Desaparecido*³⁶, e os três filhos na Fazenda do Gazotto, próximo a Lusitânia, distrito de Jaboticabal. Seu Desaparecido era soldador – assim como Seu Dito, uma mão-de-obra técnica – trabalhava em regime contínuo na Fazenda do Gazotto, onde devido ao trabalho recebera uma casa para morar com a família. Não sei as motivações que os fizeram sair da fazenda e se dirigirem à cidade em 1988. Mas, em 1992, Seu Desaparecido rompe o relacionamento com Dona Aparecida e vai morar com outra mulher em um sítio em Taquaritinga (32 km de Jaboticabal).

Dessa forma, surgem dúvidas e questionamentos sobre como essa mulher viveu esses momentos, como foi o luto da separação e como isso se estendeu sobre a sua vida e sobre as suas relações, os únicos indícios são as suas idas ao forró. Nesse momento, quero me debruçar

³⁶ Dona Aparecida não me relatou o nome de seu ex-marido, para não me repetir e para não deixar de *dar nomes aos bois*, optei por chamar seu ex-marido de Seu Desaparecido (e pelo trocadilho de palavras achei melhor assim).

sobre esse momento da vida de Dona Aparecida que não diz só sobre o forró – mas como encarou e encara o momento pós-separação.

Acredito que Dona Aparecida não se dedicou a partilhar desse momento da vida (entre 1992 a 2000), onde além de cair na cana cai também no forró, por ser necessário ou por querer se revelar como festeira. Muito pelo contrário, ela quer mostrar como o momento vivido foi difícil e por isso optou por construir uma realidade confortável e agradável, tanto aos seus olhos como aos meus ouvidos. O trecho contido aqui, marcam os minutos finais da entrevista onde já havíamos criado certa confiança – onde, por mais que a curiosidade tenha tomado conta de mim, a minha ética (ou pouca experiência) como pesquisador, não me permitiu aprofundar sobre o término do casamento e aquelas idas ao forró.

No momento que partilha o fim do relacionamento, Dona Aparecida já havia falado comigo demasiadamente sobre como era uma mulher trabalhadora, como mesmo aposentada continuava trabalhando e como o trabalho era algo inerente a ela. Já havia falado como os filhos haviam crescido e estavam encaminhados na vida. Dessa forma, não há a necessidade de se posicionar, mais uma vez, como mulher trabalhadora nesse momento (tal como Dona Dalzira havia feito), ela já havia traçado uma gama de fatores (seja o momento no qual ouve o intermédio para a realização da entrevista, onde me atendeu após o expediente de trabalho) que a fazia ser vista assim. Ainda assim, toma cuidado e mede as palavras de modo que a minha percepção sobre o momento vivido no forró não a descaracterize como aquilo que havia construído para mim até então – inclusive, sinalizando essa prática como uma experiência que já passou.

Para entender os valores que permeiam o forró para Dona Aparecida, acredito ser importante narrar a história do meu avô paterno, o Seu Zé, e de minha avó materna, a Dona Bertoca e de Dona Vera.

Dessa forma, nesse momento, onde quero explorar certos valores, as relações amorosas que se formam e se quebram (com e por causa do baile), vejo como necessário iniciar o debate com a fotografia a seguir, disponibilizada por Dona Vera:

Imagem IV – Dona Vera e Seu Zé



2000 (cedida pela entrevistada)

Uma fotografia com o flash estourado, borrando a imagem, mostra duas pessoas arrumadas, vestidas para sair, o braço do homem por cima do ombro da mulher, como que se quisesse demonstrar uma proximidade corriqueira para aquele que vê a foto. A vergonha dos fotografados, a olhadela de lado do homem, como que não quisessem encarar o fotógrafo, o desconcerto da mulher, revelam o contrário. O muro sem chapisco ao fundo, o varal improvisado e o cenário que compõe os fundos de uma casa, indicam o local e o ano do clique da foto.

Ali vemos Dona Vera e Seu Zé em pleno 2000, em uma casa no Santa Luzia, indo para o primeiro baile como um casal. Essa fotografia me foi apresentada por Dona Vera como: “*essa época eu e teu vô namorava*”. Acredito que define muito daquilo que tenho tentado traduzir até aqui.

Seu Zé, sempre teve uma vida extraconjugal ativa, nas palavras de meu pai: “*o pai sempre fez coisa errada, mas ninguém sabia*”. Em um dos muitos bailes que foi sozinho, com o bigode alinhado e a aliança no bolso, conheceu Dona Vera. Em 2001, após um período incerto de relação – ambos nunca falaram sobre isso, Seu Zé rompe os demais relacionamentos que mantinha (não só com a minha avó, mas com as outras mulheres) e casa com Dona Vera. Ambos viveram um casamento bom e razoavelmente feliz por mais de 22 anos.

Dona Bertoca, foi casada por 34 anos, após a morte de seu marido em 1997, também caiu ao forró. Não só por tristeza, mas os longos períodos em que Seu João esteve doente,

acamado pela diabetes, a fizeram se recolher em casa e deixar o seu amor pelos bailes de lado. Dona Bertoca, era uma dançarina nata, nas memórias da minha mãe rodava a saia e parava os bailes que ia com o meu avô – outro amante da vida noturna. Dois meses depois da morte do meu avô materno, Dona Bertoca já era figurinha carimbada na Velha Guarda e na Terceira Idade – bailes muito agitados em Jaboticabal. Lá conheceu Seu Nildo – meu avô de coração. Em 1988, quatro meses após o primeiro encontro estava casada. Os dois viveram longos (e bons) 16 anos juntos até o falecimento de Seu Nildo.

Seu Nildo, era casado na época em que se conheceram. Sua esposa estava acamada, devido a um câncer, falecendo poucos meses depois que casou com a minha avó. Seu Nildo era a caracterização do “boia-fria”, pais meeiros, trabalhou no corte de cana, na construção civil e se aposentou sendo caseiro de sítio (muito da trajetória de Seu Nildo se confunde com a de Seu Desaparecido).

Os papéis sociais que se desenham nos trabalhadores da cana descritos por Romanelli e Bezerra (1999) – que se estendem não só a essa estereotipada forma de trabalhar – eram elementos muito presentes em Seu Nildo. A masculinidade, a falta de cuidado e de zelo para com a sua parceira e o seu papel como provedor da casa (mesmo após sair dela), eram características presentes em Seu Nildo.

Trago essas passagens não só para me inserir na pesquisa e demonstrar como o forró é comum nas minhas vivências e como o baile se torna para mim um importante propulsor nas sociabilidades dos sujeitos com quem me deparei na pesquisa³⁷. Mas, para que o leitor perceba que há uma significativa ambiguidade dentre os sujeitos que ocupam esses espaços. O baile pode ser percebido como um espaço de sociabilidade, onde se faz amigos, joga conversa fora e esquece dos problemas, ao mesmo tempo pode ser entendido como um lugar de desregramento.

³⁷ Quando debruço meu olhar acerca dos bailes e dos forrós, um elemento presente nas sociabilidades dos meus entrevistados, torna-se latente como esse espaço pode ser entendido como um propulsor ou direcionador da sexualidade daqueles sujeitos. No entanto, há minúcias a serem exploradas. Em Alfonsi (2007), a autora buscou identificar de que forma, para quais públicos e em quais bairros os bailes de forró se apresentam na cidade de São Paulo, dialogando acerca do figurino, das roupas, que perpassam homens e mulheres, dando indicativos de como cada grupo e cada faixa etária se relaciona e percebe e entende o forró. Ao mesmo tempo, a dissertação de Bortolotti (2010), que dialoga sobre a sexualidade de mulheres na “*melhor idade*” e seus percursos nos bailes do Rio de Janeiro, a autora aborda como os bailes são entendidos e percebidos tanto por homens, como por mulheres, correlacionando como o baile se torna uma reafirmação e até mesmo uma performática, acerca dos papéis sociais atribuídos aos gêneros. Assim, além de toda a dinâmica presente na dança, que acaba por reafirmar papéis de protagonista aos homens e de subordinação as mulheres, o baile acaba por gerar toda uma tensão sexual desde o momento da preparação, da ida e entrada o baile, até a o momento do cortejo para a dança (e por vezes até depois do baile). Nesse sentido, quando percebo os bailes de forró, presentes na trajetória de Dona Aparecida, de Dona Bertoca, Dona Vera e de Seu Zé, entendo e percebo toda uma dinâmica que cerceia esses sujeitos, suas tomadas de decisões, suas vestimentas, suas percepções e seus indicativos acerca dos valores que permeiam aquele espaço. Assim, o “*cair no forró*”, é completo por toda uma gama de valores indicativos e sentidos que permeiam essa experiência social.

O movimento da dança, a música, o calor do ambiente, o rostinho colado, a coxa com coxa, é um flerte que é sem ser – é como eu falo para Dona Aparecida “*é a melhor coisa do mundo*”. Dona Aparecida sabe disso – sabe das relações extraconjugais que acontecem nesses espaços, sabe das tensões sexuais presentes dentro e fora do forró.

Na narrativa de Dona Aparecida, o forró não expressa apenas um espaço físico, mas temporal – um momento que marca uma parcela da trajetória de Dona Aparecida. Podendo ser lido como quase um capítulo de um livro que no virar da página o capítulo seguinte é o da igreja. Assim, o forró é narrado e sentido como um estágio, um caminho, para o processo de cura que se efetiva e tem o seu fim na igreja. Perceba que há toda a construção de uma narrativa para que esse momento – ir ao forró com mulher solteira – não seja entendido como um desregramento da vida e da moralidade que Dona Aparecida quer transmitir a mim – por isso, ele se coloca como superado.

Há uma motivação justificável que Dona Aparecida ressalta para ter ido ao forró – “*distrair a mente, entrei em depressão*” – o trauma do abandono, da solidão (muito parecido com a Dona Bertoca). Essa narrativa apresentada recoloca o entendimento que a solteirice e esse estágio vivido por ela não seja lido como um momento de promiscuidade e de desregramento. O forró não é tomado como um escapismo, não é uma frivolidade, é um elemento necessário para o momento – os que conheceram ao longo da trajetória (seja no campo ou na cidade), reconhece nele um espaço em que se sentem parte e constroem laços afetivos.

Ir ao forró toma outras formas, outros sentidos, quando a narrativa se afasta do ideal de promiscuidade que permeia visões sobre esse ambiente – “*Aí vai distraí a mente, dançar, conversar com os amigos*”. O forró é caracterizado como um lugar de sociabilidade (o que de fato é), não porque Dona Aparecida o vê exclusivamente assim, mas para que eu não questione a conduta moral dessa mulher (e de tantas outras) que se dirigiam a esses espaços de sociabilidade e produção de afetos.

Dona Aparecida dá indícios de que não foi ao forró de maneira autônoma, é uma indicação, uma maneira socialmente construída para enfrentar a realidade – é quase que a busca de autonomia consentida, de uma mulher recém-separada e que há muito não frequentava tais festejos. A narrativa aponta uma rede de apoio feminino – “*Aí as minhas amigas*”, “*Aí a minha menina*” – que a indica, que transmite a mim que a presença dela naquele espaço tem toda uma justificativa social e legitimidade familiar e de rede de convivência.

Narrar o aval da filha é a construção de uma percepção, que Dona Aparecida quer transmitir a mim, que ela não foi ao baile como se ferindo os valores de sua família, mas por toda uma gama de elementos que a permitia superar a condição vivida – como que tivesse uma

autorização moral para tal. Ao mesmo tempo, quando afirma ter ido com as amigas a esses locais, dá a entender que não foi a convite de nenhum homem – afastando um julgamento de promiscuidade que poderia recair sobre os seus ombros – então, a todo momento falamos indiretamente de julgamentos das condutas femininas e muito pouco das condutas masculinas.

Essa controversa relação de gênero que permeia essa narrativa é mais do que importante para entendermos como Dona Aparecida entendia a sua situação como mulher separada e, particularmente como hoje, esse momento vivido e nessas circunstâncias lhe recai sobre os ombros. Assim, os cuidados que Dona Aparecida toma ao me narrar suas idas ao forró, que tem o seu fim na igreja, traçam relação sobre como ela entende e percebe as minhas possíveis interpretações sobre esse momento vivido por ela.

Há valores interditos ao me narrar esse momento, pois há uma emergência que a minha avaliação desse momento não se recaia a uma percepção de desregramento e de promiscuidade. A condição de Dona Aparecida, como mulher solteira põe em questão condutas morais, formas de agir e de se posicionar frente aos demais. Assim, ela termina me narrando que parou de ir ao forró e está na igreja. É a finalização ideal de uma narrativa acerca de um passado maculado, no qual esse passado de desregramento que tem o seu fim quando ela encontra com Deus – como que se a igreja completasse o vazio que ela buscava preencher no forró e moralmente lhe salvasse de qualquer mal dizer. É construído assim uma narrativa de mulher desviada, por problemáticas da vida, que ao seguir o caminho justo, e divino, deixa de lado esse passado nas noites de forró, para as noites na igreja – afinal, a sociabilidade e interação continua.

Após me narrar que Seu Desaparecido havia ido morar com outra mulher, vemos um possível relaxamento acerca da temática:

Olavo: Meu vô também fez isso...

Aparecida: É?

Olavo: Ô... [risos]

Aparecida: Não é fácil não...

Olavo: É difícil né... mas que forró a senhora ia?

Aparecida: Eu?

Olavo: É!

Aparecida: Ia lá no Toki-Tô

Olavo: Lá no Toki-Tô... alá o [meu] [a]vô também ia [risos]... o [a]vô também ia nesse...

Aparecida: Quem?

Olavo: Meu vô!

Aparecida: Será que eu não dancei com ele lá não? **[risos]** (Aparecida, 2022).

Esse trecho pode ser a expressão de duas coisas: aproximação da temática e ao mesmo tempo distanciamento dela – uma fuga pela tangente.

Ao me situar como sujeito não alheio a situação, mas inserido dentro dessa dinâmica, ao afirmar que “o [meu] [a]vô também ia nesse...”, demonstrando toda uma semelhança entre ela e o meu avô, acabei por criar um ambiente que proporcionasse a descaracterização feita sobre o baile, até então meticulosamente construída. Dona Aparecida não questiona “*Será que eu não dancei com ele lá não?*” por acaso, é por entender e perceber que mesmo que houvesse julgamento da minha parte, um dos meus também havia passado por essa situação. A promiscuidade não seria apenas dela, mas do meu avô também.

Ao mesmo tempo, essa frase pode ter sido um encerramento da temática – uma fuga de um resgate mais profundo sobre esse momento. Ao brincar sobre ter dançado com o meu avô Dona Aparecida põe fim a essa passagem, encerra a conversa. É quase que um “não fale do elefante na sala”, “não gere problemas para mim e nem para o seu avô”.

Para outros encaminhamentos, acerca de como valores são construídos em torno de situações complexas e controversas, trago uma fotografia para indicar esses encaminhamentos:

Imagem V – Crianças no canavial



1994 (cedida pela entrevistada)

Uma menina com um bebê gorducho no colo. Arrumada tal como se fosse sair – “*roupa de ir ver Deus*”, como diria a minha avó – e os olhos semifechados por causa do Sol apontam para inflexões muito importantes e significantes. A fotografia tirada de cima para baixo, como se aquele que tirou a foto quisesse enfatizar o canavial se faze-lo diretamente – quase que um cortejo sem cortejo. A arrumação da menina destoa do fundo da foto, a cana queimada ao fundo aponta para a emergência da colheita, afinal, cana queimada estraga – passa do ponto – se fica muito tempo sem ser colhida.

A roupa limpa, muito bem passada, não consegue esconder o tênis sujo de terra, que reflete um combinado: levar o bebê gorducho para ser mostrado as colegas da mãe. A menina, afilhada de Dona Vera, não trabalhava no eito – pelo menos não no dia dessa foto – estava cuidando do bebê para que a mãe pudesse trabalhar.

Essa foto traz à tona questões muito difíceis de serem tratadas, não por se tratarem de tabus, mas porque no exercício de historiar os trabalhadores da cana, por vezes a moralidade que me cerceia como pessoa acaba com que eu deixe de lado certas questões que podem pôr em xeque as condutas dos sujeitos apresentados aqui. Dessa forma, acredito ser importante destacar outro elemento muito significativo nessas relações: a família e o feminino.

Por mais que a questão de gênero influa em como essa temática é ou não presente nas narrativas, apontando uma percepção de cuidado por parte das mulheres e um silenciamento por parte dos homens, é necessário pensar em como as famílias se articulavam em relação ao cuidado dos filhos, ou o não-cuidado, como era organizado toda uma gama de processos e relações, que estão imbrincadas com a moralidade que perpassam os sujeitos.

A seguir trago um trecho da entrevista de Dona Vera, acerca da morte de sua mãe, para pensarmos os afetos construídos e outros tantos ceifados:

Olavo: A senhora é filha do meio?

Vera: Segunda filha, 16 anos depois era eu e depois o meu irmão que é 11 meses mais velho... mais novo... no ano que eu nasci em janeiro e [ele] nasceu em dezembro no fim, do dia 16. Quando ele nasceu eu não tinha nenhum ano. Aí ela [mãe] morreu dele... no de parto no hospital, aí o muleque [caçula] ficou 2 meses no hospital, meu pai queria dar meu irmão para uma mulher de São Paulo, mas eu falei “eu não, dar o meu irmão pros outros?” ieu e minha irmã. Aí eu casei ele tava com dois anos, ele ficou com as outras irmãs depois e meu pai morreu 6 anos depois que minha mãe morreu, meu pai morreu.

Olavo: Tinha 18 anos né?

Vera: É... Eu acho que é acho que é de infarto né porque ele morreu de repente, aquele tempo lá não fala. Aí meus irmão ficou, aí meus irmão morava no Pavanni... aí o meu menino que tinha quatro meses ainda né?! O Junior

Olavo: Aham...

Vera: Ieu morava na cidade, tinha quatro meses quando meu pai morreu. Aí eles ficaram... Aí puseram no orfanato. Por que meu marido bebia né?!

Também era chato, falei “vai pegar as as crianças, judiar as veiz coisas”, falei, e também não tinha condições, aí eles ficaram no orfanato, o Pavanni **[fazendeiro]** lá arrumou, os mais novos né, os mais grandinhos já arrumaram um servicinho cada um. As minhas irmãs já trabalhava como empregada, morava no emprego, os menino também foi... aprendendo né?! Trabaiaando, os que já era mais moço, ozotro que era mais pequeno foram pro orfanato depois cada um foi aprendendo uma profissão, esse mais novo é mecânico hoje (VERA, 2022).

Quando falamos sobre os afetos criados, sobre as relações surgidas, os romances, esquecemos por vezes das relações quebradas, dos vínculos perdidos e das dores vividas. O que há para ser explorado são as transversalidades entre a relação de Dona Vera e seu ex-marido, com as mazelas da vida. Casada a pouco mais de quatro anos, morando em uma casa de dois cômodos em Jaboticabal, Dona Vera assistiu os irmãos indo para o orfanato após a morte de seu pai.

Neste momento há a inflexão da narrativa, que pretendo explorar como indicativo de como os afetos, as relações e o estabelecimento de outros núcleos familiares acabam por traçar e correlacionar novas demandas e outras tantas perspectivas sobre a vida de Dona Vera. Em 1968, com 12 anos, após o falecimento da mãe, Dona Vera e sua irmã, se posicionaram contra a alternativa do pai de “dar” o filho mais novo para uma mulher de São Paulo³⁸. Em 1974 seis anos após esse momento, com 18 anos, casada e com dois filhos, Dona Vera autoriza, silenciosamente, a ida dos irmãos mais novos para o orfanato com o falecimento do pai.

Acredito que essa mudança de perspectiva de Dona Vera, no intervalo entre 1968 e 1974 (tempo que compreende seus 12 e 18 anos), acerca do “abandono” dos irmãos, se deve a mudança de núcleo familiar. Se com 12 anos Dona Vera se posicionou contrária a “doação” do irmão, pois estava estreitamente ligada aquele núcleo familiar, sem responsabilidades além de seus próprios irmãos, com 18 anos, com outras demandas, outras necessidades frente a criação dos filhos, o sustento e a manutenção da própria casa, aceita a ida dos irmãos mais novos para o orfanato.

No entanto, esse aceite é feito a contragosto, a afirmativa “*Por que meu marido bebia né?! Também era chato, falei: “vai pegar as crianças, judiar... as veiz coisas”*”, não é só uma lamúria do ocorrido, é um indicativo de como Dona Vera percebia e entendia esse momento. É

³⁸ Note que há uma relação familiar muito importante que ocorre com a morte da mãe de Dona Vera, as filhas mais velhas assumem um papel de liderança dentro de casa, quase que como assumindo a figura da mãe que partiu. Sarti (2014), chama a atenção ao ir de encontro a essa perspectiva e narrar as experiências desses “*filhos-eleitos*”, filhos que geralmente são do mesmo sexo daquele ente perdido que acabam por ocupar os *espaços perdidos* dentro de uma família. Assim, quando a mãe de Dona Vera acaba falecendo e o pai questiona a “doação” do filho mais novo para outra família, as irmãs mais velhas, as “*filhas-eleitas*”, acabam por questionar a atitude do pai e atribuir o cuidado do filho recém-nascido a elas.

uma projeção que um futuro duvidoso que seria traçado a essas crianças, visto que as problemáticas presentes em seu ex-marido, acabariam por influir na criação de seus irmãos. Ao mesmo tempo, é um afastamento da culpa, um afastamento de um possível julgamento que eu, seu entrevistador, poderia fazer sobre a sua ausência perante aos irmãos. E como a vida se desorganiza para os trabalhadores não só definindo onde morar e onde trabalhar, mas com que famílias viver.

Ao colocar a culpa em seu ex-marido, demonstrando suas problemáticas maritais, enfatiza os maus hábitos (ser bebedor e chato), tornando-o naquele que impede e dificulta o seu cuidado para com os irmãos, Dona Vera constrói uma narrativa que a isenta da culpa, afinal, quem julgaria essa tomada de decisão frente a essa condição que se apresenta? Por fim, quase que como um ponto final nessa decisão, um divisor de águas para a sua ausência de cuidado para com os irmãos, termina essa construção narrativa afirmando: *“não tinha condições”*.

Assim, dentro da narrativa apresentada se constrói quase que uma estrutura, que nasce do imbricamento de uma condição familiar aliada com uma condição financeira, que a impediram de cuidar dos irmãos após falecimento do pai, se constituindo se não, em uma realidade que a impediu de tomar as decisões que queria (ou deveria) ter tomado. Esses indicativos, do que devia ter sido feito, que nasce da construção dessa estrutura (afinal, essa estrutura foi criada para explicar as motivações do não agir), podem ser entendidos como indicativos de valores acerca de como Dona Vera entende e compreende o que devia ter sido feito, ou até mesmo que supõe, dentro de sua construção narrativa feita a mim, de como a mesma percebe as ações que devia ter tomado e por isso me narra do jeito que narrou.

Esses indícios que permeiam a narrativa de Dona Vera acerca do seu não agir, acabam recaindo sobre como a entrevistada percebe os valores construídos simbolicamente dentro da família e das redes de parentesco, por essa razão porta-se, ou coloca-se (mesmo que subjetivamente) como aquela que rompe e/ou transgredir para com as suas obrigações. Para dialogar com esses valores, com essas construções simbólicas, que permeiam as redes familiares, faço uso da tese de Sarti de 1994, “A família como espelho: um estudo sobre a moralidade dos pobres na periferia de São Paulo”. Mais especificamente, quero me ater em como essas “instabilidades”, como a morte da mãe e posteriormente a morte do pai, acabam por influir e requerem que os irmãos mais velhos acabem tomando para si (ou lhe são impostas) as obrigações para com os irmãos mais novos, assim vemos:

as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida (...) esta prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres (SARTI, 1994, p.100- 101).

Ao perceber que existe uma ordem moral que indica ações, posicionamentos e as condutas dos sujeitos, baseados em uma ordem simbólica que, por vezes, ultrapassa o núcleo familiar, é possível (e até compreensível) a construção dessa narrativa de Dona Vera a mim. Ao mesmo tempo, a constatação de sua situação financeira quando a mesma afirma “*não tinha condição*”, não é se não uma resposta que acaba por não condizer com aquilo que Dona Vera acredita e valora. Retorno a dissertação de Sarti (1994), para tirar alguns elementos importantes: “Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, realização de um valor moral, deste repartir o pouco que se tem” (SARTI, 1994, p.75).

“*Não tinha condições*” a fala de Dona Vera, não é apenas uma fala sobre o cuidado para com os irmãos, é um indicativo da própria condição, é a não realização de um valor moral que dependesse só de si. É uma fala que parte da construção dessa mulher como trabalhadora e dos limites de sua existência. É um indicativo de como e onde vivia essa mulher, é não só um sintoma de uma construção narrativa, é a expressão do que permeia a condição de uma mulher que vivia em uma casa de dois cômodos com o marido, uma filha de 4 anos e um filho de 4 meses.

Em contrapartida, há indicativos de outros valores acerca de como Dona Vera entende a família, se o trecho explorado no parágrafo anterior acaba quase por jogar a responsabilidade da sua ausência, para com os irmãos, nos problemas do marido. A continuação da narrativa influi para que eu perceba que os irmãos não estavam desamparados, não totalmente, mesmo pequenos já trabalhavam, já se viravam, trataram de construir campos de prospecção sozinhos.

Ao fim, narra sobre a trajetória de vida do irmão mais novo, para Dona Vera, o mais afetado com a morte dos pais. Deste modo, a narrativa de Dona Vera quase que se direciona a uma redenção dela mesma, carrega consigo quase que uma culpa envergonhada, “*ozotro que era mais pequeno foram pro orfanato depois cada um foi aprendendo uma profissão, esse mais novo é mecânico hoje*”, é sem sombra de dúvidas uma construção, tanto de Dona Vera para ela mesma, como de Dona Vera para mim. É a constatação de que apesar da negativa de cuidado para com irmão mais novo, o mesmo conseguiu trilhar seus caminhos e, no presente, se apresenta com uma profissão, encaminhado, quase que distante das máculas que o afligiram na infância.

Trago todas essas ponderações sobre a narrativa de Dona Vera, acerca desse momento trágico de sua vida, para que seja possível compreendermos dois pontos: as suas angustias sobre esse momento vivido, como Dona Vera, percebe e entende a sua ausência como irmã e como

“mãe” de seus irmãos; ao mesmo tempo que seja possível traçar e correlacionar como as desigualdades, criadas dentro das relações de classe, são sentidas e experimentadas pelos sujeitos dentro das relações familiares que por vezes explicitam as presenças ou ausências dos sujeitos.

Dessa forma, não foi só a *chatice* e a *bebedeira* do ex-marido que acabou por gerar a ausência de Dona Vera para com os irmãos, foi perceber dentro de seu campo de possibilidades, dentro das relações que vivia, da tomada de consciência do lugar que se situava socialmente, que a fez se ausentar do cuidado para com os irmãos. Assim como os laços de solidariedade ora ou outra se fortalecem, em determinadas circunstâncias são afrouxados em razão de determinadas decisões de como e com quem viver.

**CAPITULO 3: ENTRE SANTAS E COHAB'S: “SE DEUS PERMITIR, QUE EU SEI
QUE VAI SER ISSO MESMO, DAQUI VAI SER A MORADA ÚLTIMA”
TRABALHADORES PELA CIDADE.**

*Girei o globo, fui na terra dos boy
E vi que eles faz fumaça igual favela
Mas a parcela de bandido cai pra nós
E que se foda os falador, sou mais a nossa atmosfera,
Manera!
(MC Neguinho do Kaxeta)*

“*Não é conselho, é visão*” é uma música muito aclamada do NK (Neguinho do Kaxeta). É um tipo de funk que costumeiramente é chamado de “consciente”, que busca traduzir em suas letras valores e práticas da periferia, almejando uma construção de uma realidade melhor e mais justa aos moradores, denunciando problemas, apontando as falhas nas relações e nas práticas sociais presentes naquela realidade.

Por mais que o conteúdo da música destoe daquilo proposto nessa dissertação, o que mais me chama a atenção é uma relação que o compositor busca traduzir para o ouvinte. Quando o *eu* lírico dialoga sobre os espaços ocupados, acaba por estabelecer uma relação dual como aquele que ascendeu e conseguiu se sobressair de uma realidade e se postou frente a outra. Assim, ele constrói uma caracterização de quem vê de dentro, tanto dos “boy” como dos “favela”.

Essa configuração construída, notadamente não opõem uma imagem à outra, são quase que frutos da mesma essência humana, é um terceiro elemento que advém da dialética desse encontro, aquilo que o compositor não revela o que é – seja o sistema, a sociedade ou o medo, ou todos eles juntos – que acaba por caracterizar os “favela” como bandidos.

Ao final, conclui a estrofe falando que prefere “*a nossa atmosfera*”. Assim, deixa claro que prefere as relações que viveu, que conhece e aquelas que guarda íntima relação. Não apenas por um saudosismo infantil, mas por se entender muito mais como parte daquele universo, no qual foi criado, baseando mais na ausência, do que em um universo de abundância.

Inúmeras são as músicas, de quaisquer que fosse o gênero, que caberiam uma análise que debata essa relação dialógica e dialética, esse enfrentamento e essa construção de um espaço da periferia narrado pela periferia. No entanto, iniciei com essa em específico, pois é a que mais contempla aquilo que me toca como pesquisador dos trabalhadores da cana e esse dialógico e dialético em que me vejo inserido nessa dissertação.

O meu lugar epistemológico como pesquisador desse universo é relativamente ambíguo. Por mais que esteja pesquisando o meu bairro e que os entrevistados sejam meus vizinhos e parentes, há um distanciamento significativo entre nossas realidades. Não frequentei as rodas de samba que aconteciam de domingo na praça do bairro, nunca desfilei no “*Unidos da COHAB I*”, não estudei na escola próxima da minha casa e não tenho amigos, da minha idade, no meu bairro. No entanto, é no bar do “Crente” que compro o meu cigarro, é na padaria do Claudio que compro o pão, por muito tempo foi na locadora do André que aluguei meus filmes e é na adega do Maicon que compro meu “copão”.

Esse lugar ambíguo que ocupo, não só na minha pesquisa, mas também na minha vida e nas minhas relações na COHAB, está muito presente na música do NK. Viver outra realidade, fazer parte dela, adquirir seus hábitos, seus costumes, usar suas roupas, sonhar os seus sonhos, foi o que me fez, em parte, chegar a escrever essa dissertação. Por muito tempo fui um estranho no meu mundo – e até hoje sou um pouco.

Assim, percebo que a minha pesquisa e, conseqüentemente, o meu olhar sobre os bairros de muitos trabalhadores de Jaboticabal (aspecto que vai ser mais explorado nesse capítulo) é muito fundada em tentar me entender como parte de uma territorialidade social. Quando busco analisar as motivações que levaram os trabalhadores a se estabelecerem nos bairros que moraram, estou não apenas falando de Dona Aparecida, de Seu Ademir ou de Dona Vera, estou falando de mim, da trajetória da minha família ao ocupar Jaboticabal. Nesse sentido, acredito que sou tão parte da pesquisa como alheio a ela.

Assim, para começarmos a nossa narrativa, sobre o que pretendo explorar nesse capítulo, acredito que seja importante fazermos alguns retornos. Para tanto, trago uma foto tirada por mim, a seguir vemos:

Imagem VI – Turma do Limão

2024 (produzida pelo autor)

As camadas de roupa, que cobrem até os olhos; os chapéis, como proteção do sol; as saias que adornam e dão o contorno a um corpo feminino em um emaranhado de roupas; as peles marcadas pelo sol; os sorrisos tímidos e os olhos cansados mostram o início de uma diária no meio da safra de limão. Aqui, esses elementos desconexos, mas ainda assim interligados, dão movimento e acabam por recriar a caricatura da mulher “boia-fria” forjada na década de 1980.

Essa fotografia poderia ter sido tirada em 1980 assim como em 2024. Essa foto foi tirada na frente da minha casa, às 6h20 em uma sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024, onde me preparava para ir ao trabalho. Uma conhecida da nossa pesquisa, Dona Aparecida, se apresenta no meio da foto; a com os shorts por cima da leggings, se apresentou como Sebastiana; a com os braços cruzados, não disse seu nome (ficou meio que de canto, não se aproximou muito e nem riu quando brinquei com elas). Dona Aparecida, como sempre riu comigo (ou de mim), lembrou de prontidão da nossa entrevista e do que havíamos conversado (talvez ela não precise de médico mesmo!).

Quando falamos sobre práticas hegemônicas e residuais, por vezes esquecemos de perceber a materialidade delas. Esquecemos de observar que as práticas do trabalho diário na lavoura, que eram hegemônicas à 40 ou 30 anos atrás, ainda são práticas que se perpetuam, ainda que em outros termos e com novos olhares e inserções. Os sujeitos dessa pesquisa, não vivenciam realidades díspares apenas temporalmente daquelas apresentadas nos trabalhos de outros pesquisadores. Os sujeitos e as narrativas contidas aqui, são de pessoas da minha sociabilidade, que encontro na rua, no ponto de ônibus ou na padaria.

Outrora, narrei que havia um ponto de ônibus na frente da minha casa, que pegava a turma para trabalhar nas diárias do meio rural – que muitas das vezes levou o meu pai à usina. Esse ponto de ônibus continua no mesmo lugar, não desapareceu – ainda é referência para a partida e a chegada de muitos trabalhadores.

Assim surge uma nova indagação, criada em outro momento da pesquisa: como analisar Dona Aparecida?

Em momentos distintos, 2022 e 2024, Dona Aparecida, para mim, se apresenta com duas imagens: na entrevista, quando vou buscar entender a sua trajetória, ela se apresenta como magra e fraca; em outro momento – 2024, quando a encontro no ponto de ônibus a caminho do trabalho, a percebo com altivez e força. Como se dá essa compreensão? Por que essas imagens foram criadas por mim? Há realmente essa divisão, como integrar o olhar sobre ela?

Não há duas Aparecidas e, ao mesmo, há muitas Aparecidas.

O que me chama a atenção é a construção em movimento da imagem de Dona Aparecida feita por mim e, ao mesmo tempo apresentada por ela. Quando apontei nessa dissertação que a magreza de seu corpo era um elemento preponderante e que de certa forma, acabou por influir sobre as minhas análises sobre as suas narrativas. Afinal, como *entender* aquela mulher magra, de quase 70 anos, que ainda trabalha na lavoura tão arduamente?

Assim, muito daquilo narrado por ela a mim, foi entendido dentro de um microcosmo de compreensão vitimizadora. A magreza não era apenas a magreza, não era uma característica

física de uma mulher que gasta mais calorias do que consome. A magreza era resultado de todo um sistema que a tornava quem era. Assim, prendi-me em uma armadilha metodológica.

Gostaria que o leitor percebesse que dentro da minha pesquisa, Dona Aparecida era a entrevistada mais distante de mim (tanto física, quanto emocionalmente). Isso acabou gerando uma armadilha no meu trabalho. Não uma armadilha que eu visualizasse no momento imediatamente após análises, mas uma armadilha que foi percebida somente ao fim – quase que como uma reflexão de toda a reflexão. Sua magreza, inclusive, sinalizava força e resistência, mesmo frente aos limites do corpo e da vida.

Assim, quando retomo as reflexões construídas para fechar essa dissertação se esclarecem alguns pontos. Os meus entrevistados eram conhecidos por mim a partir de um determinado foco de visão; sabia de suas labutas, de suas dores e de algumas de suas angústias. A construção de uma figura caricata não caberia a essas pessoas, visto que eu conhecia a sua realidade, sabia que muitas das vezes as suas narrativas não convinham mimeticamente ao todo de sua experiência ou mesmo do que era conhecido por mim. As análises que perpassaram esses diálogos, com os entrevistados mais “próximos” de mim eram realizadas de maneiras mais dinâmicas, menos conflituosas e, por vezes, mais cômicas – ainda assim, não deixaram de ser tensas no que e como falar e compartilhar naqueles momentos.

No entanto, quando reflito sobre as análises que recaem sobre Dona Aparecida, principalmente aquelas que tangem a sua magreza e sua labuta, o tom muda. A magreza se torna reflexo do sistema, da opressão, da vida dura do trabalho. O corpo é expressa essa condição e relação com o trabalho, mas não só isso, mas da vida, vivida na roça e na cidade, com privação, sol quente sobre a cabeça, força física e rotina pesada. A “doçura” da vida só ganha sentido e forma fora do trabalho, a “doçura”, que representa o viver, os motivos que nos fazem acordar, trabalhar todos os dias, nessas análises estão quase que separadas do trabalho – que é apontado como uma atividade necessária a ser cumprida.

Novamente, repeti os mesmos erros que os colegas pesquisadores outrora fizeram em seus trabalhos – só que o problema é que errei depois do erro desses colegas. Assim, quando a encontro vestida, caracterizada para um dia de trabalho, às 6h20, rindo e brincando no ponto de ônibus com as suas colegas, a figura da senhora idosa, magra, que carrega as chagas de uma vida dura que a massacrava se altera.

A pessoa que entrevistei no sofá de sua casa não muda, mas se transveste ao meu olhar. A senhora idosa que trabalha muito e ganha pouco, não é diferente de mim, dos meus ou de qualquer outro trabalhador. Ela é mais uma, que viveu, sofreu, teve glórias, alegrias e tristezas

e produz alternativas para seguir adiante, reconhecendo nessas decisões as desigualdades em que se enreda.

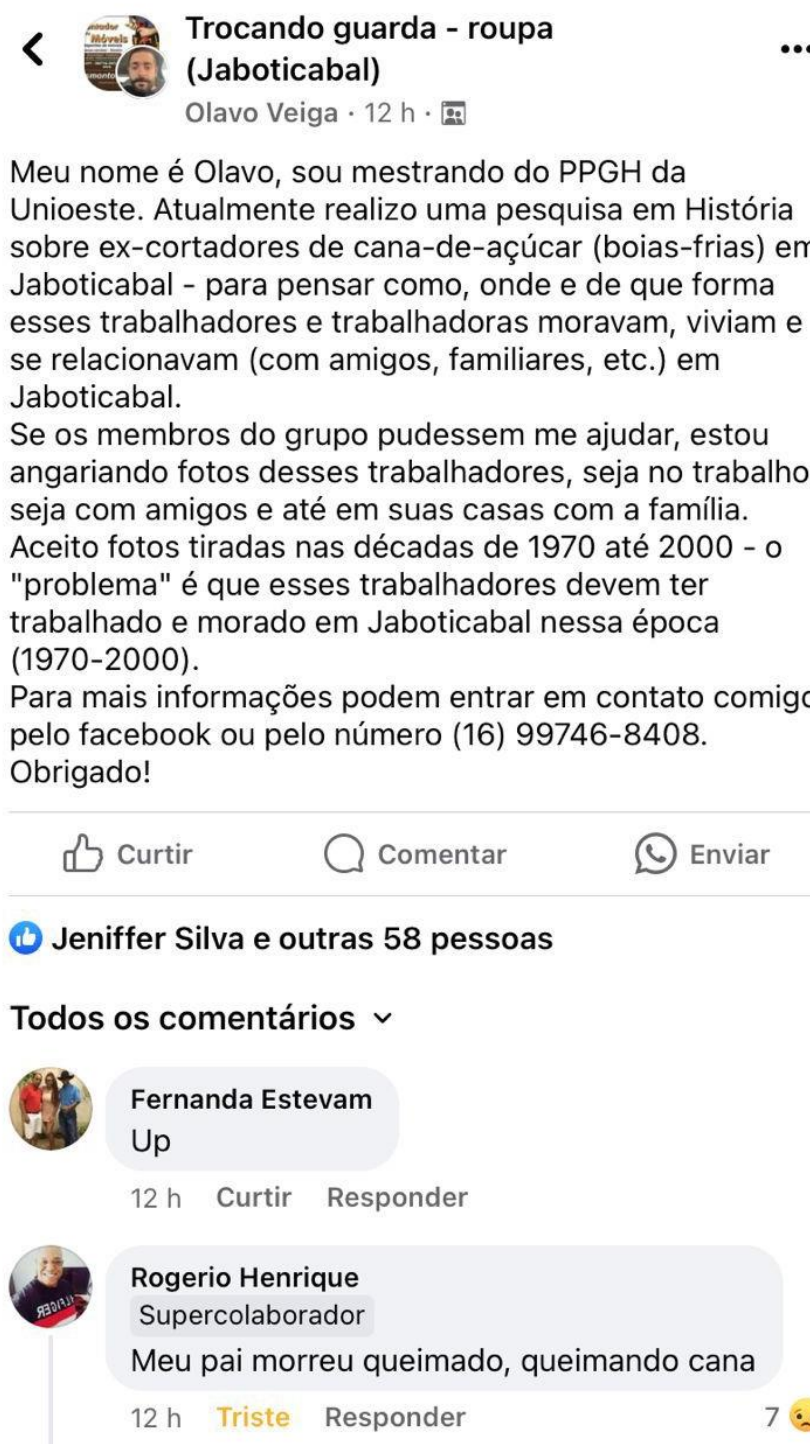
Por essa razão, acredito que muito do trabalho do historiar trabalhadores que experienciaram o trabalho na cana, ou dos demais trabalhadores que com eles se relacionaram, baseia-se nessa síntese de entender como a realidade se apresenta aos sujeitos, como percebemos e vivenciamos trajetórias, escolhas e as suas dinâmicas frente a realidade vivida acabam por compor a experiência social. Por essa razão, quando dialogo acerca das duas Aparecidas ou mais, não são duas Aparecidas, são olhares de um pesquisador: um que vitimiza, que vê a estrutura como condicionante da vida, que busca respostas e diálogos para o que se vive hoje no passado, quase que como uma resposta do passado aos problemas vividos no hoje; e outro olhar compenetrado no hoje nesse diálogo com o passado e o futuro, que explicita escolhas que permeiam os sujeitos, uma perspectiva que tenta compreender, dentro de um escopo de possibilidades, a alternativa mais valorativa, que mais dialoga com a realidade e com a dinâmica que se quer viver.

Assim, dentro dessa “nova” perspectiva e rearranjo desse meu olhar, quero apresentar a narrativa de Seu Rogério.

Conheci Seu Rogério a partir de um *post* que fiz em um grupo *Facebook* – “Trocando guarda-roupa” (muito utilizado em Jaboticabal), para angariar fotos para a pesquisa; o comentário do mesmo foi muito instigador para o trabalho e, por essa razão, marcamos uma entrevista que ocorreu de maneira remota por uma ligação no WhatsApp – um processo de produção distinto de todas as anteriores – que foi presencial e com pessoas próximas a mim. Ainda assim, não abri mão desse contato, pois acredito que a narrativa de Rogério enriqueceu que propunha para o fechamento da dissertação.

A seguir trago o *post* e o comentário de Seu Rogério:

Imagem VII – Post do Facebook



2024 (Recorte de conversa no Grupo de Facebook “Trocando Guarda Roupa”)

Seu Rogério é um homem de 38 anos, que nunca trabalhou nos carreadores. É filho de Seu Altino e Dona Eulália, o que traz Seu Rogério para nessa dissertação, e em especialmente nesse capítulo, é o mesmo motivo que me fez iniciar com a fotografia das “trabalhadoras do

limão”. Como o trabalho nos carreadores gerou as motivações para os sujeitos se apresentarem na cidade? Além disso, como esses sujeitos imprimem as suas expectativas e anseios na cidade?

Por mais que não conhecesse Seu Rogério antes da pesquisa, descobri em conversas em casa que já conhecia a sua história. Minha mãe havia dado aula para seu irmão mais velho na escola da destilaria, onde sua família morava na época em que o pai de Seu Rogério acabou por falecer. Já havia escutado algumas vezes como esse acidente trágico afetou a vida de toda uma família.

Agora devemos preencher alguns espaços que se fizeram nessa narrativa, trago abaixo um trecho de nossa conversa para observar como ele apresenta quem era Seu Altino e Dona Eulália, seus pais e motivação de nossa aproximação para aquela entrevista:

eu queria saber é ‘da’ onde a tua família veio o Rogério?

Rogério: É, rapaz assim, tipo a minha mãe é de Minas (Gerais), né divisa lá com Virgem da Lapa-MG, meu pai é de Guariba-SP.

A, o teu pai era, é de Guariba então, era né!?

Rogério: É, meu pai era de Guariba

E você sabe como teu pai acabou conhecendo sua mãe?

Rogério: A pelo que eu sei, que ela conta meio por cima assim, ela veio de lá, de Minas (Gerais) onde ela tava, aí ela veio com o irmão dela pra cá, pra, pra Guariba, eles foram trabalhar, não sei, alguma coisa assim, e... eles se conheceram, acho que foi na usina

A que legal, se conheceram e já ficaram juntos né!? Legal

Rogério: Isso, isso, porque minha mãe cortava cana também né!?

A sua mãe cortava cana também!

Rogério: Isso (ROGÉRIO, 2023).

Dona Eulália veio para Jaboticabal em busca de emprego, junto de seu irmão, conheceu Seu Altino e se casou e teve quatro filho – aparentemente um percurso sintetizado na construção da família de Rogério. Notem, que é uma narrativa muito próxima a construída por Dona Aparecida. Assim, há novamente há intersecção entre historicidade e experiência dessas mulheres, ambas partilhavam as mesmas dinâmicas de trabalho e de sociabilidade, não só por serem mulheres, mas por serem mulheres advindas do trabalho na cana. Por viverem em um período no qual o trabalho nos canaviais, no interior de São Paulo, sinalizava para migrantes de todos os lugares do país uma possibilidade de vida melhor.

Assim, a historicidade que permeia a relação de Dona Eulália com Seu Altino, o lugar no qual morou, onde viveu e como se relacionou antes, durante e postumamente com seu marido, é fundamental para entender como e de que maneira a dor e a perda pela morte foi sentida dentro de um escopo muito maior do que de Dona Eulália e de sua família – os acidentes nos canaviais e as novas decisões dos que sobrevivem ao trabalho na cana.

Dentro dessa compreensão, a morte de Seu Altino não é significativa apenas dentro de uma perspectiva individual, que pensa a morte de um trabalhador e a dor de sua família, mas sim, de todo um campo de possibilidade de exploração que essa vida ceifada acaba explicitando e colocando em discussão entre os próprios trabalhadores, inclusive.

Façamos uma inflexão com Portelli (1996), sobre como as experiências individuais acabam por construir uma gama de experiência que extrapola o individual e que se estende ao social, assim vemos em sua formulação sobre o trabalho escravo norte-americano:

Se noventa e nove escravos nunca eram chicoteados e, não obstante, um deles recebia setenta chibatadas, a experiência excepcional deste último dava cor às expectativas e ao comportamento de todos os demais: a história estatisticamente excepcional do escravo número cem representa o horizonte de possibilidades de todos os demais (PORTELLI, 1996, p. 8).

Quando falamos sobre os acidentes sofridos pelos trabalhadores da cana³⁹, acabamos invisibilizando os sujeitos e como cada qual lida com a sua dor. Os acidentes se tornam dados estáticos, quando registrados, mas eles são mais do que índices, são incidentes com animais peçonhentos, cortes, machucados, lesões, câimbras, todo o tipo de contratempo que acaba por criar dinâmicas próprias de prejuízos e males àquele sujeito que labuta na cana. No entanto, a experiência de Seu Rogério e de sua família acaba por construir toda uma gama de percepções fundamentais no trato com essas memórias que tangem a periculosidade do trabalho na cana e o quanto os trabalhadores estão à sua própria sorte ao se colocarem nas ruas de cana de uma jornada de trabalho.

Se fosse possível medir o impacto da perda de Seu Altino de maneira objetiva, seria a fim de uma vida. A morte de Seu Altino seria uma fatalidade, um dia ruim, um descuido que causou a sua morte, por falta de treinamento ou até de equipamentos de segurança para a boa execução de seu trabalho. Essa leitura coloca todo o peso de sua morte sobre seus ombros.

No entanto, a morte desse trabalhador, que morre queimado em serviço, que acaba por deixar toda uma família desamparada, cria não só para a família, mas para toda uma coletividade, um eco barulhento dos infortúnios e da exploração desatinada em que se veem circunscritos. Um incômodo e um medo coletivo, que acaba por traçar dinâmicas para todos os trabalhadores sobre os limites de apoio e cuidado que possuem frente aos ferimentos, adoecimentos e quiçá mortes que venham a ocorrer. Uma experiência que provoca novas percepções sobre os perigos e insegurança legal frente aos direitos dos trabalhadores no eito.

³⁹ Para mais aprofundamentos acerca de acidentes na cana, ver: Costa, Costa e Silva (2024); Lima e Rumin (2023) e Rumin (2008).

Então, esse campo de possibilidade soa diariamente como um alerta acerca da sociedade desigual que partilham e onde se localizam nela.

Assim, quando buscamos entender as dinâmicas que recaem sobre Dona Eulália (ainda que sob olhar de Rogério sobre tal experiência), acredito que essa memória diz sobre como Rogério tenta compreender as pressões e dores da mãe não só após o falecimento de seu pai, mas como a vê hoje no presente – ainda debilitada por esse desalinho da vida:

Olavo: E como foi, se, esse período da morte do seu pai Rogério? Foi difícil pra vocês?

Rogério: Assim, assim, pra minha mãe foi muito difícil né!? Ela ficou muito mal né!? Até hoje ela toma medicação pra poder dormir

Olavo: Sim, sim...

Rogério: E assim, foi difícil né!? Ela sozinha pra criar quatro filhos, criança ainda né!?

Olavo: Sim...

Rogério: Mas graças a Deus ela conseguiu sabe? Deu, nunca faltou nada pra gente, sempre trabalhou, botou tudo pra gente

Olavo: Como é nome da sua mãe, Rogério?

Rogério: Minha mãe chama Eulália

Olavo: Eulália? Isso? Eulália?

Rogério: Eulália. É Eulália.

Olavo: E o nome do seu pai?

Rogério: O nome do meu pai é Altino.

Olavo: Altino. Mas assim, você, é que é uma coisa muito difícil né!? Pô, é igual você falou, é uma mãe com quatro filhos que de um dia pro outro o marido morre né!? Morre trabalhando ainda né!?

Rogério: O provedor da casa era o marido né!? E depois do nada morre né!? Praticamente foi, foi uma fatalidade que aconteceu né!? E ela sozinha...

Olavo: E você sabe o que aconteceu, o Rogério?

Rogério: Assim, pelo que falamos assim, ele tava “pondo” fogo com cana né!? Aí parece que veio um vendaval e, e ele correu pro lado errado, correu pra dentro do canavial, aí veio um vendaval e jogou um fogo tudo pra cima dele (ROGÉRIO, 2023).

Nesse momento, não quero abordar as estruturas, quero abordar como a vida dessa família acabou sendo desestruturada e reestruturada com a morte de seu Altino. Quero analisar como a morte de Seu Altino ceifou e ao mesmo tempo criou campos de prospecção para a família. Quero me dar a possibilidade de analisar as ambiguidades, de construir caminhos e alternativas que me possibilitem entender como a morte de Seu Altino impactou a vida de toda a sua família.

Para tanto, começamos com Dona Eulália, a mãe de Seu Rogério.

“Até hoje ela toma medicação pra poder dormir”. Imagine que em uma noite normal, em um dia normal, seu marido sai para trabalhar. Como sempre, você fica em casa, cuidando dos filhos, como sempre fizera, afinal o trabalho do seu marido é a noite. No entanto, você

acorda com a notícia que seu marido morreu queimado, seu corpo foi encontrado com os dedos dentro da terra como se tivesse tentando cavar um buraco para se esconder do fogo.

Seu marido era uma das poucas ligações que você tinha com a localidade em que morava. Já que, vinda do interior da Bahia, poucas eram as pessoas que você conhecia além do círculo social da destilaria e dos familiares que fizeram contigo tal percurso para a região. Agora seu principal companheiro estava morto. Queimado junto da cana.

A casa que você morava na destilaria era “emprestada”, você teria que devolvê-la, afinal, quem permitia a sua vinculação ali era o empregador do seu falecido marido. Você não trabalha com renda externa à casa e é mãe de 4 filhos (na época, o mais novo tinha pouco mais de 4 anos). A sua vida, planejada, organizada e estável dentro do que lhes era possível conceber foi queimada junto com o marido em uma aparente noite comum de trabalho da destilaria.

Para chegar ao que busco dialogar com a experiência de Seu Rogério e os indícios acerca de sua família, é necessário intuir outras percepções. Assim, vemos em outros momentos que:

Olavo: você ficou na destilaria até seu pai morrer ou você ficou mais um tempo depois?

Rogério: Não, até acho que, até morrer, aí depois a gente veio pra cá, pra Jaboticabal.

Olavo: Você veio pra Jaboticabal depois que seu pai morreu?

Rogério: Isso, isso

Olavo: A tá e aonde que você morou aí em Jaboticabal, Rogério?

Rogério: Ah eu morei ali perto do cemitério né, na Prudência Ortiz

Olavo: No X ali né!? No Bairro X

Rogério: Isso, no Bairro X ali, isso porque a minha mãe comprou a casa ali né!? Que eu não sei, aí eu já não sei te falar se ela recebeu indenização da Usina.

Olavo: Eu ia te...

Rogério: Isso eu não sei, eu sei que ela recebe uma pensão

Olavo: A ela recebe uma pensão do seu pai até hoje?

Rogério: Isso, agora eu não sei como funciona, se foi a Usina que deu a casa, se foi ela que comprou, não sei, se ela ganhou uma indenização, isso eu já, já não sei (ROGÉRIO, 2023).

Para analisar o que gostaria nesse momento, acredito ser necessário começar pelo fim. Assim, inicio recapitulando a trajetória dos outros entrevistados para chegar ao caso de Dona Eulália.

Dona Vera, só conseguiu uma casa própria aos 48 anos de idade, diante de um projeto habitacional local, chamado de Residencial. Dona Aparecida, consegue a sua casa em um bairro de trabalhadores, após uma vida de trabalho junto de seu ex-marido, com o acerto que ambos receberam da Usina. Seu Ademir, consegue uma casa na década de 1990, em outro projeto habitacional local, já com quase 50 anos, o mesmo acontece com Dona Dalzira. Diferente

desses sujeitos, Dona Eulália se muda para Jaboticabal, especificamente no Bairro X – um bairro bem localizado, próximo ao centro comercial – após a morte de Seu Altino.

Quero demonstrar a presença dessa família em confronto com as demais experiências dos entrevistados elencados anteriormente para marcar uma experiência que destoa das demais na condição de morar em Jaboticabal. Assim, esse processo de se constituir enquanto trabalhadores e efetivar certas conquistas também é diferente.

Dona Vera, Dona Dalzira, Seu Ademir e os demais entrevistados, ocupam a cidade e dentro desse processo (que não é rápido, mas sim lento e cheio de contradições) se constituem enquanto trabalhadores e vão construindo brechas para a moradia, para outros postos de trabalho, para cuidado dos filhos e encaminhar possibilidades para eles. Assim, é a partir de confrontos de classes, no quais esses sujeitos se transvestem e se percebem nos demais, a partir de experiências que os ligam aos próximos das mais variadas formas – seja por perceberem valores em comum com os vizinhos, observarem neles traços que lhe são comuns, passarem por experiências semelhantes – e assim se fazem trabalhadores (não só do campo, ou da cana, mas trabalhadores).

No entanto, esse fazer-se, por Dona Eulália e sua família em Jaboticabal, se dá de maneira mais peculiar. Assim, o fazer-se dessa família é marcado pela falta, pela contradição que se baseia em um estar sem ser. Morar em uma casa bem localizada, ter uma vida diferente dos vizinhos, ainda que ocupando esse mesmo espaço urbano. Eles se percebem como trabalhadores não por verem elementos em comum com seus próximos, mas por perceberem que a sua realidade se destoa daqueles sujeitos – ainda que tenham conseguido comprar aquela moradia (veja que Rogério é assertivo em dizer como avalia que sua viveu a morte do pai e até hoje experiencia essa dor, mas em relação à pensão e aquisição da casa ele pouco quer ou se interessou em destacar). Essa materialidade, ainda assim, não retira o peso da morte de seu Altino, ao contrário, traz ela junto como referência para o que a família buscou e alcançou desde então.

Esse ponto é reforçado quando Seu Rogério afirma, sem que haja indagações minhas, não saber se essa casa havia sido “dada” pela usina ou se fora comprada com o dinheiro de uma possível indenização após a morte do pai. Essa afirmativa, feita de forma quase que automática, é um indicativo para explicar a sua presença em um lugar que não lhe cabe – em um lugar que sabe que a sua presença é estranha, ou no mínimo assentada em uma morte.

A necessidade de se afirmar se houve ou não uma indenização recebida é complexa e pouco relevante para essa análise nesse momento, diante dos limites colocado por Rogério. No entanto, o que há para escarafunchar é que as usinas, ao longo do final da década de 1980 e

início de 1990, acabaram por serem parceiras municipais no que tange ao loteamento e direcionamento de loteamento de muitos bairros em Jaboticabal. Muitas das vezes, casas na cidade eram moedas de troca para a compra de lotes de terras de pequenos proprietários pelas usinas. Notadamente, o Bairro X era, no momento da morte de Seu Altino, um dos bairros no qual a usina em questão utilizava como moeda de troca para muitas das relações firmadas, seja com trabalhadores seja em negociações de aquisição de terras.

Dessa forma, o que havemos de perceber é que se mudando para a Jaboticabal, a vida de Dona Eulália se estabilizou, conseguiu uma casa própria e uma pensão, isso é mais do que todos os outros entrevistados dessa pesquisa conseguiram com a mesma idade e frente aos desafios que a vida ainda lhes colocava.

É a partir desse momento, que novos rumos são tomados e Dona Eulália consegue de forma efetiva, criar melhores campos de prospecção para si e para os seus filhos. Campos esses, que por vezes não conseguiram ser formados pelos outros entrevistados – vide o caso de Dona Dalzira, que retirou seu filho Renato da escola aos 10 anos para trabalhar ou de Dona Aparecida, que o filho mais novo completou os estudos após os 18 anos.

Quando afirmo que o fazer-se de Dona Eulália e de sua família se baseia em contradições profundas e complexas, há outros elementos para serem percebidos nas narrativas de Seu Rogério que valem à pena serem considerados:

Olavo: Mas aí você falou que passou necessidade Rogério, foi na tua infância?

Rogério: Não, não, não, na infância não, porque assim né, eu fui uma pessoa assim que, que, como que é que eu vou explicar pra você rapaz? [...] É [que] de todos os meus irmãos assim, eu fui o que mais assim, revoltado né!?

Olavo: A tá

Rogério: É, se entendeu?

Olavo: Huhumm

Rogério: Então assim, eu saia, comecei a beber, comecei a usar droga, aí...

Olavo: Entendi

Rogério: Mas assim, eu nunca dei trabalho, nunca roubei, nunca fiz mal a ninguém, nunca fui preso, graças a Deus, entendeu? (ROGÉRIO, 2023).

Em outro momento vemos:

Olavo: Como que você encara, Rogério, a morte do teu pai e a sua vida hoje né? Esse... todo esse processo assim...

Rogério: Eu acho assim cara, se meu pai tivesse vivo hoje eu estaria bem melhor, é, eu falo assim porque, eu mesmo, eu, eu falo eu por mim, não tô falando dos meus irmãos, eu acho que eu desperdicei por causa dessa revolta toda, eu fiz muita coisa errada, óbvio, nunca roubei, nunca matei, nunca fui preso nada, graças a Deus nada, eu fiz muita coisa errada, tipo assim, eu perdi muita oportunidade né!? Eu poderia ter estudado né!? Hoje eu me arrependo, uma coisa que eu me arrependo muito é de não ter estudado né!? Eu sonho em

fazer uma faculdade hoje né!? Mas é situação difícil, sabe? Mas assim, hoje eu consigo, consigo fazer um curso né, pra poder ter um trabalho melhor, então eu acho que se ele tivesse vivo cara, eu acho que ele, eu acho que eu “taria” bem melhor de vida hoje (ROGÉRIO, 2023).

Ao longo de toda a entrevista, o que mais me trouxe reflexão em Seu Rogério, não foi a sua vida difícil, mas a sua compreensão de quem é, como se relaciona com seu passado, como delimita o seu futuro e traça caminhos e alternativas para o seu presente. Acredito que muito disso se deve ao fato de como constrói a sua própria identidade pessoal frente a mim.

Assim, a perda do pai se torna um elemento marcadamente presente na construção desse Rogério que me é apresentado, o qual também provoqueei que viesse à tona. A forma na qual a entrevista foi marcada é um indicativo para tanto, o meu desejo por querer saber do seu passado, que é influenciado pela morte de seu pai, acabou por delimitar esse elo. Por essa razão, Seu Rogério sabia que sua narrativa era importante para mim devido ao falecimento do seu pai.

Acredito que há um questionamento muito propício feito por Thomson (2005), assim vemos:

Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias certas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social. (THOMSON, 2005, p.57).

Por mais que Thomson esteja se dirigindo acerca das reminiscências de ex-combatentes australianos na Primeira Guerra, o que quero trazer para o leitor que dialoga diretamente com essa dinâmica, é a construção do eu de Seu Rogério – que se faz presente em toda a narrativa que tangencia a temática de seu pai. Assim, essa identidade criada a mim e para mim, é de fato construída ao entorno desse *eu* que é afetado com o falecimento do pai.

Dessa forma, perder o pai é uma desculpa para o passado *desviado*, mas é uma desculpa envergonhada e silenciada. Esse silêncio é sintomático de uma estrutura maior. Não ter pai, para um garoto pobre em Jaboticabal na década de 1990 não é algo excepcional, ainda que sempre tenhamos como referência uma família nuclear. Assim, todas as problemáticas que recaem ao filho do meio, pós-trauma familiar dessa magnitude, pode ter sido, para Rogério, incorporado e traduzido no que indicou como *revolta*.

“É [que] de todos os meus irmãos assim, eu fui o que mais assim, revoltado”. É complicado explorar essa *revolta* nessas linhas. Revolta com o que? É uma revolta que surge da ausência ou que surge do trauma? Ou são consequência das duas problemáticas? Crescer sem pai, abandonar a escola para trabalhar, usar drogas, são elementos que permearam a vida

de Seu Rogério. Mas, o que isso diz sobre o convívio familiar e as expectativas que ele possuía para o seu futuro?

Reparem que essa *revolta*, aliada ao fazer-se de Seu Rogério, durante adolescência e início da sua vida adulta é um indicativo de uma contradição. Apesar dos novos campos de prospecção que foram criados, com a vinda dessa família para Jaboticabal, a forma na qual emergem não foram suficientes para que Seu Rogério se entendesse pertencente aquele lugar e daquela realidade. Assim, para os trabalhadores ter uma moradia e alguma renda é importante, mas não dilui os dramas com os quais terão que se a ver nesse novo lugar e na reorganização dos modos de viver.

Dessa forma, ao morar poucos quarteirões de uma escola central em Jaboticabal (diferente da época de destilaria), havendo a possibilidade de trabalhar em um emprego na cidade (não ficando “preso” ao trabalho na destilaria), ainda assim, há um desconforto com essa realidade vivida – que posteriormente será entendido pelo mesmo como *revolta* e não compreensão das oportunidades perdidas.

Assim, surge necessidade de uma fuga dessa realidade contraditória, que não lhe pertence. A bebida, as drogas, a boemia são indícios dessa fuga – repare que são indícios que foram construídos na narrativa atual. Na medida em que Seu Rogério aponta esses “*desvios*”, ele o faz sempre apontando para um caminho longe da criminalidade, “*nunca roubei, nunca matei, nunca fui preso, nada*”. Seu Rogério sabe que se “*desviou*” frente ao sujeito com o qual dialoga – que estudou, é professor etc. Mas, também, aponta para as motivações desses desvios: a *revolta*.

Portanto, ao mesmo tempo que traz as ações desviantes à tona em nossa conversa, ele o faz afastando uma ideia pejorativa que eu possa construir sobre ele. Há quase que uma lógica interdita na sua frase: se desviou por causa da *revolta* não por ser um “*criminoso*”.

Assim, Seu Rogério constrói essa narrativa e aponta para os seus *desvios* como consequências da morte do pai, como se fossem eles os causadores de sua realidade no hoje e aponta: “*Eu sonho em fazer uma faculdade hoje né!? Mas é situação difícil sabe?*”. É uma frase forte, é a observância da própria realidade e das condições que se impõe a Seu Rogério, pagar uma faculdade, conciliar os estudos com a rotina de vigia e com os cuidados para com a mãe. Assim, surgem uma enormidade de fatores que prejudicam e dificultam o seu ingresso no Ensino Superior.

Seu Rogério abandonou a escola no segundo ano do Ensino Médio, com 16 anos, para trabalhar. Entre as idas e vindas da vida, se viu sem emprego, sem dinheiro e sem profissão. Em 2016, vendeu sua moto, com o dinheiro pagou um curso de vigilante em Ribeirão Preto (60

Km de Jaboticabal) e logo após terminar a sua formação começou a trabalhar em Jaboticabal como vigilante patrimonial – função que ocupa até hoje.

Quero que o leitor compreenda esse processo de “inventar um campo de trabalho profissional” vivido por Seu Rogério como um elemento que permeia a busca pela criação de novos horizontes de possibilidades, aliados a esse processo de autoavaliação constante das tomadas de decisões (e o que se pretende adiante). A necessidade de dialogar com o mercado de trabalho que se apresenta a sua frente, mas dentro daquilo que alcança e visualiza no campo de pressões em que se situa.

Essa busca de Seu Rogério, em direção a criação de novos campos de prospecção, que se baseia na qualificação profissional, muito chama a atenção para pensarmos um processo muito interessante e com interseccionalidade com outros trabalhadores dessa pesquisa.

Quando nos atemos acerca do processo de escolarização dos trabalhadores da cana em Jaboticabal é possível perceber como esses sujeitos, que partilham de uma historicidade em comum, fizeram valer a sua presença em Jaboticabal. A seguir, trago uma fotografia para pensarmos esse processo, quem são esses sujeitos e como os mesmos se fazem valer em Jaboticabal, assim vemos:

Imagem VIII – Festa Junina, Turma da Dona Vera



1996 (cedida pelo entrevistado)

Roupas de frio, comidas nas mãos, ao fundo um milho personificado com rosto humano, figuras de caipiras e bandeirinhas juninas, indicam a época do ano – é junho; um abecedário, localizado em cima de uma lousa pintada na parede ao fundo da imagem, revela o lugar – uma escola. É uma festa junina escolar.

Um senhor com a camisa aberta até depois do peito, em conjunto os sujeitos abraçados – indicando certa proximidade e afeto entre eles – nos indicam certa leveza e a descontração com o ambiente. As crianças parecem acompanhar os adultos – não ao contrário. Os homens jovens, o senhor, a mãe que segura a criança agasalhada do frio, o professor ao fundo, sem querer tirar o protagonismo dos donos da festa, revelam um questionamento latente nessa pesquisa: como os sujeitos se fizeram valer nesse processo de ocupar a cidade?

A foto, revelada em agosto de 1996, foi tirada por Dona Vera, no CIAF I⁴⁰ (Centro Integrado a Família), no Santa Luzia, na época na qual terminava o ensino fundamental II. Ali

⁴⁰ Ao darmos ênfase no caso em questão, o que chama a atenção é o tripé que o poder público faz ao criar o CIAF I. Assim, se forja uma união entre a Saúde, a Assistência Social e a Educação. Os trabalhadores, então tem com a criação desse Centro Integrado a Família quase que um repositório para as suas demandas ao ingressarem na cidade. Assim, a Educação, a Saúde e a Assistência Social em Jaboticabal, nas décadas anteriores a Constituição Federal de 1988 (que firma o entendimento acerca desses direitos fundamentais), é construído ao entorno desse Centro Integrado – note que o CIAF I tinha função tripla: era um centro de referência da Assistência Social (antes do SUAS – então servia tal como um CRAS nos dias atuais), um posto de saúde (antes do surgimento do SUS –

vemos trabalhadores, em um ambiente que destoa das “Trabalhadoras do limão”, sujeitos fora da dicotomia trabalhador-trabalho, em um momento de lazer na escola na qual terminavam seus estudos.

Pensar a presença de Dona Vera e de toda uma gama de trabalhadores em um ambiente escolar vai além de pensar a ocupação desse ambiente. O processo de escolarização, ao passo em que ocupam a cidade, é necessariamente pensar como esses sujeitos se fazem valer nesse intrincado modo de vida que se apresenta a eles, inclusive tomando para si a urgência de novos saberes para disputarem esse lugar. Nesse sentido, o escolarizar-se não é apenas uma imposição ao modo de vida urbano, mas também é uma construção de caminhos e alternativas que se apresentam a esses sujeitos, que identificam e compartilham não só agruras do trabalho e do lar, mas expectativas e desafios, como o de se retomarem os estudos.

O adensamento da população urbana na década de 1970, acabou por demandar a efetivação do direito à educação por parte dos trabalhadores em conjunto com pressões dos grupos mais progressistas da sociedade⁴¹. Assim, vemos programas de alfabetização surgindo e se delimitando nas décadas posteriores. Essas demandas e os programas surgidos, acabaram construindo e delimitando o processo que faz com que Dona Vera se apresente com a sua turma no CIAF I.

Nesse sentido, quando Dona Vera, ocupa esse espaço, partilha dele com seus iguais, se escolariza, ela não só cria novas possibilidades para si, mas também o faz com base no valer-se de sua presença na cidade. Assim, esse movimento que leva esses trabalhadores à escola, se escolarizarem não é um movimento em busca apenas da qualificação formal, ele o é, mas em essência é usufruir daquilo que lhe é por direito – aquilo que lhe cabe e aquilo que faz sentido para esses sujeitos.

mantido com dinheiro público tal como uma Unidade Básica de Saúde) e uma escola de Educação Básica e uma creche (antes da LDB ser criada).

⁴¹ O processo de luta pelo acesso à educação, no contexto no qual se insere esse debate, é complicado e muito denso. No entanto, o que devemos pensar são os contextos no qual se inserem duas modalidades de educação: a educação básica e a educação de jovens e adultos. Pontuo essas duas modalidades pois são a partir delas que é possível correlacionar a presença dos trabalhadores e o seu *fazer-se* ao passo que ocupam a cidade. Assim, é possível notar, na década de 1970 (marco para a transição demográfica brasileira), que a educação básica passou por mudanças significativas: as matrículas nos graus elementares aumentam em mais de 151%, o que aumenta a demanda física pela construção de escolas; esse aumento de matrículas, em conjunto com um novo cenário econômico, político e social, acabou exigindo a criação de novos currículos e novas matrizes escolares (RIGOTTO, 2005; SOUZA, 2005, p. 371). De acordo com as autoras: “Em 1970, somente 68% da população em idade escolar (7 a 14 anos) estava matriculada (...) nos anos de 1980, essa taxa aumentou, chegando a 86%.”. Assim, a demanda por educação básica aumentou consideravelmente ao passo que a cidade era ocupada pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a nova dinâmica capitalista da década de 1970, em conjunto com a necessidades dos militares, acabou por fomentando experiências acerca da Educação de Jovens e Adultos. Assim vemos o surgimento do Mobral e, posteriormente, a consolidação do EJA como modalidade escolar. Para mais debates acerca da educação nas décadas de 1970 a 1990 ver: Rigotto e Souza (2005), Ramos (2020), Catini (2021) e Silva e Freitas (2019).

Uma questão muito significativa para mim, quando observo os trabalhadores que ocupam a cidade e perpassam por esse processo de escolarizar-se é quando observo o caso de meu pai. Em outro momento, narrei que meu pai aos 10 anos saiu da casa no sítio em que morava com seu pai, o meu avô, para ir para a cidade – criar novos horizontes de possibilidades, estudar e tentar uma vida melhor. Assim, Seu Carlos, passou a morar em Jaboticabal, ter acesso a uma escola muito maior e de mais fácil acesso em relação àquela que tinha no campo.

No entanto, conforme me narrou, ele não foi bem recebido na escola que frequentou. Não por ter problemas de aprendizagem ou por problemas financeiros que o fizeram recorrer ao trabalho ao invés do estudo – tal como é o caso de Renato filho de Dona Dalzira ou de alguns outros que já mencionei. Mas sim, pelo fato que Seu Carlos não tinha vínculo, laços, com aqueles sujeitos que frequentavam aquele ambiente. Meu pai não partilhava da mesma realidade que seus colegas, não se enquadrando naquele modelo de escola, essencialmente por não pertencer àquele universo social. Por essa razão, ao final do Ensino Fundamental meu pai saiu da escola, com 14 anos, e foi trabalhar como assistente de ceramista, desistindo de continuar os estudos.

No entanto, Seu Carlos retornou à escola mais velho, com 18 anos. Agora em outra posição, trabalhava em uma cerâmica durante o dia e estudava à noite. Como bom ouvidor de histórias que sou, percebo muito saudosismo em suas narrativas ao tratar seus momentos de São Luís (escola na qual terminou o Ensino Médio). Não porque nesse momento ele tenha tomado gosto pela educação formal, ou por ter ascendido socialmente através do estudo, motivos suficientes para gerar saudosismo ao seu tempo de escola.

O saudosismo, nas memórias de meu pai, muito é decorrente de um ideal de pertencimento, não reconhecido na sua experiência escolar anterior. Assim, Seu Carlos se viu novamente, tal como na escola que frequentava no campo, cercado de pessoas que partilhavam do seu mesmo universo, vinham do mesmo lugar que ele. Então, o retorno e o gosto pela época de São Luís, não se baseia apenas na criação de horizontes de possibilidades para si, mas também do processo de ocupar a cidade e entender-se como pertencente daquele lugar. Assim, Seu Carlos, não terminou o Ensino Médio e o técnico em contabilidade, apenas pela qualificação profissional, mas por se compreender como parte integrante daquele lugar que outrora não pertencera.

Dessa forma, o motivo que fez com que Dona Vera passasse por esse *escolarizar-se*, em um momento que já era mãe, em que trabalhava e estudava e, por essa razão, se privava de prazeres para conseguir estudar, é o mesmo motivo que faz com que meu pai narre com saudosismo sua época de São Luís. Dona Vera, assim como meu pai, se viam em seus colegas,

se viam pertencente aquele espaço, não eram estranhos e nem diferentes aos demais, ao mesmo tempo que construíam campos de prospecção mais seguros e confortáveis frente as realidades que se apresentavam a eles.

Se fazer valer nesse espaço, em constante construção e reconstrução, não é algo linear ou organizado na vida dos trabalhadores – vide o caso de Seu Rogério e seus *desvios*. A percepção que devemos ter ao observar esse valer-se na cidade é observarmos como são traçados essas escolhas e caminhos. Vemos em Dona Dalzira elementos que nos ajudam a perceber esses caminhos e esse ocupar e fazer valer-se na cidade, assim vemos:

Olavo: Aí [vo]cê cuidou do [bisa]vô dois anos e dois meses...

Dalzira: Cuidei do meu pai dois anos e dois meses [1992-1994]...

Olavo: Aí ele morreu...

Dalzira: Ele morreu, eu fiquei um ano com a minha mãe lá, um ano nada, meu pai morreu Dorival meu irmão tava morando no fundo, que tinha largado da mulher. E o Dorival, meu irmão, bebia muito...

Olavo: Bebia...

Dalzira: Bebia muito mesmo e a minha mãe passava muito a mão na cabeça dele, dele, ele era...

Olavo: Caçula né?

Dalzira: Ele era o caçulinha dela, aí ela falou pra mim que era pra nois ir embora de lá, depois de fazer tudo...

Risos

Dalzira: Minha mãe não era fácil não, mandou nois embora pra nois alugar uma casa e ir embora, porque ela queria por o Dorival dentro de casa, nem mandou nois morar no fundo, eu tava com o Geraldo nessa época. Aí eu arrumei uma casa lá no Parque do Trevo, lá perto do restaurante do Cardoso, aí fui morar lá pagar R\$350 de aluguel, né? R\$350 de aluguel... e morei lá três anos [1997-2000] e de lá eu vim cá, financiei essa casa e vim pra cá.

Olavo: Mas aí quando você veio pra cá, a [bisa]vó morou aqui um pouco com você, não é?

Dalzira: Morou, porque aí Dorival morreu [1999] e ela ficou dois anos lá só. E ela já ficou meia ruim, eu já queria trazer logo que ele morreu, ela falou que não, que não queria vir, que tinha a minha tia que era solteirona, aí ela que morava junto.

Olavo: Então você veio aqui logo que o bairro fez... logo que o bairro fez [vo]cê já tava aqui?

Dalzira: Acabou de fazer eu já entrei...

Olavo: Entendi...

Dalzira: Entrei aqui só tinha barro aqui na frente, não tinha muro, não tinha nada. Entendeu? Eles levantam e te entregam, não tinha nada. Aí o resto é por tua conta. Então, eu faz... né... aí eu vim pra cá. E daqui, se Deus permitir, que eu sei que vai ser isso mesmo, daqui vai ser a morada última lá em cima... que eu não vou mudar daqui... (DALZIRA, 2022).

Trago esse trecho para pensarmos alguns elementos presentes em outra parte da dissertação⁴² para dialogar com a trajetória de Dona Dalzira em Jaboticabal. Dessa forma, gostaria que o leitor adentrasse nas minúcias da trajetória de Dona Dalzira para perceber como a saída da casa da mãe foi sentida e entendida pela mesma e como isso marca a sua presença e a sua experiência no seu valer-se na cidade.

Assim, começamos pela doença de seu pai. Em 1992, Seu Olavo – pai de Dona Dalzira, fica doente e a mesma passa a tratar de suas enfermidades. Depois de “*dois anos e dois meses*” (em 1994), seu pai falece, seu irmão caçula se divorcia e ela é “mandada embora” da casa de sua mãe.

Não há necessidade de aprofundarmos sobre como o trabalho de cuidado⁴³ de Dona Dalzira para com o seu pai foi invisibilizado pela sua mãe, uma vez que esse não é o ponto centrar aqui. No entanto, há situações conflitantes para percebermos aqui que acabam dando outros olhares para essa situação. Dona Dalzira já estava casada na época, situação que se distingue drasticamente daquela que a fez morar com os seus pais em 1988. Ao mesmo tempo, quem necessita de uma rede de apoio agora era seu irmão caçula, Dorival – recém separado e com uma filha pequena. Assim, há camadas maiores e mais robustas que nos fazem olhar com outros olhos a atitude de sua mãe e dela própria.

Ao mesmo tempo, quero que o leitor observe que Dona Dalzira chega, em 1988, à casa de seus pais desestruturada – recém separada, desabrigada e com três filhos pequenos para criar. Havia então, uma necessidade de uma rede de apoio para essa mulher, fora toda uma construção moral em torno da situação que Dona Dalzira se encontrava.

Com isso, após ser expulsa em 1997, Dona Dalzira se dirige a “*a casa do Parque do Trevo*” com Seu Geraldo, seu marido na época e sua filha caçula. No entanto, em 2000, três anos após ser “mandada embora” pela sua mãe, ela conquista a sua casa própria e em 2002 recebe Dona Maria, para cuidar de seus primeiros sinais de demência.

Quero que o leitor perceba que há uma construção narrativa quase bíblica – “dar a outra face”. Assim, o que me é narrado tanto tempo depois por Dona Dalzira quase que se torna uma jornada de uma heroína. Há uma personagem, uma mulher desamparada e sem abrigo, que é recebida pelos pais após a sua separação; quando o pai é atingido pela enfermidade, se dedica

⁴² Nesse momento, a leitura do Capítulo 2 se faz necessária para o leitor que queira compreender como se deu o processo que fez com que Dona Dalzira se dirija a casa dos pais. Fiz essa quebra de roteiro para que seja possível abordar mais efetivamente o que quero com essa movimentação dessa trabalhadora pela cidade. No entanto, para o leitor despretenso (ou pouco curioso) deixo de sobressalto: Dona Dalzira passa a morar no fundo da casa dos pais pois na ocasião estava em processo de divórcio com o seu ex-marido.

⁴³ Para dialogar de forma mais aprofundada acerca do trabalho de cuidado, realizado por mulheres em seus lares, e a sua invisibilização ver: Batista e Bandeira (2015) e Hirata (2016).

a ele; pouco tempo depois da morte do mesmo, é expulsa da casa da família; conquista a sua casa própria; e, por fim, recebe a mãe doente que a expulsou de casa. É uma volta por cima.

A narrativa de Dona Dalzira carrega a intencionalidade de demonstrar que ela não sentiu raiva pela atitude da mãe, a aceitou de bom grado, removendo do coração toda a mágoa e rancor que podia haver pela mãe – quase que como um livro de autoajuda. Assim, se outrora foi ela que necessitou de uma rede de apoio para se estruturar em 1989, foi ela quem forneceu essa rede para a sua mãe 13 anos depois.

Assim, não é o que Dona Dalzira quer dizer que nos basta, mas sim, o que está por de trás dessa narrativa. Quando observamos como Dona Dalzira se apresenta pela cidade e como a cidade se apresenta para ela, se torna passível de compreender como esse valer-se dos trabalhadores pela cidade se deu nesse caso específico.

Dessa forma, ao me construir essa narrativa em sua casa, já idosa, após o falecimento da mãe, todas essas percepções e construções feitas por essa mulher são aguçadas por certos significados e avaliações. O trabalho na cana, a fome, o processo de separação, a conquista da casa própria, são elementos que tomam forma e sentido quando me são narrados, não são palavras levianas, soltas ao vento – elas estão imbrincadas na comprovação de quem ela é. Assim, o processo de valer-se ao ocupar a cidade, nas suas mais diferentes formas e nos seus mais diferentes modos de me narrar, se tornam completos e muito vivos.

Assim a frase, “*Entrei aqui só tinha barro*”, não é apenas uma afirmativa de que quando ela se mudou para o bairro Residencial⁴⁴, o mesmo não havia sido asfaltado, também o é, mas é em sua essência uma afirmação de uma trajetória, que não começa apenas quando ela compra a casa, mas desde quando ela se lembra – o barro não é apenas o barro, mas uma alusão ao crescimento e ao desenvolvimento do bairro no qual ela mora. É uma afirmação feita por uma anciã, que se coloca frente asminhas indagações como aquela que viu a cidade mudar, participou dessa mudança, sentiu a mudança e hoje descansa a sombra dessas alterações vividas.

Assim, a trajetória de ocupação de Jaboticabal para Dona Dalzira, se entrelaça com toda uma gama de relações, de afetos e de desafetos vividos por essa mulher em Jaboticabal. Assim, a sua trajetória se confunde e se entrelaça com a trajetória da própria cidade, visto que ela se vê tão integrante do bairro quando a bairro é integrante dela. A frase ao final, “*E daqui, se Deus permitir, que eu sei que vai ser isso mesmo, daqui vai ser a morada última lá em cima... que eu*

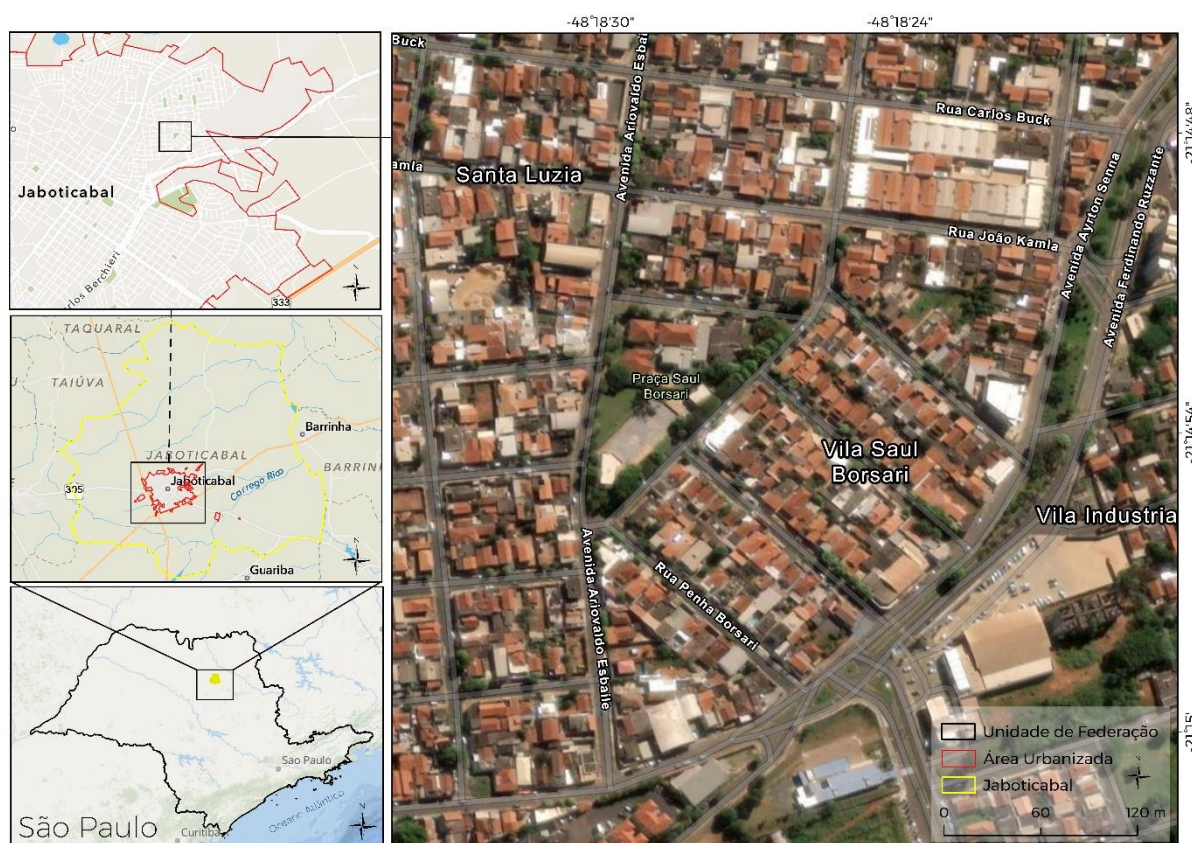
⁴⁴ O bairro Residencial foi um projeto habitacional jaboticabalense, firmado na gestão 1997-2000, que contou com a participação da iniciativa privada para a sua construção. Diferentemente de todos os projetos habitacionais da cidade, a faixa de renda que contemplava os futuros moradores do bairro estavam entre a faixa de 5 a 10 salários mínimos – muito diferente da faixa de renda que cobriam a COHAB I e do Parque Primeiro de Maio que tiveram suas faixas de renda que variando de 3 a 5 salários mínimos (YOSHIMURA, 2003).

não vou mudar daqui.”, não é um melodrama que faz parte dos vocábulos das avós. É como essa trabalhadora percebe as suas experiências e se posiciona frente ao vivido. Se outrora ela esteve à deriva, sendo remediada pelos seus, com a sua casa ela se vê fortalecida, remediado aos seus.

Quando pensamos em mudanças, alterações e dinâmicas perpassadas pelos trabalhadores na cidade, um elemento que me chama a atenção, que me fez explorar essa temática e consequentemente escrever essas linhas é a relação que esses sujeitos tiveram com dois bairros específicos: o Santa Teresa e o Santa Luzia.

A seguir trago mapas dos dois bairros em questão, assim vemos:

Imagem IX - Mapa Santa Teresa



Fonte: Unidades de Federação - IBGE, 2022 | Área Urbanizada - IBGE, 2019 | Limite Municipal - IBGE, 2022

Referencial Geodésico: Sirgas 2000

Organizado pelo autor

Imagem X - Mapa Santa Luzia



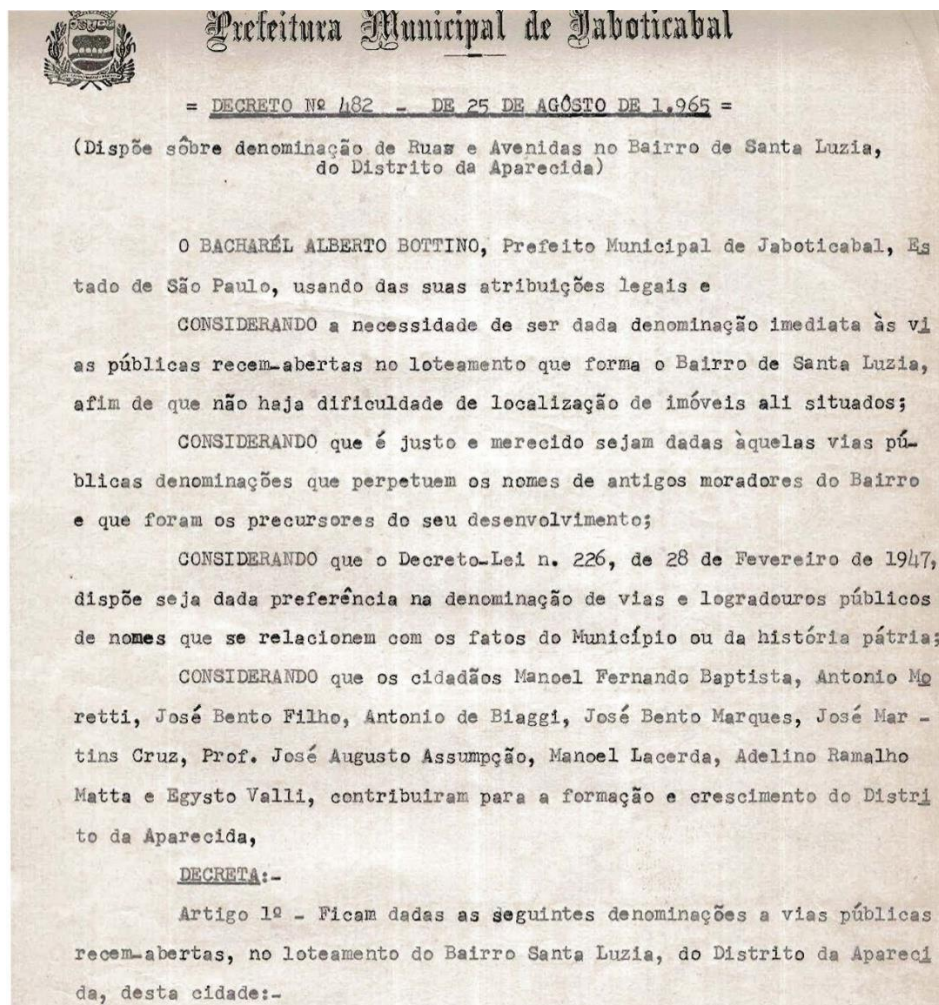
Fonte: Unidades de Federação - IBGE, 2022 | Área Urbanizada - IBGE, 2019 | Limite Municipal - IBGE, 2022

Referencial Geodésico: Sirgas 2000

Organizado pelo autor

O que já nos fica revelado quando tomamos ciência desses dois bairros para a classe trabalhadora de Jaboticabal é a sua localidade. Ambos se localizam ao lado um do outro, quase que como uma continuidade, é muito difícil até mesmo para um morador de Jaboticabal saber quando termina o Santa Luzia e onde começa o Santa Teresa. Assim, para pensarmos como esses bairros se alteraram e se modificaram com a chegada de um certo contingente de trabalhadores em Jaboticabal, vejamos a narrativa expressa no Decreto 482, de 25 de agosto de 1965:

Imagem XI – Decreto nº. 482/PMJ



Para tanto, acredito ser necessário recuar um pouco o pensamento e trazer o leitor para a compreensão da época em questão. Como já apontado na Introdução, Jaboticabal desde a década de 1950 já tinha uma produção significativa em torno do cana-de-açúcar – principalmente voltada a produção de açúcar. Em 1960, essa gramínea começa a galgar espaços maiores na produção agrícola de Jaboticabal e atrair migrantes de várias regiões do país. Ao mesmo tempo, a data do Decreto questão é de 1965, estabelecendo uma relação de proximidade com o ETR que é de 1963. Assim, não seria lógico acreditar que a organização urbana de um bairro que prioritariamente atendia trabalhadores ligados ao rural não seria alterada frente à lei que é um divisor de águas para o adensamento urbano com a proletarianização do trabalhador rural.

A partir do Decreto é possível compreender que o poder público separa o, até então, distrito da Aparecida e o Santa Luzia. Logo após, nomeia as ruas com os nomes de figuras

importantes de Jaboticabal, homens de elevada moral para a Jaboticabal da época. Assim, é criado um sentido “do que é nosso e o que deixamos para eles” – o bairro Aparecida continua com a sua moral idônea, “um bairro de jaboticabalenses de fato, e o Santa Luzia o bairro dos trabalhadores”. Dessa forma, as ruas do novo bairro, que se forma em torno de trabalhadores ligados ao rural, que pouco traçam relação com os “patronos de Jaboticabal”, recebem o nome de figuras de cidade.

Mas de fato isso não é o mais significativo para a nossa pesquisa, o que mais nos importa é pensar como os trabalhadores se fizeram valer nessa Jaboticabal – que estava em constante mudança e disputa por valores e ideais. Logo, aponto para uma Lei Ordinária datada de 1972, para que assim seja correlacionar com o decreto a cima e dialogar e refletir questões pertinentes para esse momento da dissertação. Assim vemos:

Imagem XII – Lei Municipal nº. 1008/PMJ



Prefeitura Municipal de Jaboticabal

=LEI Nº 1.008 - DE 19 DE JUNHO DE 1.972=

(Autoriza a Prefeitura Municipal a receber, por doação gratuita, um terreno situado no Bairro do Barreiro)

[Handwritten signature]

ANGELO BERCHIERI, Prefeito Municipal de Jaboticabal, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere a Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Jaboticabal, em sua sessão de 14 de Junho de 1.972, decretou e êle promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Jaboticabal, autorizada a receber, por doação gratuita, do Dr. Eduardo de Campos Werneck, um terreno situado nesta cidade de Jaboticabal, no Bairro do Barreiro, com área de 7.744 m² (sete mil, setecentos e quarenta e quatro metros quadrados), já levantada e delimitada, destinada à construção de um grupo escolar.

Artigo 2º - Referida área de terreno deverá ser, oportunamente, doada ao Governo do Estado de São Paulo, para a - construção da unidade escolar de que fala o art. 1º desta lei, - cuja edificação deverá ter início no prazo máximo de um ano e - conclusão no de três anos, a contar da data da doação.

O bairro em questão, Barreiro, fica próximo dos bairros Santa Teresa e Santa Luzia, muito do surgimento e crescimento dessa região foi creditado à expansão urbana de Jaboticabal na década de 1960 e 1970. O que me chama a atenção não é o decreto que cria a Escola Estadual Afonso Todaro (atualmente Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Afonso Todaro), mas o que está por de trás da criação dessa escola. Assim, é possível compreender a partir do surgimento de uma escola pública, nos entornos dos bairros no qual os trabalhadores viviam,

como a classe trabalhadora, ao passo que ocupa a cidade, se faz valer as suas vontades e as suas demandas por educação, para os seus filhos.

Assim, não é a doação do terreno que gera a criação da escola. Mas a necessidade por se criar uma escola, para atender os anseios da população que geram a utilização do terreno como um gatilho para a atender as demandas sociais.

Nesse sentido, compreender as alterações vividas em Jaboticabal nas décadas posteriores a ascensão da cana e do ETR é necessariamente observar como os trabalhadores se organizaram e fizeram-se valer as suas vontades frente as pressões de classe e os conflitos vividos nesse processo de estabelecer-se na cidade.

Trato desses bairros especificamente pois todos os entrevistados que trabalharam no corte de cana-de-açúcar em Jaboticabal, em algum momento se fixaram por esses bairros – vide o caso de Dona Vera que em todos os momentos nos quais morou Jaboticabal morou no Bairro Santa Luzia, ou de Dona Dalzira que a primeira casa que morou em Jaboticabal se localizava no Santa Teresa.

O que me chama a atenção e faz com que meu olhar se retenha nesses bairros específicos é que essas localidades pouco estabeleciam relação com os canaviais quando observados espacialmente – não estavam mais próximos aos canaviais do que qualquer outro bairro da cidade; ao mesmo tempo, não possuíam escolas, creches ou uma estrutura que pudesse abrigar os filhos desses trabalhadores de forma organizada e sistemática para que pudessem ser vistos como atrativos para que esses sujeitos se dirigissem a esses locais. Afirmo isso, pois toda a estrutura que é montada nessa região (escolas, postos de saúde e os próprios CIAF's) é posterior a chegada de trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980 – perceba então que não é a estrutura que movimenta os trabalhadores, mas os trabalhadores que se movimentam em busca da criação dessa estrutura.

No entanto, o que é possível explorar é que havia uma estrutura habitacional previamente montada e preparada para alojar trabalhadores migrantes já na década de 1960. Trabalhadores esses ligados diretamente a beneficiadoras de algodão – é notado que as maiores benfeitorias de algodão da cidade margeavam esses bairros. Ao passo que a queda da produção de algodão se acentua e a produção de cana-de-açúcar começa a ganhar mais volume na produção agrícola de Jaboticabal, esses espaços passam a ser ocupados cada vez mais por trabalhadores migrantes de outros estados ou até mesmo trabalhadores advindos do meio rural que viviam em Jaboticabal ou região.

No entanto, não há de fato um elemento concreto ou objetivo que marca ou que funda as razões e as motivações que levaram trabalhadores a esses dois bairros. O que é possível de

afirmar, a partir de tudo aquilo que consigo estruturar, é o sentimento de pertencimento que os próprios trabalhadores estabeleceram para com aquela localidade. Assim, havia toda uma ligação dos sujeitos com aquela localidade que se estabelece pelas seguintes razões: i) esses bairros estabeleciam proximidades para com o trilho do trem e a estação ferroviária, logo era uma região de grande fluxo de pessoas, que facilitava a chegada e a saída de migrantes; ii) havia uma presença historicamente fundada de outros trabalhadores, ligados ao rural, naquela localidade, o que por si só, gerava certas redes vinculações com base no parentesco e na familiaridade por parte dos trabalhadores que se dirigiam a Jaboticabal; e iii) havia uma estrutura habitacional previamente montada que dispunha de casas com alugueis com preços acessíveis.

Desse modo, observar as mudanças ocorridas em Jaboticabal, nas décadas na qual essa dissertação se debruça, não se resume em pensar nos bairros criados e nos programas habitacionais que surgidos a partir da década de 1970⁴⁵. Mas é pensar como e de que forma esses sujeitos passam a ocupar a cidade e fazem valer as suas demandas – como no caso explicitado a cima, com a criação da EMEB.

Assim, trago um trecho da entrevista com Seu Ademir para pensarmos como vemos esse processo de ocupar a cidade e fazer valer a suas demandas, é visto pelos próprios trabalhadores:

Olavo: Vocês conseguiram uma casa no Mutirão? Pegaram uma casa lá?

Ademir: A gente que fez né...

Olavo: Muito legal isso né?

Ademir: A minha luta é muito grande né

Olavo: E como que foi pra conseguir uma casa lá?

Ademir: Em 1990 o Deieto Aleixo... porque eu sou uma pessoa muito conhecida em Barrinha... aqui eles me chamam de Ananias, lá em Barrinha Ademir, qualquer dúvida se você quiser saber que sou eu procura na Barrinha o antigo prefeito Catia, que foi preso agora, não sei se saiu, eles vão falar quem sou eu. Eu sou um cara persistente se eu meto... se eu falar “vamo ganhar” a gente vai ganhar porque eu sou carniça... eu vou em cima eu consigo, eu consigo. Você... eu tenho uma experiência grande, eu tenho diploma do 4º ano foi ESTUDADO não foi comprado. Esse menino **[Emerson Camargo atual prefeito de Jaboticabal]** tá “Ó tá difícil porque o japonês **[José Carlos Hori ex-prefeito de Jaboticabal]** tem um nome e eu tô aparecendo agora” eu falei “Peraí! O japonês tem um nome mas eu tenho argumentos é...” eu tenho... Eu

⁴⁵ É a partir da década de 1970 que começam a surgir programas habitacionais em Jaboticabal. É possível assim demarcar duas ondas ocorridas entre as décadas de 1970, 1980 e 1990. Cada uma dessas ondas tem orientações econômicas e políticas próprias e atenderam grupos sociais diferentes – na primeira onda percebemos a participação mais acirrada do poder público com os financiamentos das unidades habitacionais pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e na segunda onda percebemos a participação político-privada com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Assim, na primeira onda é possível marcar a presença da COHAB-RP, subsidiada pelo BNH, na década de 1970, entregando 1391 unidades em três bairros: a COHAB I (1979), COHAB II (1983) e COHAB III (1988). Já na década seguinte, com o fracasso do BNH, iremos notar a presença da CDHU e de projetos municipais, como os projetos do Parque Primeiro de Maio (1993), COHAB IV (1996) e Residencial (2000). Para leituras que apontem o sucesso ou fracasso, tanto do BNH quanto da CDHU, ver: Valadares e Cunha (2017) e Pulhez (2016).

não sei se você pode até concordar mas a discriminação tá em primeiro lugar, mas você não pode ir pela discriminação não... e todo mundo que é discriminado tem algo perto de você que merece um crédito

Olavo: Sim

Ademir: Foi o que aconteceu no Primeiro de Maio

Olavo: Entendi

Ademir: Eu sou um representante lá, eu abracei...

Olavo: Você foi um dos representantes?

Ademir: É... eu abracei “você é loco Naniás” eu “deixô eu abraçar e eu vô vê o que eu faço” e venho lutando... desde 1992 eu venho lutando... lutando pra que? Pra pegar um centro educativo... eu perguntei pra algumas mães, elas falou “cê tá loco, vai gastar dinheiro atoa... o que é um centro educativo?” O mãe cê tá de brincadeira comigo? O que é centro educativo... as criança não estuda tudo cedo? E tem umas criança que estuda cedo depois do almoço ela vai ficar na rua?

Olavo: Não... você tem que por ela em algum lugar pra ela fazer alguma...

E as criança que estuda depois do almoço? O pai tem que trabalhar, a mãe tem que trabalhar... Até uma senhora aqui da COHAB 4 ela falou “cê tá pedindo centro educativo mas é só pro pessoal do Primeiro de Maio?” “Não!”. O centro educativo é municipal... “mas quem vai tomar conta?” “Você mãe, você, você não vai tomar conta do seu filho aqui mas você tem que ser mãe pra trazer ele aqui e deixar aqui e ele só vai sair daqui com você”.

Olavo: Quem vai trazer e buscar é você...

Ademir: É você. Se você autorizar seu marido, vai se tudo registrado certinho né?! Com telefone, se você autorizar seu marido buscar ele busca tem que deixar o nome seu e dele. É, ninguém tira e tem um determinado critério, horário né?! Ela não vai trabalhar de graça vai ter uma verba social pra fazer isso e eu falei pra ele, ele falou “Naniás quanto você quer pra trabalhar comigo” falei “ah, meu preço é pesado, é caro. Fala pra mim, você tem que vender a sua casa, o dinheiro do banco como professor, você tem que dar pra mim e eu vou encarar” falei “cê topa? Vai me dar sua casa pra eu trabalhar com você? Então fechou”. O negócio é o seguinte eu tenho uma carta, uma carta... especial do primeiro de maio, agora eu vou fazer um livro, eu fiz uma carta, quase que eu fui processado mas se nois tá junto eu vou falar de mim e você cara, não vou falar da tua mãe e do teu pai, é nois dois que ta na luta, eu vou falar de você e pode levar onde você quiser e pó levar onde você quiser eu nem fui lá registrar. Eu fiz uma pequena carta com seis frase, sabe quando você ta aí triste e angustiado? E aí eu chego e dou uma paulada no seu coração e você fica mais triste e a tristeza sua vai tornar realidade?

Olavo: [risos] entendi...

Tá lá o ginásio de esporte, o centro educativo tá pronto já tá? Viu? Eu pedi a quadra vai vir a quadra sintética, tá pronto! Tá pronto! Se um dia você passar na antiga quadra de areia vai ser campinho de mato e tudo... minha meta era o centro educativo e tá lá... (ADEMIR, 2023).

A fala de seu Ademir chega a ser caricata quando pensamos sobre como os sujeitos percebem e fazem valer as suas demandas e vontades. No entanto, o que gostaria de explorar nesse momento são os interditos dela. Não é o que Seu Ademir diz que é importante para esse momento da pesquisa, mas o que ele quer dizer com as suas palavras. Assim, a percepção necessária para a reflexão aqui se baseia em perceber como ele entende, dentro da sua realidade e das suas experiências, como um sujeito se faz valer dentro do espaço que ocupa. Ao mesmo

tempo, é entender como ele percebe as mazelas da vida, as desigualdades de classe que se impõe frente a ele e como as suas experiências acabaram por forma-lo como sujeito.

“*A gente que fez né...*”. É um indicador quase sintomático de como Seu Ademir reflete o seu lugar como entrevistado, entende como a entrevista se baseava em uma relação hierárquica de dois polos: eu precisava saber o que ele sabia e eu desconhecia; ao mesmo tempo, eu me colocava como o “estudado” da relação. É desse enfrentamento que é a entrevista oral, que surgem esses micros confrontos de poder e de hierarquia, tão presentes nessa passagem.

Dessa forma, diferente de outros momentos da entrevista, na qual Seu Ademir constantemente se posiciona de forma contundente, nesse trecho ele o faz de forma quase envergonhada. Quase que com um desprazer de fazer, de me corrigir, mas mesmo assim corrige. Corrige não só porque quer contar a verdade dos fatos, mas porque quer se valer nessa relação, quer se posicionar enquanto sujeito que participou ativamente da construção da comunidade que mora, que se orgulha do espaço que construiu.

Assim, ao narrar sobre como a sua presença é percebida pelos agentes públicos – exemplificando o confronto entre o ex-prefeito e o candidato a prefeito (que de fato aconteceu, o *moço sem nome* ganhou a eleição), Seu Ademir, se posiciona como sendo um sujeito que faz a diferença, se percebe como agente de mudanças que pode alterar o curso de uma eleição.

Note que ao final do trecho Seu Ademir faz uma digressão: “*discriminação tá em primeiro lugar, mas você não pode ir pela discriminação não... e todo mundo que é discriminado tem algo perto de você que merece um crédito*”. Nesse ponto, Seu Ademir está falando não apenas sobre ele, mas também sobre o bairro que ajudou a construir e que morou grande parte da vida, o Parque Primeiro de Maio.

O Parque Primeiro de Maio foi construído como um programa habitacional local me Regime de Ajuda Mútua (Mutirão) que ofertou 507 casas para famílias já residentes em Jaboticabal há mais de 5 anos. De acordo com Yoshimura (2003, p.129 apud ITALIANO, 1997): “das 507 famílias selecionadas, 491 tinham renda de até 3 salários mínimos, ou seja, 96,8%. A renda per capita máxima das famílias selecionadas foi de 0,89 salários mínimos”. Houve o cadastramento de 1532 famílias no programa, sendo selecionadas dentre essas aquelas que se enquadravam nos critérios de seleção, desses o primeiro critério de desempate seria a menor renda *per capita* (YOSHIMURA, 2003).

Esse indicativo já nos traz alguns indícios valiosos para pensarmos a realidade na qual se fundou o Parque Primeiro de Maio. O primeiro deles, leva em consideração a renda das famílias abrigadas pelo programa habitacional que era inferior a 3 salários mínimos, em torno de 96,5% das famílias tinham renda per capita de até 0,86 salários mínimos – a menor de todos

os programas habitacionais locais. Fora a pressão feita pelas famílias ligadas ao programa para que o projeto fosse entregue após a passagem de governo de Baccarin (1989-1992) para Adail Simoni (1993-1996).

Assim, há dois indicativos nesses dados sistematizados que nos levam a digressão feita por Seu Ademir: o Parque Primeiro de Maio foi composto de um grupo de trabalhadores pobres que gerava certo incomodo, frente ao poder público, para a efetivação do direito à moradia. Em conjunto com essas percepções estruturais que formaram o bairro, há também uma recorrente estigmatização do bairro pela criminalidade que ocorre ali. Assim, tanto o poder público trata a questão de forma dessincronizada em relação aos princípios norteadores da Segurança Pública, como a mídia local, que acaba por enfatizar a ideia de o Parque Primeiro de Maio ser um bairro de má fama⁴⁶, gerando certa comoção e assimetria de informações acerca da forma como se constitui o bairro.

Seu Ademir entende como o Parque Primeiro de Maio é visto, sabe da má fama que o bairro recebe e sabe como é ser um morador de lá. Sabe, acima de tudo, como a sua posição é compreendida pelos demais e principalmente por mim.

Por essa razão, quando Seu Ademir busca criar uma visão a fim de apaziguar aquilo que acredita ser meu pensamento sobre o Primeiro de Maio, ele não o está fazendo a partir da minha visão, mas partindo daquilo que compreende como sendo a minha perspectiva. Assim, ser *estudado*, ser entrevistado para falar sobre a sua vida, suas reflexões acerca da sua trajetória na cidade, impõe um modo de ser e de me narrar a sua participação na cidade. Seu Ademir, se constrói para mim assim como é construído por mim – suas inflexões, seus modos de me narrar e de se apresentar como trabalhador, influem para uma direção que foge daquilo que consta no imaginário acerca do que é ser um morador do Parque Primeiro de Maio.

Assim, a sua inflexão como agente de mudanças é construída a partir da sua experiência e assim a frase “*e venho lutando... desde 1992 eu venho lutando... lutando pra que? Pra pegar um centro educativo...*” ganha um sentido especial. Aqui há elementos que gostaria de explorar.

Note que Seu Ademir aponta para 1992, ano do início do embate com o poder público para que ocorresse a entrega das unidades habitacionais do Parque Primeiro de Maio. Seu Ademir não aponta para quando começou a construir o bairro ou quando chegou em Jaboticabal,

⁴⁶ Em Carvalho (2015) a autora dialoga sobre como os bairros, da cidade de Guaíra-PR, entendidos e percebidos pela mídia local como de “má fama” acabava por homogeneizar todo um grupo heterogêneo de pessoas. Assim, essas representações não apenas criam estereótipos e estigmas sociais para as pessoas que ali residiam, mas também acabavam por silenciar as trajetórias e os modos de vida daqueles sujeitos. Assim, a autora defende que ao passo que o bairro é categorizado como sendo de “má fama”, a estigmatização acaba por delimitar um modo de ser e viver para os grupos residentes ali.

aponta para o momento em que começou o seu entrave, como o poder público, para conseguir a casa que havia pago e trabalhado para construir. Assim, já há uma construção, por parte de Seu Ademir, do que significa a sua *luta* (ou o que ele quer que eu entenda). Repare que essa *luta*, não adquire um significado atrelado ao trabalho – pois dentro do cosmo de compreensão de Seu Ademir, o trabalho é inerente a ele – mas a luta é a exigência ao sistema e as pressões de classe que são presentes em sua vida. A *luta* assume o sentido de reivindicar aquilo que lhe é de direito, aquilo que dentro da sua experiência como trabalhador o formou e faz parte da sua compreensão.

Assim, a ideia da construção de um Centro Educativo comunitário para Seu Ademir não é feita a partir de um olhar para o outro. Assim, dentro dessa perspectiva, gostaria que o leitor fizesse uma digressão em direção ao Capítulo 1 na qual apresento a narrativa de Seu Ademir sobre como o mesmo pagava pessoas para olharem seus filhos quando e ele e sua esposa se dirigiam aos canaviais.

A criação de um Centro Educativo uma reflexão feita por um senhor, já quase ao final da sua vida, com vistas no seu passado – é quase um ato simbólico de autorreparação, é requerer um cuidado que não teve. Quando Seu Ademir se posiciona sobre esse Centro, ele não o faz pensando apenas nas gerações vindouras, mas o faz olhando para a sua experiência como trabalhador que pagava para que outros cuidassem de seus filhos enquanto saia para trabalhar. Assim, o Centro Educativo não é só um lugar para deixar os filhos, é a busca pela construção de horizontes de possibilidades que possam gerar campos de prospecção melhores para os seus netos e para os netos de outros.

Ao final temos a conclusão: *“Tá lá o ginásio de esporte, o centro educativo tá pronto já, tá?! Viu? Eu pedi a quadra vai vir a quadra sintética, tá pronto! Tá pronto!”*.

Por mais que o leitor veja essas sínteses formadas por Seu Ademir e aponte que essas afirmações acerca da sua participação na construção da comunidade na qual reside, se baseiem em “contos de pescador” quero fazer ponderações. O Centro Educativo, indicado por Seu Ademir, é a EMEB Armando Lerro, inaugurada em 9 de março de 2012, por José Carlos Hori (o japonês) – não é um Centro Educativo, mas sim uma escola de Educação Infantil – uma das maiores do município.

Assim, são as contradições, as ambições e as aspirações que fazem com que o diálogo de Seu Ademir tome força e significado frente as suas experiências vividas e aquelas que se apresentam a sua frente. Esse constante valer-se, compreender-se, essencialmente fazer-se dos trabalhadores que dão sentido as experiências dos sujeitos. Esse fazer-se dos trabalhadores enquanto ocupam a cidade, esse movimento em busca da efetivação dos seus direitos, de

moradia, de educação, que são nascidos e oriundos das contradições de classe, é que instiga o historiador e dá sentido às histórias e memórias de trabalhadores que se envolveram com o trabalho da cana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que se finda o trabalho não se findam as minhas dúvidas e colocações sobre o mesmo. Acredito que em outro momento, tanto antes quanto após a finalização do trabalho, haveriam de ter estabelecidas outras tantas colocações, outros tantos posicionamentos e outros tantos olhares sobre os trabalhadores aqui abarcados. Acredito que essa seja “mágica” que torna fascinante o estudo da História, por mais vigorosas e contundentes que sejam nossas investidas contra ela, novas e diferentes reflexões surgirão em momentos distintos daquele no qual nos colocamos primeiramente.

Nesse sentido, acredito que foi possível debruçar a minha análise sobre aquilo que havia pré-estabelecido, ao início da pesquisa, como mote para a produção da mesma: como se deu o processo de fazer-se desses trabalhadores ao passo que os mesmos ocupavam a cidade? Com essa inflexão, foi possível dialogar, a partir das narrativas, das fotografias e até mesmo com os decretos oficiais, como os trabalhadores de Jaboticabal se perceberam enquanto tais no processo de exploração sofrida, como dialogavam, e dialogam, a frente as pressões de classe e as desigualdades vividas.

Nesse sentido, por mais que época nos canaviais esteja cada vez mais distante temporalmente há de se perceber que as narrativas desses sujeitos se traduzem e se alinham para aquilo que há de mais concreto e essencial nessa análise: o *fazer-se*. Assim, se no início da pesquisa tratei de buscar “entender” a relação que havia entre esses sujeitos para com a cana, meu olhar ao longo da pesquisa e da escrita da dissertação se voltou a observar como esses sujeitos se faziam além da cana.

Dessa forma, a dualidade trabalhador-trabalho foi deixada de lado para que fosse possível compreender esses sujeitos para além do espaço laboral, para além do eito. Assim, não é se não, o pegar no facão, trabalhar no sol quente, comer pouco e trabalhar muito que faz um trabalhador da cana, mas se constituir como sujeito que experiência a desigualdade em si e nos demais que o faz – é a labuta, os solavancos do ônibus lotado, o bar ao fim do expediente, o baile aos fins de semana e a busca pela casa própria que faz com que esses sujeitos *se façam*. Ao mesmo tempo, foi possível vislumbrar como as práticas hegemônicas de trabalho, foram pouco a pouco tornando-se, no hoje, residuais. Na contramão de processos estruturantes e sistemáticos, essa compreensão foi sintetizada a partir das relações experienciadas por sujeitos de carne e ossos, que compuseram a sua vida, criaram seus horizontes de possibilidade frente a emergente dinâmica do capitalismo agrário que se impôs na década de 1970.

Dentro desse escopo tão complexo e imbrincado de relações que existe que partimos em busca de analisar e compreender as escolhas dos sujeitos. Busquei captar suas percepções e os valores que então se colocaram, e se colocam, frente a esses trabalhadores mediante as suas tomadas de decisões durante o curso de suas vidas. Partindo desse pressuposto, foi possível compreender que as motivações, os valores e as tomadas de decisões, presentes nas narrativas dos sujeitos analisados, estavam muito bem alicerçadas em redes de sociabilidades muito capilarizadas que, notadamente, marcavam e se construía em torno de modos de viver e de ser – margeadas por essa transformação na qual viviam e enfrentavam constantemente.

Assim, foi possível compreender que a existência dessas redes muito influenciou e influenciou para a construção dos valores, motivações presentes nos sujeitos. Fazer-se como trabalhador então, não pressupõe apenas uma visão sistêmica do trabalhar, mas também uma visão sistêmica de como se relacionar. Se outrora, busquei perceber como se fazia um trabalhador no eito, o trato para com as redes de sociabilidade possibilitou uma compreensão de forma mais holística de como se fizeram esses trabalhadores para além do eito – por lugares por vezes nebulosos e duais.

Nessa medida, aquilo que indico com sendo “os trabalhadores da cana” não foram percebidos por mim apenas por terem se relacionado com o trabalho na cana, mas por apresentarem dinâmicas próprias de viver, trabalhar e de se relacionar. Tangencialmente, foi possível compreender como a temporalidade que abarca essa pesquisa, que muito alterou a dinâmica de viver no interior paulista, se reflete e se impõe sobre esses sujeitos, indicando formas de se relacionar, de experimentar a vida e de fazer valer nesse espaço novo e complexo que se apresentava a eles.

Compreender o fazer-se desses sujeitos ao passo que na cidade se apresentou como um desafio – tanto teórico quando textual. Havia um afã em busca de uma escrita que sintetizasse tudo aqui que compreendia como necessário ao mesmo tempo que a compressão acerca da presença desses trabalhadores em Jaboticabal já havia a muito se consolidado em minha mente. Jaboticabal está lá, pronta (ou sendo feita). Os trabalhadores, também estão lá, *se fazendo*. Perceber como os sujeitos abarcados nessa dissertação se fizeram ao passo que também fizeram a minha cidade se torna ao mesmo tempo uma armadilha e um desafio. Quero que o leitor, ao final dessa dissertação, entenda que escrever sobre o próprio bairro, que foi/é feito por esses sujeitos, mas também foi/é feito por mim, é um trabalho complexo e dual. Assim, falar das “*Santas*” é mais fácil, por vezes até mais esquadrinhado, por mais que estivesse falando da minha cidade, estava de fato falando de um bairro que não era o meu.

Ao mesmo tempo, acredito que foi possível compreender de que forma a temporalidade vivida pelos sujeitos em conjunto com as suas demandas em busca de um valer-se foi de fato significativo para a sua percepção de suas condições enquanto trabalhadores. Assim, foi possível compreender como esses sujeitos se perceberam uma localidade, fizeram valer as suas vontades e demandas para com essa localidade e assim, se constituíram enquanto classe ao passo que ocupavam Jaboticabal.

Concomitante a esses elementos, o que tornou essa pesquisa, em certa medida inovadora, foi como ela originou do meu olhar e como o meu olhar se originou da minha pesquisa. Muitas foram as vezes nas quais as análises que foram dedicadas aos sujeitos elencados nessa dissertação não tinham a dizer apenas sobre eles e sobre as suas colocações, mas sobre as minhas colocações enquanto sujeito. Assim, meus valores, meus questionamentos e meus incômodos, acerca do meu fazer-se enquanto trabalhador ao passo que ocupo Jaboticabal, foram traduzidos nesses sujeitos.

Esse traço constante de apresentar a minha narrativa, as minhas histórias (mesmo que sendo apenas minhas por terem sido ouvidas por mim e não vividas por mim), no texto, não foi reflexo de um egocentrismo em busca de reconhecimento como aquele que “vive o que pesquisa”, mas, em certa medida, foi uma estratégia textual inconsciente para me colocar em um lugar que por muitas vezes pensei não pertencer a mim ou aos meus. Esse lugar epistemológico, em que me encontro como pesquisador dos trabalhadores da cana, muitas vezes trazem ambiguidades latentes nas percepções acerca de quem sou e como me relaciono nesse complexo universo dos trabalhadores – como ser um pesquisador dos trabalhadores e me colocar como dentro desse universo sem de fato fazer parte integralmente dele?

Portanto, acredito que a percepção que me foi desenvolvida ao longo da pesquisa, tenha indicado que esse meu lugar como pesquisador, por vezes em conflituoso e por vezes pacífico, é necessariamente o lugar em que ocupo dentro da minha própria realidade – dentro até do bairro no qual moro. Esse esforço historiográfico de retomar as narrativas, me inserir no debate, foi um esforço em busca da construção de uma identidade para esse sujeito um tanto deslocado de se ver enquadrado dentro de algo.

Por fim, não acredito que o trabalho esteja completo e finalizado – na prática ele o foi, mas na angustia em busca de uma amarração final, de um desfecho pomposo não. Há lacunas, espaços e pontos remendados, que as estruturas maiores e até mesmo o tempo disposto nessa dissertação impuseram – inclusive acredito que em certos momentos fiquei aquém daquilo que poderia produzir ou refletir. No entanto, acredito que esse esforço historiográfico e textual,

praticados nessa dissertação, serviram para pensar essas estruturas, esses embates e essas reflexões que me eram (e ainda são) angustiantes acerca dos trabalhadores em Jaboticabal.

FONTES

Ademir. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 13 de janeiro de 2023. Em Jaboticabal-SP.

Aparecida. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 05 de outubro de 2022. Em Jaboticabal-SP.

Dalzira. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 06 de dezembro de 2022. Em Jaboticabal-SP.

Dejair. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 29 de março de 2023. Em Jaboticabal-SP.

Rogério. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 03 de dezembro de 2023. Em Toledo-PR via chamada de áudio pelo WhatsApp.

Vera. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 05 de janeiro de 2021. Em Jaboticabal-SP.

Vera. Entrevista realizada por Olavo Henrique Vieira Veiga, no dia 13 de junho de 2022. Em Jaboticabal-SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **Revista História**. São Paulo, 14, p. 125 – 136, 1995.
- ARRAIS, T. A. **Seis modos de ver a cidade**. Goiânia: Cânone Editorial, 2017.
- BACARRIN, J. J. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. 1985. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade do Estado de São Paulo – UNESP. Jaboticabal.
- BACCARIN, J. G. **Indústria Abarca a Cana-de-Açúcar e Corta Rente o Trabalho Volante: Mudanças Tecnológicas Recentes na Lavoura Canavieira e Impactos na Ocupação Agrícola no Estado de São Paulo**. Tese de Livre Docência, 2016.
- BACCARIN, J. G; GEBARA, J. J; SILVA, B. M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012. **Informações Econômicas**, SP, v.43, n.5, set./out, 2013.
- BASSANEZI, I.L.A.; RODRIGUES, D.R.; CORDEIRO, C.F.S.; Echer, F. R. Produtividade de cultivares de amendoim no Oeste Paulista–safra 2020/2021. **South American Sciences**, 2(edesp1), e21120-e21120. 2021.
- BATISTA, A. S; BANDEIRA, L. M. Trabalho de cuidado: um conceito situacional e multidimensional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 59-80.
- BEZERRA, A. A. Reflexões acerca do cotidiano de mulheres trabalhadoras rurais “boias-frias” na cultura canavieira do interior paulista. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 1, jan./jun. p. 24-46, 2017.
- CARDOSO. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 33, jan./jun. 2010.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, M. G. & Gonçalves, M. G. M. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2023 v. 43, e249090, 1-16.
- CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes de. **"Bairros de má fama": experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.
- CAPORUSSO, N.B; UITDEWILLIGEN, G.S; REICH, T.C; SUASSUNA, N.D; HEUERT, J; SUASSUNA, T.M.F. Avaliação do desempenho de linhagens de amendoim em Jaboticabal, São Paulo, via modelos mistos. **XIV encontro sobre a cultura do amendoim**, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2017.
- CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In:

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.) **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11- 25.

CATINI, C. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

CHALHOUB, Sidney. Introdução – Zadig e a História. In:_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.13-28.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.

CHEQUER, Julia. **Memórias ocultas: experiências de mulheres canavieiras em Guariba (1975-1985)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2019.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997.

CORREA, I. M; YAMASHITA, R. Y; RAMOS, H. H; FRANCO, A. V. F. Perfil dos Acidentes Rurais em Agências do INSS de São Paulo no ano 2000. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n.28, p. 39-57, 2003.

DAWSEY, J. C. Caíndo na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e "boias-frias". **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 40, n. 1, 1997, p. 183-226.

FRANCO-BENATTI, Dathiê de Mello. **Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores**. Ribeirão Preto, 2016. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo. 2016.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. **Histórias & Perspectivas**, Uberlândia, n.40, p. 27-51, jan-jun, 2009.

FISHER, André L. Impactos do Proálcool para a administração do trabalho agrícola na agroindústria canavieira. In: **ENANPAD**, 17. Salvador, 27-29 set.1993. v.5, p.149-168.

FRANCO-BENATTI, D. M. **Acidentes de trabalho na agroindústria canavieira: circunstâncias de ocorrência e suas consequências para os trabalhadores**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto.

FREITAS, S. S. **“Por Falar em Culturas... Histórias que Marcam a Cidade”**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

GARCIA, M. S. **A aposentadoria por idade do trabalhador rural sob o enfoque constitucional: efetivação por meio da atividade judicial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Estado de São Paulo – UNESP. Franca.

GARCIA, M. K. S. **Avaliação da acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Jaboticabal-SP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio

Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara. Araraquara. 2021.

GEBARA, J. J. & BACCARIN, J. G. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. **Boletim Paulista de Geografia**, 60: 45-56, São Paulo, 2º. Sem. 1983/1º. Sem. 1984.

GEBARA, J. J., BACCARIN, J. G., ZOCOLLER, M. M. Fatores condicionantes e formas de migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto/SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 26, p.56 - 75, Brasília, 1988.

GOHN, M. G. M. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970 . **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009.

HIRATA, H. O TRABALHO DE CUIDADO: Comparando Brasil, França e Japão. **SUR** 24, v.13, n.24, pag. 53 - 64, 2016.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: VARRUSSA, R. J. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**, n. 22, São Paulo: EDUC, 2001.

LIMA, M; PRATES, I. Emprego doméstico e mudança social: Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2, p. 149-171, 2019.

LIMA, Maria Elizabeth A. Dependência química e trabalho: uso funcional e disfuncional de drogas nos contextos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 260-268, 2010.

MARÇO, J. C. **A atuação do complexo agroindustrial canavieiro em rede: o exemplo de Nova Luzitânia-SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9 – 21.

MARTINS, R. Produção de amendoim e a expansão da cana-de-açúcar na Alta Paulista, 1996-2010. **Informações Econômicas**, SP, v. 41, n. 6, p. 5-16, jun. 2011.

OLIVETTE, M. P. A; NACHILUK, K; FRANCISCO, V. L. F. S. Análise comparativa da área plantada com cana-de-açúcar frente aos principais grupos de culturas nos municípios paulistas, 1996-2008. **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.2, p. 42-59, fev. 2010.

PENTEADO, M. A. G. **Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984**. Maringá: EDUEM, 2000.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre história oral. **Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, jul-dez, 2017. p.182-195.

PORTELLI, A. A forma oral da lei: o processo “7 de abril” e a história. In: PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 63-89.

PORTELLI, A. História oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-25.

PORTELLI, A. Memória e acontecimento. A morte de Luigi Trastulli. In: PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimento na história oral**. Lisboa: Edições Unipop, 2013. p. 101-164.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, A. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 19-35.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro: **Revista Tempo**, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PULHEZ, M. M. A gestão da política habitacional em São Paulo: notas sobre as interações entre estado e empresas privadas. **Novos estud.**, São Paulo, v. 35, pag. 99-116, julho, 2016.

RAMOS, G. P. Entre riquezas e pobreza: a expansão da escola paulista no contexto da República. **Rev. HISTEDBR**, Campinas-SP, v.20, 1-18, 2020.

REIS DE SOUZA, Tainá. **Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos.

RIGOTTO, M. E; SOUZA, N. J. EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 351-375, ago./dez. 2005.

ROMANELLI, G; BEZERRA, N. M. A. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais (1999). **Paidéia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, jun. p.77-87, 1999.

ROVIEIRO, A. Estudo dos pequenos produtores e fornecedores de cana e terra para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista: o caso da região central do Estado de São Paulo. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.8, n.1 e 2. 2014

RUMIN, C. R. **Quando o trabalho se finda? Condições de vida e saúde de trabalhadores canavieiros aposentados**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto

RUMIN, C. R. NAVARRO; V. L; PERIOT, N. W. Trabalho e saúde no agrobusiness paulista: estudo com colhedores manuais de cana-de-açúcar da região oeste do Estado de São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2008, vol. 11, n. 2, pp. 193-207.

SÁ, M. C. **A experiência de trabalhadores com silos e a plantação de mandioca: modos de viver em moreninha no séc. XXI (Santa Helena-PR)**. 2018. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Marechal Cândido Rondon.

SAMPAIO, R. M; FREDO, C. E. (2019). Tecnologias Agrícolas: a adoção do manejo integrado de pragas na agricultura paulista. In: **Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica**. Medellín, Colômbia: ALTEC.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Trabalhadores em movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, D. B. **O papel da Cohab-RP na produção do espaço urbano em Ribeirão Preto (SP)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos. 2017.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

SILVA, J. C; FREITAS, M. L. Q. Testemunhos orais e fotográficos: relatos de memórias das ações culturais do Mobral na comunidade sertaneja. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 299-319, set./out. 2019.

SILVA, F. T. “Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, jul./dez., 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SZMRECSÁNYI, T; RAMOS, P; FILHO, L. O. R; FILHO, A. A. V. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. **Empraba**: Brasília, DF, 2008, p. 12-58.

THOMAZ, A. J. Barracão - forma de controle da mão-de-obra rural recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboticabal. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, AGB-SP, São Paulo, 1984.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade**. v. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. La política de la teoría. In: SAMUEL, R. (org.). **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. (NEGRO, A. L.; SILVA, S. org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSOM, A. Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Projeto História**, São Paulo-SP, n.16, p.277-296, fev. 1998.

THOMSOM, A. Recompondo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr./1997.

VALENÇA, V. **Condições de trabalho, produtividade e riscos à saúde do trabalhador na atividade do corte manual de cana: um estudo de caso na usina Santa Adélia**. 2007 Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos.

VALADARES, R. G; CUNHA, T. A. A participação de cooperativas nas políticas públicas habitacionais no Brasil e no Uruguai Cad. **EBAPE.BR**, v. 16, nº 4, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2018.

VERONEZZI, F. Os trabalhadores rurais e a luta pela terra na região de Jaboticabal (SP): a conquista do assentamento rural de Córrego Rico. **Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM**, Maringá, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YOSHIMURA, M. T. **Análise das tendências de financiamento público para habitação social**. Caso de Jaboticabal-SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2004.